



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA
ZONA ESTUARINA DA COSTA DO DENDÊ, BAHIA

Carla Michelle Lessa



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientador: Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

BRASÍLIA-DF

2007

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA
ZONA ESTUARINA DA COSTA DO DENDÊ, BAHIA**

Carla Michelle Lessa

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, curso de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Territorial.

Orientador: Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

BRASÍLIA-DF

2007

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA
ZONA ESTUARINA DA COSTA DO DENDÊ, BAHIA**

Carla Michelle Lessa

Orientador: Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Geografia, curso de Pós-
Graduação em Planejamento Ambiental e Territorial.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
(presidente, orientador, UnB-DF)

Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos
(examinador interno – titular, UnB-DF)

Prof. Dra. Iara Lucia Gomes Brasileiro
(examinador externo, CET, UnB-DF)

Brasília-DF, 2007

Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode recomeçar e fazer um novo fim

Chico Xavier

Dedico este trabalho:

Àqueles que, com sabedoria enraizada em valores éticos milenares, resguardaram o patrimônio natural da Costa do Dendê para as gerações atuais;

Àqueles que, embevecidos de valores éticos contemporâneos, seguem na luta para proteger esse patrimônio para as gerações vindouras;

E àqueles cujos anseios de um Baixo Sul melhor (muitas vezes mal compreendidos ou mal interpretados) me levaram a conhecer, viver e amar paisagens e pessoas que levarei comigo por toda a vida!

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho não teria sido possível sem a ajuda de pessoas especiais que me acompanharam durante essa jornada. Sou muito grata:

Ao meu orientador Rafael dos Anjos, que com sabedoria e confiança no meu potencial, soube me dar as diretrizes e o incentivo necessário;

Aos meus pais Adail e Lessa pelo amor, apoio e incentivo à formação educacional, como base para a realização pessoal e profissional;

Aos meus queridos irmãos Camila, Eduardo e à amiga Juliana pelo carinho e compreensão nas ausências;

A Maurício, meu amor, pela compreensão, paciência e palavras de carinho nas horas mais difíceis;

Aos amigos-irmãos do Baixo Sul: Soraya, para mim um exemplo de vida, Marion pelo companheirismo nos três maravilhosos e difíceis anos em Ituberá, e especialmente à Rogério, cujo apoio foi fundamental à realização desse trabalho;

A Rui Rocha, em nome do Floresta Viva, pela confiança e apoio financeiro à realização destes trabalho e o pessoal da OCT pelas imagens cedidas;

No Ibama, aos caros colegas do CNIA, do CEMAM e da DISAM, especialmente José Ximenes, Cláudio Dupas, Paulo Oliveira, Luciana e Sandrinha pelo apoio incondicional ao meu aperfeiçoamento;

À galera da pós-graduação, especialmente a Alzira, sempre preocupada com o trabalho de todos e com um artigo interessante para ajudar os colegas, e aos meninos do LISIE, especialmente o Felipe e a amiga Cárita, cuja imprescindível ajuda no SIG me permitiu concluir esse trabalho. Muito obrigada!

Aos pescadores e amigos da colônia Z-53 de Taperoá, especialmente Luis Paixão e Marcos por disponibilizarem barco e apoio ao campo.

E a tantos outros que contribuíram na minha história por esse lindo lugar chamado Costa do Dendê: Ciba, Marcelo (APA), Rick, Pretinha, Mônica, Yolanda, Dr. Norberto, Roberto Lessa, Adonias, Ray, Bel, Carlão, Ângela, Marcelo Araújo, Tati, Sidrônio, Carlos e Isabel do Idéia, as meninas da Ecosystema, e tantos outros cujos nomes não caberiam neste papel, mas que estão sempre nas minhas lembranças...

E à Deus, sempre, pela oportunidade da vida neste lindo e desafiante planeta Terra.

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa sobre as ameaças à sociobiodiversidade da zona estuarina da Costa do Dendê, no litoral sul do Estado da Bahia. A área de estudo, uma das mais preservadas do litoral brasileiro, destaca-se por suas paisagens peculiares, pela alta diversidade biológica – constituída de um mosaico de ecossistemas de transição entre a mata atlântica e os ambientes marinhos, com destaque para os manguezais, restingas e recifes de corais –, e por uma diversidade cultural, marcada pela presença de inúmeras comunidades de pescadores artesanais e quilombolas. A manutenção dessa diversidade se deve, em certo grau, ao isolamento geográfico, decorrente dos limites naturais e antrópicos impostos à paisagem local e ao uso sustentado dos recursos naturais como parte integrante da cultura das comunidades tradicionais. Nos últimos anos, esse patrimônio vem sendo ameaçado por programas de desenvolvimento territorial dissonantes com a realidade da região. Neste contexto, a pesquisa teve como propósito verificar a vulnerabilidade socioambiental da zona estuarina da Costa do Dendê frente ao turismo, à exploração de hidrocarbonetos e à maricultura, principais vetores de desenvolvimento para a região, bem como definir áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade. O caráter interdisciplinar da temática permitiu uma investigação que integra conceitos de ecologia, meio ambiente e ciências sociais. Os levantamentos de campo foram realizados por meio de observação direta e entrevistas semi-estruturadas. Para a construção dos mapas temáticos, os dados foram espacializados em um Sistema de Informações Geográficas. A sobreposição das áreas de uso das comunidades tradicionais com as áreas de influências dos projetos e empreendimentos de desenvolvimento permitiu a identificação das áreas prioritárias. Durante a análise dos dados, verificou-se que os vetores de desenvolvimento disputam os espaços e recursos com as comunidades tradicionais, gerando conflitos de uso e choques culturais. Ações de planejamento territorial e políticas públicas devem ser executadas, de forma integrada e participativa, a fim de assegurar a conservação dos ecossistemas e do modo de vida das comunidades tradicionais, uma vez que estes se encontram intimamente associados.

Palavras-chave: diversidade biológica; diversidade cultural; comunidades tradicionais, desenvolvimento territorial, conservação.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a research of the socio-biodiversity threatening in an estuarine zone in the *Dendê Coast*, in the Bahia State south coast. The study area, one of the most preserved in the Brazilian coast, distinguishes for its peculiar landscape; its biological diversity – composed of a mosaic of ecosystems of transitions between Atlantic Forest and marine environment, highlighted by mangroves, sand bank and coral reefs –; and for its cultural diversity, consisting of a number of fisherman and reminiscent of slaves communities. The maintenance of this diversity is due in certain degree to the geographical isolation caused by the natural and anthropological limits imposed to the local landscape and to the sustainable use of natural resources that is an integral part of the traditional communities' culture. However, in the past years, this heritage is being threatened by programs for territorial development that are dissonant from the region's reality. In this context, the research had the objective to verify the socio-environmental vulnerability of the estuarine zone of the *Dendê Coast* due to the tourism, hydrocarbon exploration and shellfishery, main development sectors in the region, and to define priority areas for socio-biodiversity conservation. The interdisciplinary character of this theme allowed the investigation to integrate concepts of ecology, environment and social science. The field research was carried out through direct observation and semi-structured interviews. To develop the thematic maps, the data was spatially distributed using a Geographical Information System. The overlay of the themes of traditional communities' area of use and of the development projects and enterprises' areas of influence allowed the identification of priority areas. As a result of the evaluation of the produced information, it was verified that the development sectors fight for space and resources with the traditional communities generating land use conflicts and cultural shocks. Territorial planning actions and public policies have to be implemented, in an integrated and participatory manner, oriented to ensure the conservation of the ecosystem and of the traditional communities' way of living, as they are close associated.

Key-words: biological diversity; cultural diversity; traditional communities; territorial development, conservation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – Base Conceitual e Procedimentos Metodológicos	21
1.1. Revisão Bibliográfica	22
<i>1.1.1. Região, Território e Territorialidade e a apropriação do espaço geográfico</i>	22
<i>1.1.2. Diversidade Biológica</i>	23
<i>1.1.3. Sociobiodiversidade</i>	23
<i>1.1.4. Populações Tradicionais</i>	25
<i>1.1.5. Áreas Prioritárias para a Conservação</i>	26
<i>1.1.6. Áreas Naturais Protegidas e Unidades de Conservação</i>	27
1.2. Procedimentos Metodológicos	28
<i>1.2.1. Coleta de Informações</i>	29
<i>1.2.2. Construção do Sistema de Informações Geográficas</i>	29
<i>1.2.3. Metodologia de Construção do SIG</i>	30
CAPÍTULO II – Um Olhar sobre o Ambiente Natural da Costa do Dendê	33
2.1. Área de Estudo: o território Costa do Dendê	34
<i>2.1.1. Baixo Sul da Bahia</i>	34
<i>2.1.2. Costa do Dendê</i>	35
2.2. Características Físicas	37
<i>2.2.1. Clima</i>	37
<i>2.2.2. Geologia e Geomorfologia</i>	39
<i>2.2.3. Oceanografia</i>	39
<i>2.2.4. Rede Hidrográfica</i>	40
2.3. Cobertura Vegetal	40
<i>2.3.1. O bioma Mata Atlântica</i>	41
<i>2.3.2. Os Ecossistemas Costeiros</i>	43
<i>2.3.2.1. Estuários e Manguezais</i>	44
<i>2.3.2.2. Praias, ilhas e falésias</i>	45
<i>2.3.2.3. Restingas</i>	46
<i>2.3.2.4. Recifes de Corais</i>	47
2.4. Relevância Biológica da região	48
<i>2.4.1. O isolamento geográfico e a conservação</i>	48
<i>2.4.2. Definição de Áreas Prioritárias para a conservação da biodiversidade</i>	49
<i>2.4.3. Unidades de Conservação da Costa do Dendê</i>	51

2.4.4. <i>A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Projeto Corredores Ecológicos</i>	55
CAPÍTULO III – Populações Tradicionais da Zona Estuarina da Costa do Dendê	57
3.1. Breve Histórico da Ocupação da Região	58
3.1.1. <i>A Origem das principais Cidades da Costa do Dendê</i>	59
3.2. Comunidades Tradicionais da Costa do Dendê	63
3.2.1. <i>Pescadores Artesanais</i>	63
3.2.1.1. <i>Pesca e mariscagem</i>	66
3.2.1.2. <i>Territorialidade da pesca artesanal</i>	66
3.2.1.3. <i>Artes de pesca e embarcações</i>	68
3.2.2. <i>Comunidades Quilombolas</i>	72
3.2.1.1. <i>Origens</i>	73
3.2.1.2. <i>Características culturais dos quilombos Boitaraca e Jatimane</i>	74
3.3. Tradições e manifestações culturais	76
CAPÍTULO IV – Programas de Desenvolvimento e as ameaças à Conservação da sociobiodiversidade	78
4.1. Perfil econômico e principais programas de desenvolvimento para a região	79
4.2. Programas de desenvolvimento para região e potenciais impactos	82
4.2.1. <i>Turismo</i>	82
4.2.1.1. <i>Breve panorama do turismo e ecoturismo no Brasil</i>	82
4.2.1.2. <i>Turismo na Bahia</i>	83
4.2.1.3. <i>O turismo na Costa do Dendê</i>	87
4.2.1.4. <i>As ações do PRODETUR na região e seus impactos</i>	88
4.2.1.5. <i>O sistema hidroviário e as principais rotas turísticas da região</i>	93
4.2.2. <i>Exploração de Hidrocarbonetos</i>	95
4.2.2.1. <i>Recente História da exploração de hidrocarbonetos no Brasil</i>	95
4.2.2.2. <i>A exploração de gás e petróleo na Costa do Dendê</i>	96
4.2.2.3. <i>Definição de áreas sensíveis a derramamento de óleo</i>	99
4.2.3. <i>Maricultura</i>	101
4.2.3.1. <i>Sobrepesca e maricultura na Costa do Dendê</i>	101
4.2.3.2. <i>A carcinicultura na Costa do Dendê</i>	104
CAPÍTULO V – Definições de Áreas Prioritárias para a Conservação da sociobiodiversidade	106
5.1. Mapas temáticos e resultados	107
5.1.1. <i>Cobertura Vegetal e Uso da Terra</i>	107
5.1.2. <i>Comunidades Tradicionais da Costa do Dendê</i>	109

<i>5.1.3. Áreas de Uso das Comunidades</i>	111
<i>5.1.4. Áreas de influência do Turismo</i>	113
<i>5.1.5. Área de influência de Hidrocarbonetos</i>	115
<i>5.1.6. Área de influência de Maricultura</i>	117
<i>5.1.7. Áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade</i>	119
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AMUBS – Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia

ANP – Agência Nacional de Petróleo

APA – Área de Proteção Ambiental

BAHIATURSA – Empresa de Turismo da Bahia S/A

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Mundial

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica

CI – Conservação Internacional

CNPT – Centro Nacional de Populações Tradicionais

CRA – Centro de Recursos Ambientais

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDES – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MaB – Man and Biosphere

MMA – Ministério do meio ambiente

NE – Nordeste

OCT – Organização para Conservação de Terras

PIB – Produto Interno Bruto

PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico

RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reserva Extrativista

RIO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

SETUR – Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SIG – Sistema de Informações Geográficas

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação

UC – Unidades de Conservação

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UnB – Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

- Figura 38: Diagrama ilustrativo da Construção do Mapa de Vegetação
- Figura 39: Diagrama ilustrativo da Construção do Mapa das comunidades
- Figura 40: Diagrama ilustrativo da Construção dos mapas de localização dos empreendimentos
- Figura 41: Diagrama ilustrativo da Construção dos mapas de localização dos empreendimentos
- Figura 1: Divisão do Estado da Bahia em zonas turísticas e a localização da Costa do Dendê
- Figura 2: Linhas de distribuição pluviométrica da região
- Figura 3: Vista aérea da mata atlântica e manguezais na Costa do Dendê
- Figura 4: Domínio original e remanescentes da mata atlântica no Brasil
- Figura 5: Vista aérea dos manguezais da APA do Pratigi
- Figura 6: Falésia na ilha de Tinharé
- Figura 7: Vista aérea da praia e restinga do Pratigi
- Figura 8: Vista aérea dos recifes de corais em Boipeba
- Figura 9: Áreas Prioritárias para Conservação no Estado da Bahia
- Figura 10: APAs Estaduais da Costa do Dendê
- Figura 11: Mulheres e crianças ‘mariscando’ sururu no canal nas proximidades da Graciosa
- Figura 12: Marisqueira extraindo sururu do estuário
- Figura 13: Garoto mostrando o sururu lavado
- Figura 14: Barco transportando a produção de piaçava
- Figura 15: Pescadores voltando do estuário em canoas
- Figura 16: Ponte do atracadouro da comunidade de Ponta
- Figura 17: Saveiros no cais de Barra dos Carvalhos
- Figura 18: Ostras incrustadas nas raízes do mangue
- Figura 19: Pescador-quilombola tecendo rede
- Figura 20: Gamboa
- Figura 21: Pesca de Calão

Figura 22: Pescador colocando tapesteiro

Figura 23: Beneficiamento da piaçava no quilombo Jatimane

Figura 24: Sr. Antônio da comunidade quilombola do Boitaraca

Figura 25: Pôr-do-sol na praça do Jatimane com Igreja ao fundo

Figura 26: Igreja de N. Sra. da Conceição em Boitaraca

Figura 27: Incremento do fluxo turístico no Estado da Bahia, 1991-2004

Figura 28: Zonas Turísticas do Estado da Bahia

Figura 29: Atrativos Efetivos da Costa do Dendê – PDITS

Figura 30: Atrativos Potenciais da Costa do Dendê – PDITS

Figura 31: Forte de Morro de São Paulo, atrativo histórico-cultural

Figura 32: Localização dos Blocos para a Exploração de Hidrocarbonetos da Bacia Camamu-Almada

Figura 33: Gaiola de criação de ostras

Figura 34: Ostra de cultivo

Figura 35: Tilápia

Figura 36: Tanques de tilápia na Graciosa

Figura 37: Armadilha para captura de siri

Figura 38: Diagrama ilustrativo da Construção do Mapa de Vegetação

Figura 39: Diagrama ilustrativo da Construção do Mapa das comunidades

Figura 40: Diagrama ilustrativo da Construção dos mapas de localização dos empreendimentos

Figura 41: Diagrama ilustrativo da Construção dos mapas de localização dos empreendimentos

Figura 42: Mapa de Cobertura Vegetal e Uso da Terra da Costa do Dendê

Figura 43: Mapa de Comunidades Tradicionais da Costa do Dendê

Figura 44: Mapa das Áreas de Uso das Comunidades Tradicionais da Costa do Dendê

Figura 45: Mapa da Área de Influência do Turismo na Costa do Dendê

Figura 46: Mapa da Área de Influência de Hidrocarbonetos na Costa do Dendê

Figura 47: Mapa da Área de Influência da Maricultura na Costa do Dendê

Figura 48: Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação da Sociobiodiversidade na Costa do Dendê

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais rios de deságuas na zona estuarina da Costa do Dendê

Quadro 2: Resumo das Áreas prioritárias para a Conservação Mata Atlântica da Costa do Dendê

Quadro 3: Resumo das Áreas prioritárias para a Conservação da Zona Costeira da Costa do Dendê

Quadro 4: Origem e etimologia das principais cidades da Costa do Dendê

Quadro 5: Principais povoados e respectivas atividades econômicas no litoral da Costa do Dendê

Quadro 6: Principais atividades e produtos agro-extrativistas por município na Costa do Dendê

Quadro 7: Ações previstas para o PRODETUR II, por município e componente

Quadro 8: Terminais hidroviários da Costa do Dendê

Quadro 9: Blocos da Bacia Camamu-Almada, ano de licitação, concessionários e situação atual.

Quadro 10: Índice de Sensibilidade Ambiental a Derrames de Óleo em Ambientes Costeiros e Estuarinos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produção de pescado marítimo e estuarino, em municípios da Costa do Dendê, 1998

Tabela 2: Áreas de influência das comunidades, blocos, turismo, rotas e maricultura

Tabela 3: Grau de prioridade conforme critério pré-definido

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, diferentes sociedades e culturas desenvolveram tecnologias específicas de exploração dos recursos biológicos do planeta, seja para a coleta, caça, agricultura, criação de animais ou beneficiamento da produção. O grau de complexidade dessas tecnologias, bem como o nível de alteração no ambiente natural proporcionado pelas mesmas, são elementos que distinguem o estágio de desenvolvimento entre as sociedades.

Os povos existentes na América pré-colombiana, embora considerados como sociedades primitivas quanto ao grau de desenvolvimento, mantiveram modos de vida sustentáveis baseados numa relação de respeito e interdependência com o meio ambiente. Essas características são elementos constituintes de uma cultura que permitiu a conservação dos recursos naturais.

Nos dias atuais, comunidades remanescentes desses grupos humanos e demais sociedades, cujos modos de vida e exploração dos recursos são definidos conforme esse modelo, são conhecidas como povos ou comunidades tradicionais. O reconhecimento da cultura como parte integrante da biodiversidade é um conceito recente, definido como sociobiodiversidade. Diegues (1998, p.91) define os arranjos produtivos desses povos tradicionais da seguinte forma:

À medida que os processos fundamentais de produção e reprodução ecológica, social, econômica e cultural funcionam, pode-se afirmar que são sociedades sustentáveis. Essa sustentabilidade, no entanto, está associada a baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, em respeito pela conservação dos recursos naturais.

O Brasil, detentor da maior biodiversidade do planeta, tem sido alvo da admiração e cobiça internacional por seus recursos, desde a chegada dos portugueses no século XVI. Pero Vaz de Caminha, em sua carta ao rei de Portugal, já revelava o encantamento ante a terra recém descoberta: *“Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios essas árvores: verdes uns, e pardos, outros grandes e pequenos, de sorte que me parece que haverá muitos nesta terra (...). Todavia segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infinitas espécies, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!”* (CAMINHA apud ARROYO, 1963).

Esta descrição vislumbrada é referente à mata atlântica, o primeiro bioma brasileiro avistado, ocupado e explorado pelos colonizadores europeus. Segundo Dean (1996), um dos primeiros atos dos portugueses ao desembarcarem na latitude de 17 graus sul da costa americana, nas proximidades de Porto Seguro, sul da Bahia, foi derrubar uma árvore e dela confeccionar uma cruz para a realização da primeira missa, para eles símbolo da salvação da humanidade, mas também uma trágica representação do sacrifício da floresta, subjugada ao machado de aço.

A partir desse momento, diversos ciclos econômicos se sucederam no país (pau-brasil, cana-de-acúcar, ouro, café, cacau). Todos, em diferentes escalas, contribuíram para a fragmentação da floresta atlântica, destruindo habitats, isolando e extinguindo espécies.

Para Arruda (2001) “*a mata atlântica é um tesouro verde, um banco genético de imensa diversidade, uma das mais originais, importantes e frágeis florestas do planeta*”. Dos seus 1.300.000 km² originais, 93% já foi destruído (SOS Mata Atlântica, 2006). Hoje, a floresta atlântica é um dos cinco biomas mais ameaçados do planeta, onde reside cerca de 70% da população brasileira e se localizam as principais capitais, fruto de um processo histórico de ocupação voltado para o Oceano Atlântico, canal de comunicação com a antiga metrópole e demais nações européias.

Verifica-se então que na faixa litorânea, os ecossistemas associados à floresta, à exemplo dos recifes, manguezais, praias, estuários e restingas estão ameaçados pela pressão da ocupação humana e suas respectivas atividades econômicas. Assim, a zona costeira brasileira é caracterizada por um conjunto de ecossistemas que compõem uma zona de transição entre ambientes terrestres e marinhos, e abriga uma biodiversidade singular, com alto grau de endemismos. Nestes espaços, habitam populações tradicionais que sobrevivem quase que exclusivamente dos recursos da biodiversidade, explorados de forma sustentável e por meio de técnicas e conhecimentos passados de geração para geração. Neste grupo estão as sociedades indígenas, quilombolas, jangadeiros, caiçaras, quebradeiras de coco, pescadores tradicionais, dentre outros.

A compatibilização das atividades econômicas com a conservação da biodiversidade e a participação da sociedade são diretrizes centrais das atuais políticas de governo. A pressão antrópica sofrida por cada bioma brasileiro e o conseqüente risco de perda significativa de espécies levaram à elaboração de um programa de Identificação de Áreas Prioritárias para a Conservação. As áreas foram definidas de acordo com o grau de importância biológica de cada região, com a participação de especialistas organizados em grupos temáticos, por área de conhecimento e bioma (MMA, 2002).

Uma dessas Áreas Prioritárias fica na Costa do Dendê, conjunto de 8 (oito) municípios da costa sul baiana, situados entre Salvador e Ilhéus e que abriga a terceira maior baía do país: a baía de Camamu. Características climáticas, geológicas, geomorfológicas, históricas e culturais peculiares fizeram desta região, uma das mais exuberantes do litoral brasileiro. O isolamento geográfico, decorrente da dificuldade de acesso, e os meios de vida e produção sustentáveis de uma parcela significativa de sua população local contribuíram para a preservação da biodiversidade na região.

Embora existam alguns estudos pontuais sobre os meios físicos e bióticos da região, raros fazem correlação destes com as características culturais de seus habitantes. Isso posto, a presente

pesquisa visa correlacionar os ambientes naturais desta área biologicamente importante, com os espaços ocupados e utilizados por populações tradicionais, identificando a pressão exercida pelos grandes projetos de desenvolvimento econômico e territorial. Do cruzamento destes dados, serão identificadas Áreas Prioritárias para a Conservação da Sociobiodiversidade da Costa do Dendê.

Verifica-se, portanto, que o presente trabalho tem caráter interdisciplinar, uma vez que visa demonstrar a interação entre diversidade biológica e social, bem como identificar o grau de ameaça do programas de desenvolvimento econômico sobre as comunidades, sob uma ótica social, ambiental e espacial.

Isso posto, o objetivo do trabalho foi o de verificar a vulnerabilidade social e ambiental da zona estuarina da Costa do Dendê, face às ameaças dos empreendimentos de desenvolvimento territorial e definir áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade. Para o alcance deste objetivo, o presente trabalho também deverá:

- Caracterizar o ambiente natural utilizado pelas comunidades tradicionais, bem como seu estágio de conservação;
- Caracterizar e mapear a distribuição espacial das comunidades tradicionais da região, bem como os limites de sua territorialidade;
- Identificar e localizar em mapa os principais pólos e empreendimentos econômicos, bem como sua abrangência territorial e potenciais impactos, com foco no turismo, maricultura e exploração de gás e petróleo;
- Identificar os conflitos e propor estratégias para a conservação da diversidade biológica e cultural da região.

Como estratégia de organização da temática, o presente trabalho foi estruturado em cinco capítulos, da seguinte forma:

Capítulo 1, intitulado “Bases Conceituais e Procedimentos Metodológicos” apresenta os principais conceitos que basearam o método, bem como as etapas e ferramentas metodológicas do trabalho;

Capítulo 2, com o tema “Um Olhar sobre o Ambiente Natural da Costa do Dendê”, apresenta a região e o território, seus aspectos físicos, fisionomias e paisagens, com ênfase na descrição dos ecossistemas, das Unidades de Conservação – UC e das Áreas Prioritárias para a conservação da biodiversidade identificadas pelo MMA;

Capítulo 3: denominado “Populações Tradicionais da Zona Estuarina da Costa do Dendê”, identifica, conceitua, apresenta a história e os modos de vida das comunidades de pescadores artesanais e quilombolas da região;

Capítulo 4: intitulado “Programas de Desenvolvimento e as Ameaças à Conservação da Sociobiodiversidade” descreve os atuais vetores de desenvolvimento da região com ênfase nos programas de exploração de hidrocarbonetos, turismo e carcinicultura.

Capítulo 5: Define as “Áreas Prioritárias para a Conservação da Sociobiodiversidade” da Costa do Dendê e analisa o resultado do cruzamento de mapas.

Ao final do trabalho são apresentadas as conclusões e as recomendações, frente aos objetivos propostos.

CAPÍTULO I

Base Conceitual e Procedimentos Metodológicos

1.1. Revisão Bibliográfica

1.1.1. Região, Território e Territorialidade e a apropriação do espaço geográfico

No âmbito epistemológico da ciência geográfica, o espaço é a base de todo e qualquer conceito. Santos (1997) afirma que a sociedade só pode ser definida através do espaço, uma vez que este é o resultado da produção e esta, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história do processo produtivo imposto ao espaço por esta sociedade.

Para Castro, Gomes e Corrêa (2005), o conceito de região tem implicações no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial, sendo que o viés da discussão desses temas (política, cultura, economia) está diretamente relacionado às projeções no espaço das noções de autonomia, soberania, direitos, etc. e suas representações. E ainda, conforme a percepção cotidiana do senso comum, a região está relacionada com alguns princípios fundamentais: a localização de certo fato ou fenômeno, uma referência de limites mais ou menos habituais relacionados com a diversidade espacial ou ainda, uma unidade administrativa, configurando-se como o meio pelo qual se exerce a hierarquia e o controle na administração dos Estados.

No campo da biogeografia, área do conhecimento geográfico relacionada com a ecologia, o conceito de região está intimamente relacionado com o domínio de certos eventos ou relações. Para Miller (2004) a biorregião é o “*espaço geográfico onde está incluído um ou mais ecossistemas, identificados pela topografia, cobertura vegetal, socioeconomia, cultura e história dos habitantes locais, governo e comunidade científica*” ao passo que ecorregião é um conceito diretamente ligado à ecologia, por trata-se de um conjunto de comunidades naturais geograficamente distintas, que compartilham espécies e processos ecológicos.

O território é o espaço revestido de uma dimensão política. Castro, Gomes e Corrêa (2005) afirmam que é o espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

Raffestin (1993) e Sack (1986) citados por Santos (1997) definem território como um ambiente político produzido pela dialética sociedade/natureza, que transforma materiais disponíveis em um dado recinto da superfície terrestre em recursos e como tal, enquanto campo das relações de poder, assume a dimensão de um contexto de controle social.

Já a territorialidade é definida como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território.

No presente estudo, a Costa do Dendê, embora seja um território instituído pelo poder público para a gestão do turismo, possui elementos que a configuram como uma região, sendo a sua zona estuarina, uma biorregião devido a similaridade e peculiaridade de seus ambientes. Outro

ponto importante a ser verificado é a estreita relação entre comunidades tradicionais e a biodiversidade, ou seja, a forma como esses povos se apropriam da natureza, por meio da territorialidade.

1.1.2. Diversidade Biológica

O termo diversidade biológica surgiu na década 1980, e ganha visibilidade internacional no ano de 1986, por meio da expressão biodiversidade (uma contração da expressão diversidade biológica). O conceito de biodiversidade ainda não é consensual, por possibilitar definições sob diferentes óticas e se referir aos numerosos aspectos da diversidade da vida, não havendo uma maneira única de precisá-lo.

Um momento importante para a discussão sobre o conceito e a conservação da biodiversidade foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio-92, quando dentre outros acordos internacionais foi assinada a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.

De acordo com o artigo 2º da CDB, biodiversidade é *“a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentre de espécies, entre espécies e de ecossistemas”*.

Entretanto, o conceito de biodiversidade difundido pelo senso comum identifica apenas a variabilidade de espécies de um determinado local, ou seja a biodiversidade é compreendida apenas em nível organismal, ficando esquecidos os níveis genético, e ecossistêmico.

Outro ponto importante da definição da CDB é a compreensão da biodiversidade como um todo no qual se inserem as interações ecológicas existentes. Albagli (1998, p.63) reforça esse conceito ao afirmar que *“a biodiversidade não consiste, portanto, tão-somente, em um conjunto ou somatório de seres-vivos, mas em um sistema cujos componentes mantêm relações de interdependência e de complementaridade, e cujo equilíbrio das partes afeta o equilíbrio do todo e vice-versa”*.

1.1.3. Sociobiodiversidade

A criação de uma etnociência da conservação foi influenciada nas décadas de 70 e 80 pelo surgimento e expansão de movimentos socioambientais nos países tropicais, preocupados com a conservação e a melhoria das condições de vida da população rural. No Brasil, essa nova ciência acompanhou o surgimento e fortalecimento do Movimento dos Povos Indígenas, dos Seringueiros, dos Quilombolas com propostas concretas de áreas protegidas de uso sustentável como as Reservas

Extratrivistas. Assim, os problemas enfrentados pelos conservacionistas sociais nos países tropicais desencadeou a criação desse nova linha teórica. Ao contrário do que prega a biologia da conservação, importada e apoiada, no Brasil, por algumas das megaorganizações conservacionistas internacionais, a *etnoconservação*, como nova teoria e prática conservacionista é interdisciplinar e de domínio das comunidades e de várias organizações não-governamentais com o intuito de implantar uma conservação real das paisagens, a proteção da diversidade biológica e também sociocultural. (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

A UNESCO, desde 1989 reconhece como cultura tradicional e popular o:

[...] conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural, fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social. Seus padrões e valores são transmitidos oralmente por imitação ou por outros meios. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a dança, a música, os jogos, a mitologia, os ritos, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO 1989, apud TAMASO, 2006, p.33).

Posey (1987-1984); Gomez-Pompa (1971); Gomez-Pompa e Kaus (1992) citados por Diegues e Arruda (2001) se baseiam na ecologia social ao propor que a biodiversidade não é um conceito simplesmente biológico, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies, e de ecossistemas, mas é também o resultado de práticas, muitas vezes milenares, das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e, em alguns casos, aumentando a diversidade local.

Para Albagli (1998), a diversidade cultural humana – incluindo a diversidade de línguas, crenças e religiões, práticas de manejo do solo, alimentação, expressões artísticas e diversos outros atributos humanos, vem sendo interpretada como um componente significativo da biodiversidade, considerando as recíprocas influências entre o ambiente e a cultura. Desse modo, o conceito de biodiversidade se amplia para sociobiodiversidade.

Portanto, diversidade ambiental não se resume às questões biológicas, englobando também a diversidade de sociedades e culturas humanas e a relação entre eles, abrangendo o patrimônio ambiental tangível e intangível.

Ainda, segundo MMA (2002), biodiversidade não se restringe a um conceito do mundo natural: é também uma construção social e cultural. As espécies são objeto de conhecimento, uso e domesticação, bem como fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, por fim, mercadoria nas sociedades modernas.

1.1.4. Populações Tradicionais

Para Santilli (2005), “*O conceito de populações tradicionais, desenvolvido pelas ciências sociais e incorporado ao ordenamento jurídico, só pode ser compreendido com base na interface entre biodiversidade e sociobiodiversidade*”.

A Portaria do Ibama, nº 22/92, que cria o Centro Nacional de Populações Tradicionais – CNPT define populações tradicionais como *comunidades que tradicional e culturalmente têm sua subsistência baseada no extrativismo de bens naturais renováveis*. Este é um conceito limitado às populações extrativistas, visto que a linha de atuação do CNPT são as populações extrativistas. Outra limitação deste conceito é a de não enfatizar a necessidade desta atividade se dar em bases sustentáveis.

Entretanto, comunidades de base predominantemente agrícolas também podem ser consideradas populações tradicionais, a exemplo de muito grupos indígenas e comunidades quilombolas.

Diegues e Arruda (2001) definem populações tradicionais como “*grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Tal noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional adaptados a nichos ecológicos específicos*” Esse conceito mais abrangente inclui, dentre outras, as comunidades indígenas, caiçaras, quilombolas, quebradeiras de coco, seringueiros, pescadores artesanais, etc.

De acordo com MMA (2007), o Brasil possui uma rica sociobiodiversidade representada por mais de 200 povos indígenas e uma variedade de tipos de diferentes de comunidades que vivem diretamente dos recursos naturais (quilombolas, caiçaras, seringueiros, etc.) e que reúnem um inestimável acervo de conhecimentos tradicionais sobre a conservação da biodiversidade.

Recentemente, o Governo Federal aprovou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (Dec nº 6040/2007), que no seu artigo 3º apresenta um conceito de populações tradicionais como “*grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosas e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição*”.

Esse conceito, embora legitimado por uma construção coletiva, junto às comunidades tradicionais, tem recebido críticas de ambientalistas e antropólogos, por ser, numa minuciosa análise, muito abrangente. Visando delimitar um perfil dessas comunidades, Diegues (1998) apresenta algumas características que identificam as culturas tradicionais:

- Construção de um modo de vida de dependência ou até simbiose com a natureza;
- Conhecimento aprofundado da natureza e seus ciclos, refletido na elaboração de técnicas de manejo dos recursos que são passados de geração em geração por via oral;
- Noção de um território onde acontecem as práticas socioeconômicas;
- Moradia e ocupação do território por várias gerações;
- Importância das atividades de subsistência, embora exista, em maior ou menor escala, a produção mercantil;
- Reduzida acumulação de capital;
- Importância da unidade familiar, doméstica ou comunal e das relações de parentesco e compadrio para a realização de atividades econômicas e socioculturais;
- Importância das simbologias como os mitos e rituais relacionadas com as atividades de caça, pesca e extrativismo;
- Tecnologia de baixo impacto e reduzida divisão do trabalho;
- Fraco poder político;
- Auto-identificação ou identificação por outros de pertencerem a uma cultura distinta das outras.

1.1.5. Áreas Prioritárias para a Conservação

Identificar Áreas Prioritárias é uma das principais estratégias para auxiliar o processo de definição de políticas para a conservação da natureza *in situ*. Em escala mundial, a Conservação Internacional – CI, uma organização não-governamental especializada em conservação da natureza), identifica os *hotspots* do planeta.

De acordo com a Conservação Internacional do Brasil (2007) o conceito de *hotspot* foi criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers para definir quais as áreas mundialmente mais importantes para a conservação da biodiversidade. A estratégia escolhida foi identificar as regiões que concentravam os mais altos níveis de biodiversidade e maior pressão antrópica. *Hotspot* é, portanto, toda área prioritária para conservação, isto é, de rica biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. Para ser definida como um *hotspot*, a área deve possuir pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e ter perdido mais de 3/4 de sua vegetação original.

Inicialmente, Myers identificou 10 hotspots. Já no ano de 1999 foram identificadas 15 novas áreas e em 2005, a CI atualizou a análise dos *hotspots* para 34 regiões, hábitat de 75% dos mamíferos, aves e anfíbios mais ameaçados do planeta. A soma das áreas de todos os *hotspots*,

cobre 2,3% da superfície terrestre, onde se encontram 50% das plantas e 42% dos vertebrados conhecidos. No Brasil foram identificados 2 *hotspots*: a Mata Atlântica e o Cerrado (CI-BRASIL, 2007).

Uma das estratégias brasileiras para a conservação de áreas prioritárias foi a elaboração de um programa, coordenado pelo MMA, para identificar e avaliar Áreas Prioritárias para a conservação dos biomas brasileiros. Nesse estudo, a região da Costa do Dendê foi classificada como de extrema prioridade para a conservação da biodiversidade, tanto nos estudos referentes ao bioma mata atlântica, quanto em relação aos ecossistemas costeiros.

Diegues e Arruda (2001) fazem uma crítica às estratégias de conservação da biodiversidade, com enfoque naqueles utilizados para a definição de *hotspots*. Segundo os autores, os critérios são quase que totalmente de ordem biológica. A sugestão é a criação de critérios decorrentes de paisagens criadas pelas populações tradicionais; um dos critérios a ser criado seria o de áreas de alta biodiversidade decorrentes do conhecimento e manejo das populações tradicionais.

Sem sombra de dúvida, estudos, levantamentos e inventários sobre a biodiversidade brasileira são úteis e necessários para conhecimento, uso e conservação. Entretanto, esse não deve ser campo de uma única ciência. A questão ambiental, pela sua complexidade, exige esforços científicos na busca de uma práxis interdisciplinar, capaz de fundir saberes até então compartimentados.

1.1.6. Áreas Naturais Protegidas e Unidades de Conservação

A criação de espaços naturais legalmente protegidos para a conservação da natureza *in situ* surgiu nos EUA, no ano de 1872 com a criação do Parque Nacional Yellowstone. A idéia dos Parques foi a perpetuidade de áreas naturais íntegras para o lazer da população.

Seguindo este modelo, o Brasil criou, a partir de meados do século XX, inúmeros Parques Nacionais, a exemplo de Itatiaia e Foz do Iguaçu. Com o passar dos anos, as áreas protegidas tiveram seus objetivos expandidos e diversificados e outras categorias foram sendo criadas no Brasil e no mundo. No Brasil, destacam-se as Áreas de Proteção Ambiental – APA e as Reservas Extrativistas – RESEX, ambas criadas sob a ótica do Desenvolvimento Sustentável, permitindo a presença de populações humanas residindo em seus limites, sendo esta última, específica para as populações tradicionais.

Em 2000 foi sancionada a lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC – marco da conservação ambiental no Brasil. O termo Unidades de Conservação foi instituído no Brasil como correspondente ao termo internacional Áreas Protegidas.

Com o SNUC foram criados dois grandes grupos de categorias de Unidades de Conservação: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. Mas o grande destaque do sistema nacional foram as categorias de Uso Sustentável, baseadas em teorias socioambientalistas e destinadas especificamente para abrigar populações tradicionais: as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS.

1.2. Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho possui caráter interdisciplinar por realizar análise da dinâmica territorial e por envolver fundamentos da geografia física e humana e temas de biologia da conservação e antropologia.

Neste contexto foram construídos os seguintes eixos de análise: o **ambiental**, onde serão abordados conceitos de Áreas Prioritárias e ecossistemas (com ênfase nos ecossistemas costeiros) e unidades de conservação; o **cultural**, que integra conceitos de comunidade tradicional, territorialidade e meios de sobrevivência de comunidades de pescadores artesanais e quilombolas; o **político-econômico**, através do qual foram identificadas as alternativas econômicas e os programas de desenvolvimento para a região; e o **geográfico-espacial**, transversal a todos os outros, e fundamental para a análise da problemática. Neste eixo estão inseridos os conceitos de território, região e Sistemas de Informações Geográficas – SIG.

Verifica-se, portanto, que as ciências ecológicas e sociais devem atuar juntas por meio de uma investigação mais complexa por integrar diferentes óticas e escalas de análise para um determinado fenômeno. Esta teoria vem sendo discutida como paradigma do ambiente em fluxo. Para Gilson, Sheridan e Brockington (2003), o paradigma da natureza e cultura em fluxo descreve uma relação homem-natureza que é desequilibrada, historicamente contingente e constantemente negociada, e de atores desiguais. Mais do que testar hipóteses, esse paradigma sugere que ecologistas e cientistas sociais trabalhem com múltiplas hipóteses, investigadas em escalas temporal e espacial, apontando para a compreensão da interação entre ecologia, meio ambiente e influências sociais.

1.2.1. Coleta de informações

Numa etapa inicial da pesquisa foram feitas análise em dados secundários de origens diversas, com o intuito de definir o recorte: a zona estuarina da Costa do Dendê, suas comunidades tradicionais e os vetores de desenvolvimento regional que as afetam diretamente.

Por meio da pesquisa exploratória, complementando as informações secundárias, foram realizados levantamentos de campo com o uso de técnicas de observação direta e a entrevista semi-

estruturada, junto a representantes das comunidades de pescadores, pescadores artesanais e quilombolas.

Os levantamentos foram realizados em duas etapas: estudos preliminares entre os dias 10 e 25 de dezembro de 2005 e complementares entre os dias 03 a 08 de janeiro de 2007.

1.2.2. Construção do Sistema de Informações Geográficas

Os procedimentos para a identificação de Áreas Prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade na área de estudo foram desenvolvidos por meio do cruzamento de informações numa base de SIG – Sistema de Informações Geográficas, usando os programas *Arcview 3.2 e o Arcgis 9.2*.

O enfoque da pesquisa foi a identificação de áreas essenciais para o uso socioeconômico por comunidades tradicionais, bem como as ameaças de novas interações antrópicas nos ecossistemas e na cultura local. Nesse sentido, a ameaça à conservação da sociobiodiversidade se dá por duas formas:

- potenciais impactos à biodiversidade local que conseqüentemente interferem na qualidade do meio ambiente das comunidades tradicionais;
- potenciais impactos socioeconômicos e culturais que alteram os modos de vida das populações tradicionais.

Os produtos deste trabalho são mapas temáticos sobre vegetação, populações tradicionais, empreendimentos e de áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade, no SIG. De acordo com Aronof (1991) o uso de mapas temáticos de recursos naturais surgiu como ferramenta no reconhecimento e classificação das observações. Na década de 1960 e 1970 a necessidade de integrar informações de mapas de forma rápida e precisa ficou reconhecida, concomitantemente ao início dos trabalhos de avaliação de impacto ambiental.

O SIG é um sistema constituído por uma série de programas e processos de análise cuja característica principal é focalizar o relacionamento de determinado fenômeno da realidade com a sua localização espacial, sendo que a localização do fenômeno perde importância frente à possibilidade de estudar aspectos mais complexos como os de vizinhança e continuidade envolvendo áreas extensas (Teixeira *et al.*, 1992).

Nos últimos anos, o SIG vem sendo utilizado em larga escala, em diversas áreas do conhecimento, como uma importante ferramenta auxiliar para a análise e gestão do território. Na área ambiental, tem contribuído na definição de estratégias de conservação ágeis e eficazes, por permitir uma análise integrada de diversos fenômenos.

Por meio do cruzamento dos mapas temáticos, adaptado de elementos de metodologias desenvolvidas por MMA (2002a), MARTINS (2004) e MACHIORO (2003), foi construída uma metodologia para identificação de Áreas Prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade. O passo a passo da construção do SIG será apresentado com mais detalhe no capítulo V.

1.2.3. Metodologia de Construção do SIGs

A metodologia de identificação de áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade teve como base Martins (2004). Entretanto, neste trabalho, foi dada ênfase na relação conflituosa existente nas áreas de uso das comunidades tradicionais, frente aos vetores turismo, exploração de hidrocarbonetos e carcinicultura.

O SIG da Costa do Dendê foi construído a partir das seguintes informações básicas:

- Cartas topográficas do IBGE na escala 1:100.000 digitalizadas, obtidas junto à SEI;
- Arquivos shape da cobertura vegetal do Litoral Sul da Bahia (atualizados em 2001);
- Localização das comunidades tradicionais da Costa do Dendê retiradas in loco com GPS ou de mapas locais;
- Limites dos Blocos fornecidos pela ANP;

Os programas utilizados foram o Arcview 3.2 e o Arcgis 9.2., adotados para a escala, datum SAD 69. O SIG foi executado conforme as Figuras 38, 39 e 40.

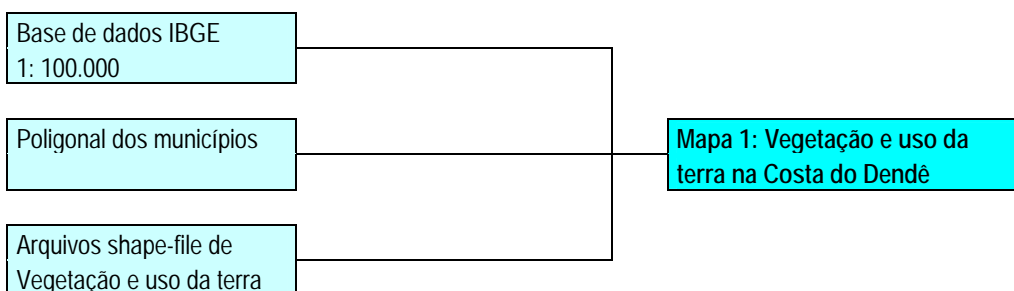


Figura 38: Diagrama ilustrativo da Construção do Mapa de Vegetação

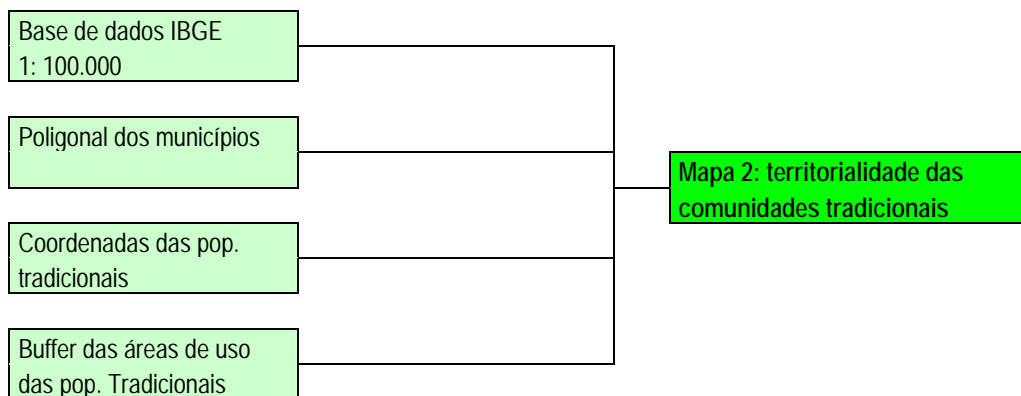


Figura 39: Diagrama ilustrativo da Construção do Mapa das comunidades

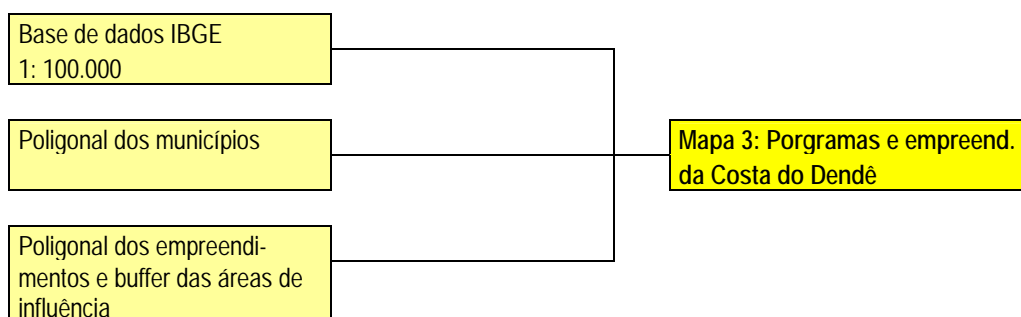


Figura 40: Diagrama ilustrativo da Construção dos mapas de localização dos empreendimentos

Os parâmetros antrópicos escolhidos foram: rotas turísticas, localidades turísticas, blocos concedidos para a exploração de hidrocarbonetos e locais de maricultura. Para definição das áreas de influência foram criados na ferramenta *buffers* do SIG, conforme tamanhos pré-definidos, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Áreas de influência das comunidades, blocos, turismo, rotas e maricultura

TIPO	TAMANHO	PESO
Comunidade – área de influência direta	Raio = 3 km	2
Comunidade – área de influência indireta	Raio = 8 km	1
Área de bloco	O próprio bloco	2
Área de influência de bloco	10 km para o continente	1
Localidade turística	Raio = 1 km	2
Rota turística	Largura = 1 km	1
Entorno carcinicultura	Raio = 3 km	2
Entorno tanque-rede	Raio = 1 km	1

As sobreposições foram realizadas utilizando a ferramenta *Raster calculator* (RC) da extensão *Spatial Analyst* (AS) inseridas no programa. Outra ferramenta utilizada foi o *Geoprocessing Wizard* (GW) para gerar um arquivo único com base em arquivos individuais (função *Merge*). O resultado é um mapa de prioridades conforme parâmetros definidos conforme Tabela 3. Na Figura 41 é apresentado um diagrama de como foram executadas as sobreposições.

Tabela 3: Grau de prioridade conforme critério pré-definido

Somatório dos pesos (critério)	Grau de prioridade
1	Baixa prioridade
2	Média baixa prioridade
3	Média prioridade
4	Média alta
5	Alta prioridade
6 ou mais	Extrema prioridade

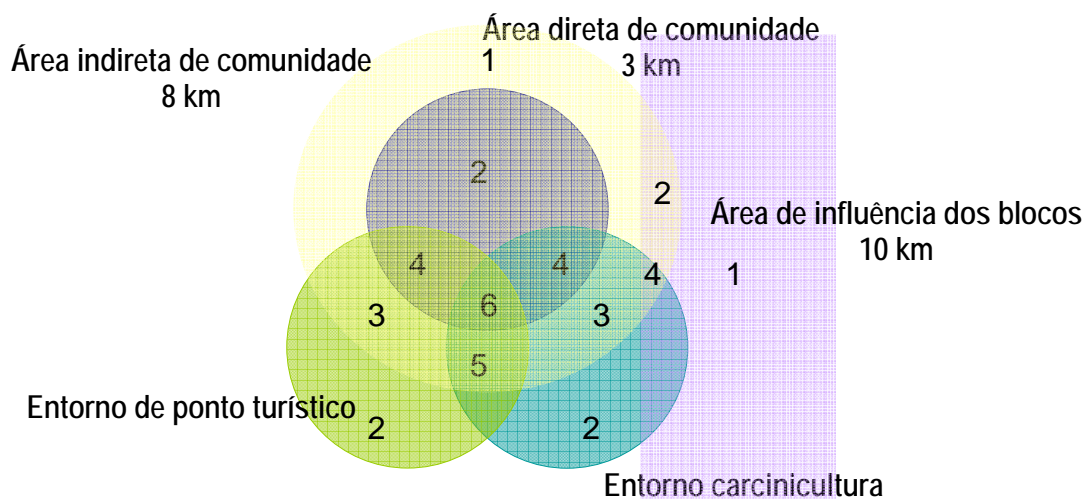


Figura 41: Diagrama ilustrativo da sobreposição de temas

CAPÍTULO II

Um Olhar sobre o Ambiente Natural da Costa do Dendê

2.1. Área de Estudo: o território Costa do Dendê

2.1.1. Baixo Sul da Bahia

A Bahia é o Estado brasileiro de maior extensão litorânea. Área de domínio da Floresta Atlântica e de inúmeros ecossistemas costeiros como manguezais, praias, estuários, recifes e restingas, a região engloba municípios, culturas e bases econômicas diversificadas, configurando-se como um dos principais pólos turísticos do país.

De acordo com CAR (1997), do ponto de vista espacial, a região sul do Estado da Bahia é composta de três subáreas: Baixo Sul, Região Cacaueira e Extremo Sul. Esta regionalização decorre do cruzamento de variáveis edafoclimáticas e sistemas de produção praticados.

Geograficamente, a região do Baixo Sul da Bahia está situada entre a Baía de Todos os Santos e a Região Cacaueira. Assim, os municípios pertencentes à região do Baixo Sul, segundo CAR (1997), são: Valença, Cairu, Nilo Peçanha, Taperoá, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Maraú, Presidente Tancredo Neves, Piraí do Norte e Teolândia.

A Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia – AMUBS inclui também o município de Ibirapitanga. De acordo com Fisher (2007), para os municípios em que a inclusão na área delimitada como Baixo Sul pode ser controversa, cabe uma justificativa individual. Para o autor, considerar Ibirapitanga como parte do Baixo Sul justifica-se por sua entrada estratégica na AMUBS e por pactuar com uma nova proposta microrregional de desenvolvimento ao lado de outros dez municípios. Já o município de Teolândia, por influenciar e provocar impactos ambientais nos afluentes da sub-bacia do Rio das Almas ou Jequié. E Maraú, tanto por ser parte integrante da Costa do Dendê e ter sido contemplada no Programa de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR-II, como por ter uma estreita relação comercial com Camamu.

Existem outras configurações espaciais com vistas à regionalização e sub-regionalização dos municípios baianos, com ênfase em aspectos econômicos e administrativos, entretanto a definida acima tem se caracterizado como a mais usual, ainda longe de ser ideal. Isso se deve ao fato de que, conforme afirma Fisher (2007), “*a (sub)regionalização não é uma técnica exata. Como não há uma metodologia melhor do que as outras, sempre caberá um questionamento dos critérios adotados para se chegar a determinado grupamento de municípios, fracionamento de regiões, divisão de sub-regiões, definição de mesorregiões, microrregiões, regiões, áreas e espaços*”(FISHER, 2007).

As características históricas e culturais do Baixo Sul se assemelham com as do recôncavo baiano, que devido à proximidade de contato via navegação, construíram estreitos laços entre essas regiões. As principais vias de acesso ao interior tiveram como pontos de acesso as cidades de Cairu e Valença (CAR, 1997).

Dos municípios que compõem o Baixo Sul da Bahia, são de interesse desta pesquisa aqueles que se encontram na faixa litorânea, num território conhecido por Costa do Dendê. A escolha desta área como de interesse para a pesquisa se deve ao fato de que nessa região é grande a variedade de ecossistemas, tipos humanos, modos de vida e culturas, mas principalmente por ser um dos últimos recantos preservados do litoral sul do Estado e que vem sofrendo com os crescentes impactos ambientais das atividades econômicas que despontam na região, a exemplo da exploração petrolífera, da aqüicultura (principalmente a carcinocultura) e do turismo.

2.1.2. Costa do Dendê

A Costa do Dendê é o conjunto dos municípios costeiros da microrregião econômica do Baixo Sul da Bahia. Geograficamente, está limitada ao norte pelo Rio Jiquiriçá, logo abaixo da Baía de Todos os Santos e ao sul pelo Rio de Contas, fazendo divisa com a região cacaeira. Está localizada entre as latitudes 13°12' e 14°17'S e longitudes 38°48' e 39°50'E.

A expressão Costa do Dendê foi criada e difundida pela Bahiatursa (órgão do Estado da Bahia, vinculado à Secretaria de Turismo com o objetivo de execução de políticas de promoção, desenvolvimento e fomento do turismo) com vistas facilitar a compreensão do parcelamento territorial dos atrativos do Estado em pólos turísticos, de acordo com similaridades naturais, históricas e culturais de cada região. Assim, o litoral baiano foi dividido de norte a sul da seguinte forma: Costa dos Coqueiros (litoral norte), Recôncavo Baiano (Baía de Todos os Santos), Costa do Dendê (de Morro de São Paulo à Península de Maráú), Costa do Cacau (região cacaeira, entre Ilhéus e adjacências), Costa do Descobrimento (região de Porto Seguro e adjacências) e Costa das Baleias (região do arquipélago de Abrolhos, no extremo sul do Estado). No interior foram definidas as zonas: Chapada Diamantina, Caminhos do Oeste, Lagos do São Francisco, Caminhos do Sertão e Vale do Jiquiriçá (vide fig.1).

Os municípios que compõem a Costa do Dendê são Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maráú. A predominância dos plantios de dendê ao longo da BA-001 (rodovia estadual que interliga os municípios da região) marca a paisagem, fazendo destes uma referência que justifica o nome escolhido.

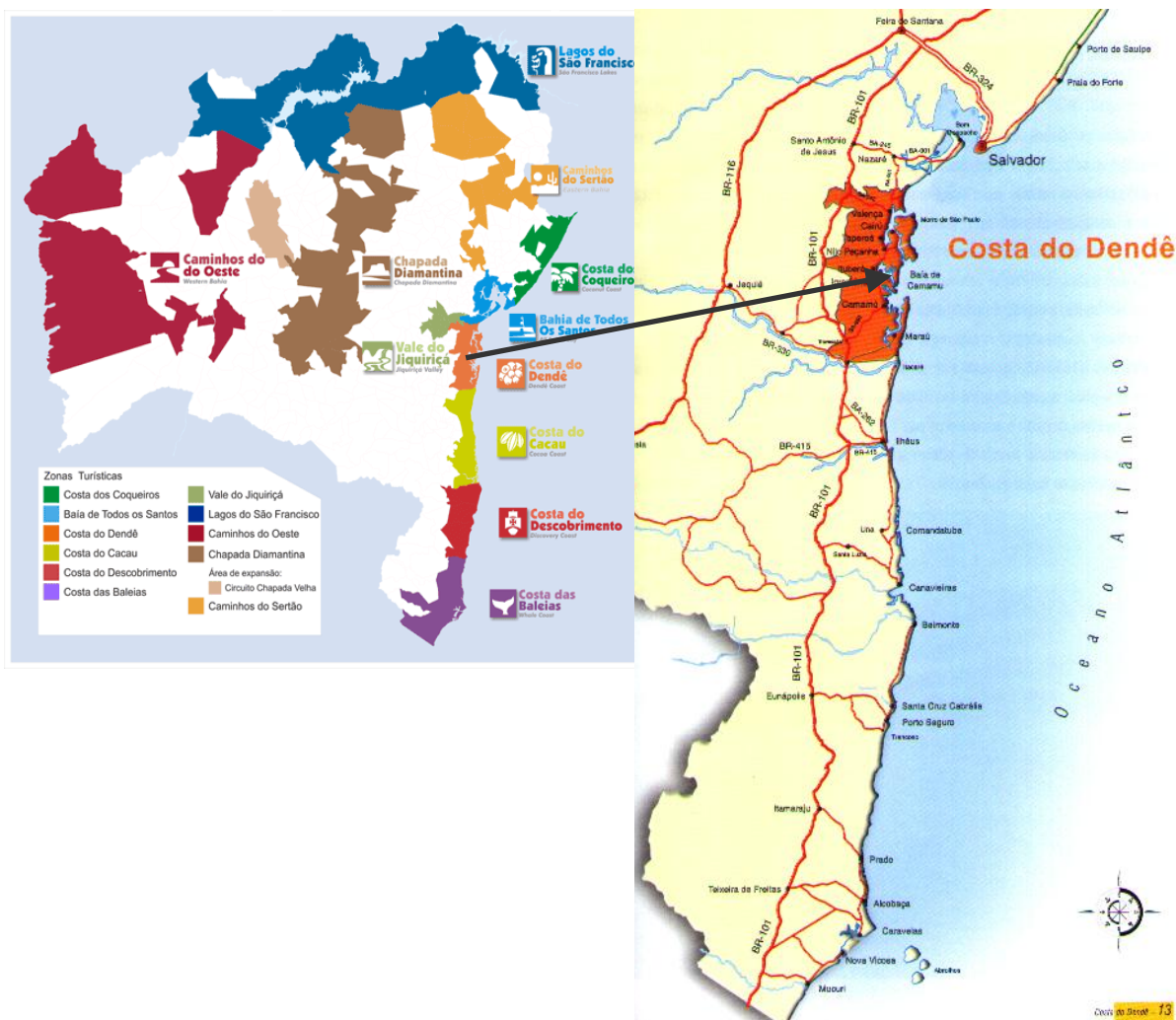


Figura 1: Divisão do Estado da Bahia em zonas turísticas e a localização da Costa do Dendê
 Fonte: SETUR,2007 e BAHIA, 2001

Dentre as características físicas naturais da região, destaca-se potencial hídrico da Baía de Camamu. Este complexo estuarino situa-se entre o continente a oeste e uma extensa faixa de recifes de corais, areias e cordões litorâneos, a leste, assim a atuação das ondas é mínima, havendo influência considerável apenas das marés. Os rios com maiores contribuições neste estuário são o Rio das Almas e o Rio Serinhaém. Canais profundos separam a planície das inúmeras ilhas fronteiras, próximas à costa, com destaque para Tinharé e Boipeba (DIEGUES, 2002).

As terras altas da Costa do Dendê comportam a floresta ombrófila densa em diversos estágios de regeneração, as zonas costeiras são predominantemente ocupadas por formações pioneiras de influência marinha herbácea e arbórea (restinga) e também por formações pioneiras de influência fluviomarinha arbórea (manguezais).

Dentre os maiores atributos desses ecossistemas, destaca-se a alta biodiversidade de fauna e flora, a grande produtividade e a diversificação da atividade primária – com destaque para a pesca artesanal e o extrativismo animal e vegetal –, as variadas atrações turísticas, além de uma grande diversidade cultural.

Nas zonas de restingas existem grandes áreas naturais de piaçava exploradas principalmente por comunidades remanescentes quilombolas que sobrevivem do extrativismo da piaçava e da agricultura de subsistência. Plantios de coco, principalmente nas áreas litorâneas e de dendê e cravo-da-índia ao longo da estrada também caracterizam os principais usos do solo do território.

Os mais de 120 mil hectares de estuários e manguezais da Costa do Dendê, ecossistemas considerados berçários da vida marinha, representam importante fonte de alimentação, emprego e renda para uma parcela significativa dos, aproximadamente, 207¹ mil habitantes desses 8 municípios, uma vez que a pesca tradicional e a mariscagem são atividades econômicas que contribuem efetivamente na formação cultural da região.

Suas ilhas, praias e estuários estão entre os principais destinos turísticos do litoral baiano nos últimos anos. Destacam-se neste contexto as ilhas de Tinharé e Boipeba, ambas no município de Cairu, as praias de Guaimbim, em Valença, do Pratigi, em Ituberá, as ilhas da baía de Camamu e a península de Marau, que desponta como um novo pólo turístico baiano.

2.2. Características Físicas

2.2.1. Clima

A Bahia encontra-se em uma posição geográfica de transição de clima, devido à influência de quatro correntes de circulação atmosférica de caráter regional, geradas em fontes externas. Toda esta circulação atmosférica, de direções opostas, confere os padrões de comportamento atmosférico que caracterizam o território baiano, como as entradas de frentes frias durante todo o ano pelo litoral, brisas marítimas e terrestres, possibilitando que a região litorânea apresente uma alta pluviosidade e distribuição regular da precipitação, não sendo registrados períodos secos (CRA, 2000).

De acordo com a Classificação Climática de Köppen, a região da Costa do Dendê apresenta-se sob a influência do clima do tipo Af - Clima tropical chuvoso de floresta, sem estação seca. Através da análise do cartograma da distribuição anual da precipitação pluviométrica litoral do Estado da Bahia, constata-se que a região do litoral apresenta o maior grau de umidade do Estado (SEI, 1998).

¹ De acordo com o IBGE – censo 2000.

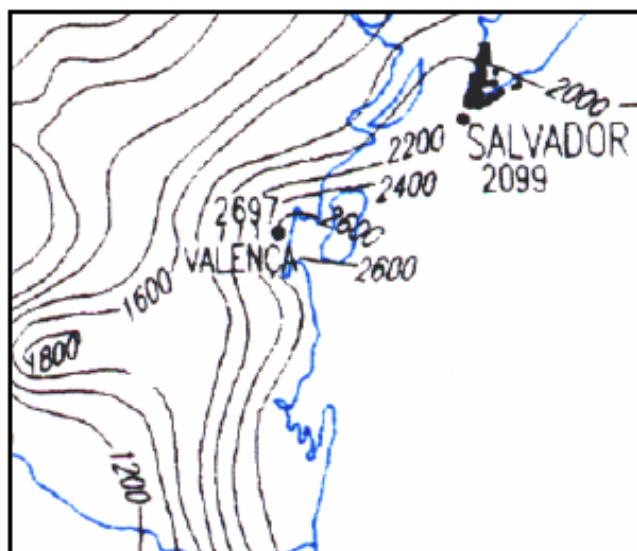


Figura 2: Linhas de distribuição pluviométrica da região
Fonte: IDES, 2001

Segundo El Paso (2003), a área de estudo apresenta clima tropical costeiro, com elevadas temperaturas e precipitações influenciadas pela proximidade do mar. Está, de um modo geral, sob domínio do regime climático dos ventos alísios do Atlântico, sendo que o clima nesta região sofre ainda efeitos da circulação secundária do tipo brisas marítimas e terrestres, que influenciam os índices pluviométricos e amenizam as temperaturas.

A distribuição da pluviometria mantém sintonia com a atuação dos sistemas atmosféricos produtores de chuvas, que acarretam maiores totais pluviométricos ao longo do litoral. O regime pluviométrico é considerado regular com ocorrência de chuvas em todos os meses do ano, alcançando valores superiores a 2000 mm e valores mínimos de 1800 mm. A umidade relativa média fica entre 84% e 90%, com cerca de 60% da chuva ocorrendo entre abril e agosto.

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (1998), a temperatura média anual da região é de 24,6°C, com amplitude térmica em torno dos 9 °C, e pequenas diferenças de estação para estação. As médias mínimas são verificadas nos meses de junho a agosto, oscilando de 18,6°C a 20,3°C. As médias máximas giram em torno de 28,7°C a 30°C, entre os meses de novembro a março.

2.2.2. Geologia e Geomorfologia

Ao longo da margem continental da região leste estão distribuídas cinco bacias sedimentares mesozóicas: Alagoas/Sergipe, Camamu, Almada, Jequitinhonha e Espírito Santo.

A área estudada está situada no domínio IV da zona costeira do estado da Bahia e no compartimento tectônico das bacias mesozóicas Camamu-Almada (EL PASO, 2003).

Esta área é uma extensa planície marinha originada a partir da deposição sucessiva de cordões litorâneos, os quais predominam sobre as áreas alagadiças. Ocorrem, também, manguezais associados a desembocaduras de rios e estuários, e colinas. Portanto, a área em estudo, em grande parte, pode ser definida como um grande depósito marinho holocênico e pleistocênico, formado por cordões arenosos intercalados com áreas alagadiças. (CODEMA, 2006).

2.2.3. Oceanografia

As baías de Valença e Camamu embora justapostas e com características similares, não são contíguas (a restinga do Pratigi separa os dois estuários) e se separam do oceano por uma faixa de recifes de corais, areias e cordões litorâneos, com influência mínima das ondas, sendo consideráveis apenas as marés (DIEGUES, 2000).

Quanto às correntes marítimas da área de estudo, El Paso (2003) afirma que apresentam comportamentos diferenciados, dependendo do tipo de área. Nas áreas internas, a velocidade da corrente varia de acordo com a maré, com intensidades maiores durante a maré vazante e menores durante a maré enchente. A direção da corrente, durante a maré enchente, predomina no sentido S-SW e durante a maré vazante na direção N-NE. A velocidade de corrente é de 40 cm/s e as velocidades excedem esta média durante 56% do tempo.

Nos canais dos rios verificam-se velocidades maiores no meio do canal, durante a maré vazante, e decrescem com a profundidade a partir da superfície, atingindo um máximo de 140 cm/s, na superfície, e um mínimo de 60 cm/s, próximos ao fundo. Já nas áreas externas, não protegidas, a velocidade da corrente diminui no sentido da superfície para o fundo com intensidades em torno de 60 cm/s na superfície. A direção da corrente durante o período medido variou entre SE e SW sendo, predominantemente, SE na superfície. As máximas correntes superficiais e à meia água foram 74 cm/s e 59 cm/s, respectivamente. A máxima corrente de fundo foi de 39 cm/s (EL PASO, 2003).

2.2.4. Rede Hidrográfica

De acordo com o anuário estatístico do IBGE (1994) a região da baía de Camamu e adjacências é integrante das Bacias do Leste. O encontro das águas desta rede forma o canal de Taperoá (Baía de Valença, segundo alguns autores) e a Baía de Camamu. As planícies de restinga do Pratigi separam estes dois estuários.

As baías de Camamu e Valença recebem os rios Serinhaém, Acaraí, Camamu e Pinaré, dentre outros de menor vazão (DIEGUES, 2000), conforme pode ser verificado no quadro abaixo.

Quadro 1: Principais rios de deságuam na zona estuarina da Costa do Dendê

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS RIOS
Valença	Una, Jiquiriçá, Pitanga, do Braço, Graciosa ou Engenho, Piau
Cairu	Riacho Gamboa
Taperoá	Jequié ou das Almas, Camuruji, Engenho, Carijé
Nilo Peçanha	Jequié ou das Almas, do Braço, Santo, Santo Antônio
Ituberá	Juliana, Cachoeira Grande, Serinhaém, Rio de Barro, Riacho Maribu, Santarem, Rio das Piabas, Cabatá
Igrapiúna	Juliana, Cachoeira Grande, Serinhaém, Igrapiúna, Pinaré
Camamu	Cachoeira Grande, Acaraí, Orijó, Sorojó
Marauá	Ambuda, Bitus, Carapitangui, do Aibim, do Campinho, Oricó-Mirim, Pará-Mirim, Piracanga, Riacho Santa Luzia

Fontes: Costa do Dendê, BAHIATURSA, 1998 e Anuário de Estatística, SEI/SEPLANTEC, 2001.

2.3. Cobertura Vegetal

De acordo com a classificação de vegetação do IBGE, a Costa de Dendê está numa área de encontro de domínios fisionômicos da mata atlântica e dos ecossistemas costeiros.

Nas terras altas, a oeste da rodovia BA-001 estão as manchas de floresta ombrófila densa intercaladas com a diversidade de usos da terra da região. A leste, encontram-se os ecossistemas costeiros, com predomínio das formações pioneiras de influência marinha (restingas) e fluvio-marinhas (manguezais), entrecortados por estuários e que formam as inúmeras ilhas da baía de Camamu.



Figura 3: Vista aérea da mata atlântica e manguezais na Costa do Dendê

Fonte: arquivo do IDES, 2000.

2.3.1. O bioma Mata Atlântica

“(…) considera-se Mata Atlântica as formações florestais e os ecossistemas associados inseridos no domínio Mata Atlântica, com as respectivas delimitações estabelecidas pelo Mapa de Vegetação do Brasil, do IBGE 1988: Floresta Ombrófila Densa Atlântica; Floresta Ombrófila Mista; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; manguezais; restingas; campos de altitude; brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste”(IBGE, 1994).

O domínio da floresta atlântica ocupa uma superfície de 110.723.611 ha, 12,97% do território brasileiro e se estende ao longo da costa brasileira do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, cobrindo quase a totalidade dos Estado do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, além de partes de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, além de alguns encaves em mais dois Estados do nordeste brasileiro: Ceará e Piauí. (ARRUDA, 2001).

De acordo com IBGE (1994), a mata atlântica é um bioma com formação vegetal de porte elevado e grande diversidade de espécies, com dossel superior atingindo 40 metros de altura, folhas largas, sempre verdes, podendo apresentar diversos estágios sucessionais e vários extratos, com presença de serrapilheira, cipós, epífitas e trepadeiras.

A variabilidade climática ao longo da sua distribuição é grande, indo desde climas temperados até tropical úmido.

Primeira formação florestal avistada, ocupada e explorada do Brasil pelos europeus, a floresta atlântica tem hoje as marcas de uma história de devastação: descaracterização da paisagem,

perda de habitats e de espécies. Segundo BAHIA (2001), o corte da madeira nos séculos XVI e XVII em Cairu foi tão intenso e gerou tantos lucros que, em 1870, o governo criou a função de Juiz Corregedor das Matas para deter a exploração descontrolada das matas, medida essa que não surtiu efeito. Assim, 20 anos depois a Coroa decidiu por tombar as matas restantes estancando a produção madeireira na ilha.

Os ciclos econômicos se sucederam e a floresta foi sendo fragmentada e substituída por agricultura, pasto, cidades. Segundo dados as Rede de ONGs da Mata Atlântica, restam apenas cerca de 8% da cobertura original do bioma no território brasileiro. (REDE DE ONGS DA MATA ATLÂNTICA, 2007)

Para o Estado da Bahia, o mapeamento da Mata Atlântica realizado pelo Projeto Mata Atlântica do Centro de Recursos Ambientais (CRA, 1996), concluiu que restam aproximadamente 13% da sua cobertura vegetal. Mas apesar de apresentar esses números, a situação é muito mais crítica, em função da forte fragmentação a que esse ecossistema está submetido. Ainda assim, considerando-se apenas os remanescentes de alta densidade os valores são inferiores a 4%.



Figura 4: Domínio original e remanescentes da mata atlântica no Brasil

Fonte: Fundação Mata Atlântica / IMPE / ISA, 1998 e C.I./Fund. Biodiversitas Soc, 1993

A Mata Atlântica é um dos 25 *hotspots* de biodiversidade reconhecidos no mundo, áreas que perderam pelo menos 70% de sua cobertura vegetal original, mas que, juntas, abrigam mais de 60% de todas as espécies terrestres do planeta. Essas áreas críticas ocupam menos de 2% da superfície terrestre estado de conservação da biodiversidade.

Na região de estudo, os remanescentes são classificados por Floresta Ombrófila Densa, em diversos estágios sucessionais, segundo a Resolução CONAMA 10 (Brasil, 1993a): floresta primária, floresta secundária em estado avançado de regeneração, floresta secundária em estado médio de regeneração, floresta secundária em estado inicial de regeneração e formações pioneiras. Na Costa do Dendê predomina a floresta secundária em diferentes estágios sucessionais, além da floresta ombrófila com palmeira.

A Floresta Ombrófila com palmeira, apesar das interferências a que foi submetida, ainda mantém suas características florestais. Apresenta altura média em torno de 12,0 m a 20,0 m e estrutura pluriestratificada, destacando-se, às vezes, algumas árvores emergentes, seguido de um estrato dominante, outro co-dominante e/ou dominado, e um último estrato herbáceo-arbustivo mais diluído ou mais adensado, onde estão presentes as plântulas da regeneração natural. Em geral, o sub-bosque pode se apresentar de raleado a mais ou menos denso, de acordo com a menor ou maior abertura do copado. A presença de palmeiras é comum, às vezes, formando comunidades gregárias, destacando-se, em especial, a piaçaveira (*Attalea funifera*) (CODEMA, 2006).

2.3.2. Os Ecossistemas Costeiros

A costa brasileira, com seus mais de 8500 quilômetros de extensão abriga um mosaico de ecossistemas – mares, estuários, ilhas, manguezais, restingas, dunas, praias, falésias, brejos, costões rochosos e recifes de corais. Isso se deve, basicamente à grande extensão e às diferenças climáticas e geológicas da costa brasileira.

As zonas costeiras são áreas de transição ecológica, que desempenham importante função de ligação e trocas genéticas entre ecossistemas terrestres e marinhos, sendo portanto, ecossistemas de transição classificados como ambientes complexos e diversificados, de extrema relevância para a sustentabilidade da vida no mar por abrigar e dar suporte à alimentação nas fases iniciais da maioria das espécies que habitam os oceanos. Ressalta-se, porém, que do ponto de vista biogeográfico o conjunto focado não se caracteriza como uma unidade e não circunscreve um bioma único (MMA 2002a).

2.3.2.1. Estuários e Manguezais

Estuário é a parte final de um rio, quando este que se encontra em contato com o mar. Por esta razão, um estuário sofre a influência das marés e possui tipicamente água salobra. A geomorfologia, a oceanografia do estúrio definem o tipo de vegetação. Os estuários dos rios da Costa do Dendê formam a duas baías e são cercados de manguezais.

A Terra possui área estimada de 162.000 km² de manguezais entre as latitudes 25°N e 25°S, alcançando maior faixa de desenvolvimento entre os trópicos de Câncer e Capricórnio, entre 23°27''N e 23°27''S. No Brasil, cerca de 25.000 km² de manguezais estão distribuídos ao longo da costa continental, com mais de 8000 km, do Oiapoque, extremo norte do país, até Laguna, no litoral de Santa Catarina. Na Bahia, estima-se a existência de 1000 km² de manguezais, distribuídos ao longo de 1181 km de costa. Uma população de cerca de 95000 pessoas depende deste ecossistema. Os maiores bosques localizam-se entre os municípios de Valença e Maraú, na sub-região do Baixo Sul da Bahia, configurando uma paisagem peculiar e típica na Baía de Camamu e Península de Maraú (RAMOS, 2002).



Figura 5: Vista aérea dos manguezais da APA do Pratigi

Fonte: arquivo do IDES, 2000

Os manguezais se caracterizam por ter um tipo de vegetação com influência flúvio-marinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e Santa Catarina. Neste ambiente halófito, desenvolve-se uma flora típica, ora dominada por gramíneas (*Spartina* spp.) e amarilidáceas (*Crinum* ssp), que lhe conferem uma fisionomia herbácea, ora dominada por espécies arbóreas dos gêneros: manguê

vermelho (*Rhizophora* ssp), mangue branco (*Laguncularia* ssp) e *siriúba* (*Avicennia* ssp). Enquanto os dois primeiros ocorrem em áreas mais baixas, o terceiro ocorre em regiões altas. Quando o mangue penetra em locais arenosos é denominado mangue seco (IBGE, 1994). Para Schaeffer-Novelli (1995) são ecossistemas costeiros de transição entre os ambientes terrestre e marinho. Servem de berçários e local de alimentação para a reprodução de muitas espécies biológicas, por serem transformadores de nutrientes inorgânicos em matéria orgânica.

No Brasil, os índios que habitavam o litoral foram os primeiros a usar os manguezais como fonte de obtenção de alimentos. E deles não se retiravam somente peixes, mas também caranguejos, siris, aratus, ostras e lambretas (OLIVEIRA, 2005). Na Costa do Dendê é o ecossistema mais característico e representativo, sendo que de seus recursos sobrevive uma parcela significativa da população local por meio do extrativismo de moluscos e crustáceos (fauna residente) e da pesca de peixes marinhos que usam este ambiente como criadouro.

2.3.2.2. Praias, ilhas e falésias

De acordo com SETUR (2003), as praias arenosas constituem um dos ambientes de maior extensão ao longo de todo o litoral brasileiro, sendo com freqüência delimitados na sua parte superior por um sistema de dunas frontais ou costeiras. Em ambos os ambientes existem informações limitadas sobre sua biodiversidade, principalmente na costa nordestina, em especial a Bahia.



Figura 6: Falésia na ilha de Tinharé

Fonte: arquivo da autora, 2007

As praias da Costa do Dendê são famosas pela beleza, principalmente nas Ilhas de Tinharé, Boipeba, no Pratigi e na Península de Marauí.

A falésia é caracterizada por um abrupto encontro da terra com o mar. Formam-se escarpas na vertical que terminam ao nível do mar e encontram-se permanentemente sob a ação erosiva do mar que por vezes pode provocar desmoronamentos ou instabilidade da parede rochosa. A única falésia encontrada na região está localizada na ilha de Tinharé, entre as vilas de Morro de São Paulo e Gamboa.

2.3.2.3. Restingas

É uma vegetação que recebe influência marinha, presente ao longo do litoral brasileiro, que depende mais da natureza do solo do que do clima. É também conceituada como uma comunidade edáfica que ocorre em mosaicos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo (IBGE, 1994).

Os matagais baixos de restinga configuram-se como uma formação adaptada a solo arenoso e pobre em nutrientes, composta principalmente por arbustos de cactos, bromélias de raízes livre e árvores atrofiadas. Em alguns locais a restinga avança para o interior, por até 20 ou 30 km (DEAN, 1996, p.25 e 26).



Figura 7: Vista aérea da praia e restinga do Pratigi
Fonte: arquivo do IDES, 2000

O termo restinga tem sido aplicado em diferentes sentidos. No sentido geomorfológico, em geral, engloba o conjunto dos depósitos arenosos costeiros, independentemente da gênese variada de tais depósitos. No sentido biótico, restingas são o conjunto das comunidades existentes sobre esses depósitos. Do ponto de vista ecológico as restingas são ecossistemas costeiros, fisicamente determinados pelas condições edáficas (solo arenoso) e pela influência marinha, possuindo origem sedimentar recente. As espécies possuem mecanismos para suportar os fatores físicos dominantes como, a salinidade, forte presença de ventos, extremos de temperatura, solo instável, insolação, etc. (CODEMA, 2006).

A restinga pode ser arbórea – uma formação florestal de tipo edáfico, conhecidas como “ilhas de mata”; herbácea, conhecida também como formação de campos litorâneos, que apresenta-se com uma estrutura eminentemente campestre (estrato herbáceo-graminoso a arbustivo); ou herbácia com coqueiral, situa-se na linha das praias, em faixa não muito larga e se caracteriza pela presença maciça do coqueiro (*Cocos nucifera*). Às vezes constituindo-se de cultura plantada. Encontram-se representados os vegetais típicos da praia, sendo presente o feijão-da-praia (*Canavalia rosea*), a salsa-da-praia (*Ipomoea pes-caprae*), Cactus (*Cereus sp.*), *Ipomoea sp.*, além da *Scaveola plumieri*, as quais exercem alguma ação fixadora sobre os terrenos arenosos (CODEMA, 2006).

A região de estudo abriga uma das maiores áreas de restinga do Estado, com a presença de espécies endêmicas, e ameaçadas de extinção. Entre as árvores da restinga destaca-se a jataipeba que é muito utilizada na fabricação de barcos e canoas.

2.3.2.4. Recifes de Corais

Os recifes de coral constituem-se em importantes ecossistemas, altamente diversificados, tanto no nível local quanto no regional e, principalmente no global. Por abrigarem uma extraordinária variedade de plantas e animais são considerados como o mais diverso habitat marinho do mundo, e por isso mesmo, possuem grande importância econômica, pois representam a fonte de alimento e renda para muitas comunidades. Uma de cada quatro espécies marinhas vive nos recifes, incluindo 65% dos peixes (MMA, 2007).

Os recifes de corais distribuem-se por cerca de 3.000 km ao longo da costa Nordeste, desde o Maranhão até o sul da Bahia, e constituem-se nos únicos ecossistemas recifais do Atlântico Sul (AMARAL & JABLONSKI, 2005).

A ocorrência de recifes de corais na região é verificada na face leste das ilhas Tinharé (praias de Morro de São Paulo), Boipeba e Península de Maraú. Nesses ambientes de alta biodiversidade e sensibilidade ambiental, é feita a captura da lagosta e do polvo por pescadores da

região. As piscinas naturais formadas entre os corais constituem-se um dos maiores atrativos das praias de Morro de São Paulo, Moreré e Taipus de Fora.



Figura 8: Vista aérea dos recifes de corais em Boipeba

Fonte: arquivo do IDES, 2000

2.4. Relevância Biológica da região

Informações sobre o grau de conservação dos ecossistemas costeiros, geralmente estão associadas aos dados oficiais sobre o estado de conservação da Mata Atlântica. Isso se deve ao fato de que em muitas áreas, como é o caso da Costa do Dendê, esses ecossistemas interagem e se fundem. Segundo Arruda (2001), a zona costeira abriga as maiores presenças residuais de mata atlântica, com uma biodiversidade superior de espécies vegetais.

2.4.1. O isolamento geográfico e a conservação

A Costa do Dendê possui algumas peculiaridades em relação às demais regiões do sul da Bahia. A infinidade de canais interligando e ao mesmo tempo isolando as vilas, promoveu o desenvolvimento pontual de cidades portuárias como Camamu, Ituberá e Valença, mas a inexistência de acessos terrestres promoveu, até momentos recentes, o isolamento da região como um todo.

“Até o século XIX, todo o processo de comunicação era realizado por mar e alguns cursos d’água. Por essas vias, cada aglomeração estabelecia contatos diretos com Salvador e, de forma precária, entre si, criando assim o isolamento

dessas cidades, verdadeiras ilhas do ponto de vista econômico e cultural.”
(BAHIA, 2001, p.23)

2.4.2. Definição de Áreas Prioritárias para a conservação da biodiversidade

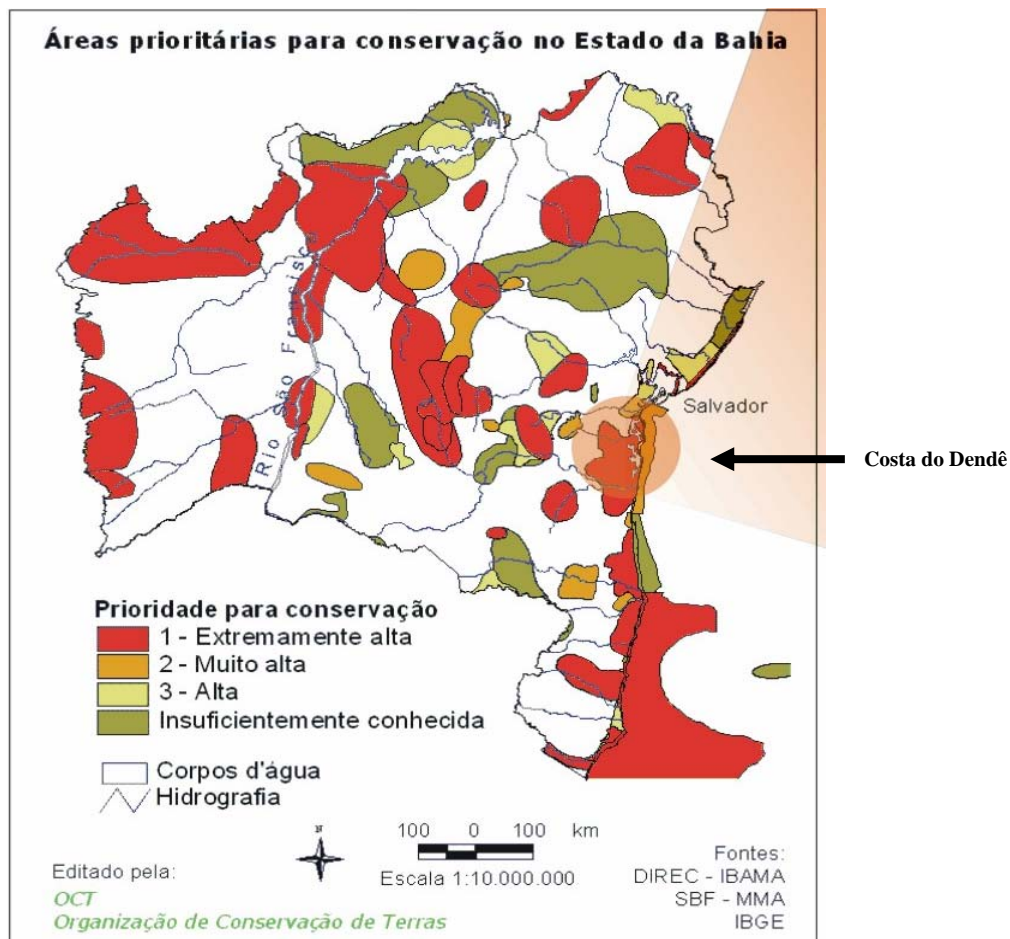


Figura 9: Áreas Prioritárias para Conservação no Estado da Bahia
Fontes: OCT, 2006 e MMA, 2002

Na zona costeira, a biodiversidade não se encontra distribuída igualmente em todos os ecossistemas. Segundo MMA (2002a), praias arenosas e lodosas constituem sistemas de baixas diversidade, devido a ausência de estruturas disponíveis para a fixação de alimentos. Os costões rochosos se encontram em posição intermediária, enquanto que as lagoas costeiras e estuários são sistemas férteis e juntamente com os manguezais comportam-se como abrigo de espécies e exportadores de biomassa para ecossistemas adjacentes. Já os recifes de corais destacam-se por possuir uma diversidade de espécies próxima a de áreas tropicais úmidas.

O MMA definiu áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade de acordo com a importância biológica, número de espécies ameaçadas de extinção e grau de pressão antrópica. No

estado da Bahia, conforme pode ser verificado na figura 9 e nos quadros 2 e 3, a região do Baixo Sul tem prioridade extremamente alta para a conservação.

Quadro 2: Resumo das Áreas prioritárias para a Conservação Mata Atlântica da Costa do Dendê

TEMAS ESTUDADOS	ÁREAS PRIORITÁRIAS	CÓDIGO	CATEGORIA
Flora	Itajuípe/Serra Grande, BA	71	A
Invertebrados	Camamu, BA	75	A
Peixes de água doce - ictiofauna	-	-	-
Anfíbios e répteis	Região de Valença (Camamu), BA	28	A
Aves	Marau / Camamu	67	C
Mamíferos	Remanescentes florestais de Valença até Rio de Contas, BA	18	B
Fatores Abióticos	-	-	-
Pressão Antrópica	Sul da Bahia	7	B
Prioridade por criação de Ucs	Camamu	33	*

* Não foi definida categoria

Fonte: Adaptado de MMA (2002)

Quadro 3: Resumo das Áreas prioritárias para a Conservação da Zona Costeira da Costa do Dendê

TEMAS ESTUDADOS	ÁREAS PRIORITÁRIAS	CÓDIGO	CATEGORIA
Estuários, Manguezais e lagoas costeiras	Baía de Camamu, BA	24	A
Praias e dunas	-	-	-
Recifes de Coral	Região de Camamu e adjacências, BA	10	A
Banhados e Áreas Úmidas Costeiras	-	-	-
Costões Rochosos	Ilhas de Tinharé e Boipeba, BA	4	B
Restingas	Valença, BA; Ituberá, BA; Marau, BA	35, 36, 37	C
Quelônios Marinhos	-	-	-
Mamíferos Marinhos	-	-	-
Aves costeiras e marinhas	Entre Valença e Serra Grande, BA	16	C
Teleosteos demersais e pequenos pelágicos	Baixo Sul da Bahia (entre Valença e Camamu), BA	15	D
Grandes teleosteos pelágicos (atuns e afins)	-	-	-
Elasmobrânquios	Plataforma continental do Oiapoque, AP a Macaé, RJ	1	D
Bentos da Plataforma Continental	-	-	-
Plâncton	-	-	-
Plantas Marinhas	Camamu e complexo insular Tinharé-Boipeba, BA	17	B
Pressão Antrópica	-	-	A
Prioridade por criação de Ucs	Valença e Marau	48	*

* Não foi definida categoria

IMPORTÂNCIA BIOLÓGICA	
A	EXTREMA
B	MUITO ALTA
C	ALTA
D	INSUFICIENTEMENTE CONHECIDA

Fonte: Adaptado de MMA (2002)

2.4.3. Unidades de Conservação da Costa do Dendê

O Estado da Bahia adota uma política de criação de Áreas de Proteção Ambiental - APAs como estratégia para a conservação. Já foram criadas 28 APAs distribuídas por todo o Estado.

A Área de Proteção Ambiental - APA é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (SNUC - Lei 9.985/2000). É, portanto, uma categoria de uso sustentável que permite a presença humana e suas atividades econômicas. Assim, áreas agrícolas, industriais e até mesmo cidades, podem estar inseridas nos limites das APAs .

Na região da Costa do Dendê são 5 APAs Estaduais distribuídas de norte a sul da região: a APA do Guaibim, APA tinharé-Boipeba, APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, APA do Pratigi e APA da Baía de Camamu, conforme descrito a seguir:

APA do Guaibim

A APA do Guaibim, criada pelo Decreto Estadual nº 1164 de 11 de maio de 1992, está localizada numa área de 2000 ha de restinga, situada numa extensa planície litorânea ao norte do município de Valença, entre o canal de Taperoá e a foz do rio Jequiriçá. O seu zoneamento foi aprovado pela Resolução CEPRAM nº 759 de 18 de maio de 1993.

APA Tinharé-Boipeba

Abrange duas das três maiores ilhas do arquipélago que compõem o município de Cairu. Sua extensão territorial está entre os paralelos 13º 22' a 13º 40'S e os meridianos de 38º 51'e 39º 03'W, conforme descrito no Decreto Estadual de criação nº1240, de 5 de junho de 1992. De acordo com CRA (2003) é constituída de um rico ecossistema estuarino, formado por pequenos canais e ilhotas, recortada de morros, barras e recifes. A APA ocupa 43.300 hectares entre a desembocadura do rio dos Patos e o canal de Taperoá.

Seu valioso patrimônio cultural inclui grandes áreas de restinga, muitos brejos e remanescente de Mata Atlântica, além do vasto manguezal que representa um grande potencial para a atividade pesqueira. A APA possui Plano de Manejo e Conselho Gestor.

APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança

Criada pelo Decreto Estadual nº 8552 de junho de 2003, tem o objetivo de garantir a qualidade ambiental do território contido na sua poligonal através do disciplinamento no uso e ocupação do solo. Funciona também como zona tampão ou zona de amortecimento para a Estação Ecológica Wenceslau Guimarães.

Sua localização abrange áreas dos municípios de Ubaíra, Jequiçá, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Taperoá, Nilo Peçanha, Cairú e Valença, perfazendo uma área estimada de 230.296 ha.

APA Pratigi

A APA do Pratigi foi criada pelo Decreto Estadual nº 7272 de 02 de abril de 1998 e abrange os municípios de Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Piraí do Norte e Nilo Peçanha numa área de 85.700 ha. Foi criada para proteger a “grande extensão de praias, restingas, manguezais e mata ombrófila densa, bem assim a representatividade da fauna e da flora das regiões litorâneas, formando um expressivo conjunto dos ecossistemas associados da Mata Atlântica, de importante valor ambiental”, uma vez que as características naturais relevantes e o excepcional valor cênico favorecem o desenvolvimento do turismo sustentável da região (BAHIA, 1998).

A APA abriga animais típicos da fauna local como o macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus apella xanthosternos*), o ouriço-preto (*Chaetomys subspinulosus*), além da preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), a surucucu-pico-de-jaca (*Lachesis muta rhombeata*) e o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), ameaçados de extinção (CRA, 2003).

No âmbito sócio-cultural, destacam-se nesta APA os cultivos de piaçava e coco, principalmente ao longo da praia do Pratigi, a pesca artesanal e a presença de comunidades remanescentes quilombolas. Os principais rios da região são os rios dos Patos, do Pati e o Serinhaém. Este último teve todo o seu curso preservado com a ampliação da APA para a bacia do Juliana (por meio do Decreto Estadual nº 8036 de 20 de setembro de 2001), incluindo a imponente cachoeira da Pancada Grande. Possui conselho gestor e plano de manejo revisado em 2003.

APA Baía de Camamu

Esta APA foi criada pelo Decreto Estadual nº 8.175 de 27 de fevereiro de 2002. Os seus 118000 ha abrangem a Baía de Camamu e áreas continentais, que incluem os municípios de Camamu, Maraú e Itacaré envolvendo as terras, as águas e o conjunto de ilhas e recifes inseridos em sua poligonal.

A APA da Baía de Camamu foi criada com o objetivo de preservar os manguezais, assegurando a diversidade genética da fauna e flora nativa e seus processos evolutivos, em especial a avifauna migratória; proteger as águas doce, salobras e salinas; disciplinar o uso e ocupação do solo; promover o desenvolvimento de atividade socio-econômicas compatíveis com o Limite Aceitável de Câmbio (LAC); combater a pesca predatória; proteger os remanescentes de floresta ombrófila.

Ainda existem outras Unidades de Conservação em esfera municipal como a APA da Planície Costeira do Guaibim (Valença), que inclui a APA Estadual do Guaibim em seus limites, a APA municipal da Cachoeira da Pancada Grande (Ituberá) e a APA

Municipal da Península de Maraú. Esta última criada pelo governo municipal de Maraú, por meio da Lei nº15 de 9 de setembro de 1997, em um trecho substancial de ecossistemas costeiros. Com recursos do PRODETUR, foi realizado, em 2000, o Diagnóstico Ambiental e Sócio-econômico e elaborado o zoneamento para a APA (SETUR, 2003).

Vale ressaltar que APA é a menos restritiva das 12 categorias definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Sua principal contribuição se dá através dos seus instrumentos de gestão: o Plano de Manejo que serve como um instrumento de ordenamento territorial e o Conselho Gestor que funciona como uma instância de controle social sobre a gestão dos recursos naturais da região.

A figura 10 mostra a localização das APAs descritas acima.

2.4.4. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Projeto Corredores Ecológicos

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Dentre suas atribuições, a UNESCO tem o programa *Man and Biosphere* – MaB. Trata-se de uma cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio, com vistas ao entendimento dos mecanismos dessa convivência e das repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta.

As Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres e/ou marinhos reconhecidas pelo programa MaB/UNESCO como importantes a nível mundial para a conservação da biodiversidade. As Reservas da Biosfera são o principal instrumento do Programa MaB, compõem uma rede mundial de áreas voltadas a pesquisa, a conservação do patrimônio natural e cultural e a promoção do Desenvolvimento Sustentável (RBMA, 2007).

Para cumprir suas funções as Reservas da Biosfera estabelecem o zoneamento de seu território incluindo zonas núcleo (as áreas legalmente protegidas), zonas de amortecimento (o seu entorno) e zonas de transição.

De acordo com RBMA (2007), a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA, criada em 1991, foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 35 milhões de hectares, abrangendo áreas de 15 dos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica, o que permite sua atuação na escala de todo o Bioma.

Sua gestão é feita de forma participativa por meio de um Conselho Nacional e 15 Comitês Estaduais. O Estado da Bahia, assim com São Paulo, devido a grande extensão do domínio da Mata Atlântica, possui a figura dos subcomitês regionais. O subcomitê da RBMA do Baixo Sul da Bahia integra os 8 municípios da Costa do Dendê. É uma instância deliberativa quanto aos assuntos da Reserva da Biosfera e consultiva com relação às demais questões da mata atlântica na região, como a criação de Unidades de Conservação, fiscalização, desmatamento, etc.

Projeto Corredores Ecológicos e o Corredor Central da Mata Atlântica

O projeto Corredores Ecológicos é uma iniciativa que integra os esforços do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 com a participação do governo brasileiro, por meio de uma secretaria executiva no Ministério do Meio Ambiente.

O projeto mapeou os biomas Amazônia e Mata Atlântica e definiu 7 corredores, sendo que 2 deles foram escolhidos para ser implementados numa primeira fase: o Corredor Central da Amazônia e o Corredor Central da Mata Atlântica.

A região escolhida para compor o Corredor Central da Mata corresponde ao sul da Bahia e as regiões norte e centro-serrana do Espírito Santo, numa área de 815 mil km². Em sua estrutura gerencial tem a figura dos Comitês Estaduais (BA e ES) como instância deliberativa. Os Comitês Estaduais da RBMA foram definidos para assumir essa função, uma vez que estes já estavam estruturados de forma paritária (governo e sociedade civil) e em funcionamento. Dentre as ações do projeto desenvolvidas no Corredor Central destaca-se a elaboração de um plano de gestão para planejamento da paisagem, o fortalecimento das Unidades de Conservação existentes, o incentivo à criação de novas UCs e a busca de parcerias com instituições da sociedade civil para a implementação de corredores por meio de subprojetos.

CAPÍTULO III

Populações Tradicionais da Zona Estuarina da Costa do Dendê

3.1. Breve Histórico da Ocupação da região

Segundo Dean (1996) a ocupação pré-colombiana da costa brasileira começou com o declínio da caça, fazendo com que grupos humanos se deslocassem para as baixadas. Há cerca de 8 mil anos atrás, com o nível dos oceanos um pouco mais baixo do que o atual, a costa era protegida por recifes ou bancos de areia que permitiam a formação de estuários de maré com manguesais repletos de nutrientes. Um registro da existência desses grupos humanos são os sambaquis, enormes pilhas de conchas de mariscos, mexilhões e ostras, com até 25 metros de altura e 300 metros de comprimento.

Existem várias interpretações para o fenômeno, mas ainda não se sabe ao certo por que esses grupos construíram tais monumentos. Nota-se porém, que trata-se de uma evidência da ancestralidade das atividades humanas nesses ambientes na busca por alimento animal.

A chegada dos europeus no continente americano é marcada por choque cultural, conflitos e pelo extermínio direto e indireto dos povos nativos.

Os invasores portugueses imprevidentemente destruíram uma considerável realização cultural, da qual tinham apenas uma pálida consciência e à qual não conseguiam dar nenhum valor: a capacidade dos habitantes nativos de sobreviver em seu meio. Um ecossistema pode ser visto como um reservatório de informações, as geneticamente programadas e, ao mesmo tempo, as acumuladas por suas espécies, relevantes a sua sobrevivência e reprodução em seu interior. Os homens da Mata Atlântica, como todas as outras criaturas, haviam armazenado, durante 12 mil anos, seus próprios estoques de informação. (DEAN, 1996).

A ocupação europeia na Costa do Dendê remota à época do descobrimento, sendo uma das mais antigas do país. De acordo com BAHIA (2001), entre os anos de 1530 e 1533, o rei de Portugal, D. João III mandou uma expedição para explorar a costa brasileira sob o comando de Martim Afonso de Sousa, que ancorou na contra-costa da ilha Tinharé.

Tinharé (do tupi ty-nha-ré, “o que se adianta na água”, uma referência dos índios à situação geográfica da ilha que é ligada ao continente por um canal, dando a idéia de um pedaço de terra que se adianta para o mar) é a maior ilha do arquipélago de Cairu e a localidade onde chegou a expedição é hoje a cosmopolita vila de Morro de São Paulo.

Porém, o marco da ocupação lusitana no território foi a divisão do Brasil em Capitánias Hereditárias, doadas para fidalgos com interesse de investir na nova colônia. Era, na verdade, uma estratégia para conter a invasão de navios de outras nacionalidades, principalmente franceses, que vinham explorar o pau-brasil. Assim, em 1534, o território onde hoje se encontra o Estado da Bahia foi dividido em 3 Capitánias hereditárias: a da Bahia, a de Ilhéus e a de Porto Seguro. As capitánias se estendiam à leste por 10 léguas em direção ao mar (incluindo as ilhas) e à oeste até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Dentre elas, destaca-se “*A capitania de Ilhéus, doada a*

Jorge de Figueredo Corrêa, que se iniciava na foz do rio Jaguaribe, também na Baía de Todos os Santos, logo abaixo da ponta Sul da Ilha de Itaparica (Ponta do Garcez), e ia até 50 léguas em direção ao sul até a margem norte do rio Jequitinhonha” (Bahia, 2001, p.15). Esta área hoje abrange parte do recôncavo baiano, toda a Costa do Dendê e a Costa do Cacau.

A colonização portuguesa na região sofreu por séculos a resistência dos nativos (índios tupiniquins e aimorés, dentre outros) e das invasões de navios de outras nações européias, principalmente ingleses, franceses e holandeses.

De acordo com OLIVEIRA (2005), com a decadência da cana-de-açúcar na capitania de Ilhéus, no final do século XVI, parte da população da vila de São Jorge dos Ilhéus, sede da capitania, migrou para as terras do Baixo Sul. Iniciou-se assim o povoamento das margens da Baía de Camamu e das ilhas de Tinharé e Boipeba, com o estabelecimento dos primeiros engenhos de açúcar.

As constantes guerras com os índios dificultaram a expansão da cana-de-açúcar. Assim, a real vocação econômica da região acabou sendo (e assim se configura até hoje) a policultura. Sua produção agrícola tinha como base a mandioca, seguida por madeira, piaçava, dendê, café, arroz, coco e canela. *“Não deixa de ser curioso que, em 1673, o Governador da Bahia proibiu o plantio de canaviais ou a construção de engenhos nas ilhas, de modo a não prejudicar o abastecimento de farinha para a cidade de Salvador.”* (BAHIA, 2001, p.23)

Sempre atrelada ao desenvolvimento da cidade de Salvador, a microrregião, economicamente, viveu ciclos de maior ou menor dinamismo, sendo que todo o abastecimento de alimentos desta cidade era feito pelo Baixo Sul por meio de embarcações à vela.

(...) toda essa área costeira entre Valença e Marau viria a se inserir no complexo açucareiro do recôncavo como região periférica, fornecedora de alimentos, sobretudo da farinha de mandioca. Por isso, durante muito tempo a região ficou conhecida como recôncavo sul. (BAHIA, 2001, p.21).

3.1.1 A Origem das principais Cidades da Costa do Dendê

Sede do município de mesmo nome, Cairu é umas das três maiores ilhas que compõem o arquipélago do município de Cairu – as demais são Tinharé e Boipeba. Junto com Boipeba e Camamu, foi um dos mais importantes povoados da região durante os séculos XVII e XVIII. Tanto que sua arquitetura revela o poderio econômico da época, com destaque para o Convento Franciscano de Cairu – umas das principais obras do barroco religioso brasileiro. A economia era baseada, principalmente, na exploração madeireira. Entrou em decadência ainda no século XVIII após o ataque dos índios aimorés.

Morro de São Paulo, localidade de município de Cairu, foi a primeira povoação da região. Sua posição geográfica estratégica fez desta povoação uma importante base militar da região. A fortaleza de Morro de São Paulo foi construída no século XVII, para conter os ataques de holandeses. Durante muito tempo a localidade serviu como porto livre onde haviam negócios clandestinos.

A aldeia de Camamu foi fundada em 1561 por Mem de Sá, que recebeu essa terra do Donatário da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, o fidalgo Jorge de Figueredo Corrêa. Dois anos depois Mem de Sá, doou a sesmaria das “12 léguas” – como era conhecida a porção de terra cuja sede era Camamu –, aos jesuítas que logo iniciaram o trabalho de catequização dos índios *macamamus*. Estrategicamente importante por localizar-se em terras altas que margeiam a baía de Camamu e por estar equidistante da capital da colônia e da sede da Capitania, Camamu prosperou tornando-se uma das importantes cidades da Capitania, produtora de cana-de-açúcar, cacau, farinha e madeira para a construção naval (Souto, 1985).

A prosperidade e importância geopolítica da região geraram a cobiça de aventureiros europeus que por diversas vezes em sua história, tentaram dominar a cidade, sem sucesso:

Devido aos constantes ataques dos holandeses, os habitantes de Camamu, resolveram criar algumas barreiras, dificultando assim o acesso à Aldeia, para desse modo se defenderem melhor. Então, num esforço titânico, obstruíram a passagem que dava para o porto e, nessa empresa, uniram-se senhores de engenho, jesuítas, escravos e índios. O trabalho de tão meticuloso que foi permanece até hoje. As pedras colocadas por nossos ancestrais formam um sinuoso e perigoso caminho (...) (SOUTO, 1985, p. 25/26).

Dentre as povoações da Costa do Dendê, Marau foi uma das que mais sofreu ataques indígenas. Além dos tupiniquins, a região era também habitada pelos aimorés (conhecidos por botocudos) que por séculos travaram lutas com os colonizadores e que acabaram sendo subjugados por padres capuchinhos italianos e tropas militares (BAHIA, 2001).

A cidade de Valença foi fundada oficialmente em 1799, após serem dominados os aimorés. Tornou-se uma das mais importantes cidades do império por possuir uma fábrica de tecidos movida por energia hidráulica. Sofreu com a invasão holandesa e participou ativamente das lutas pela independência da Bahia. Hoje é a mais populosa e mais importante cidade da região, sendo o portal de entrada da Costa do Dendê.

O quadro 4 apresenta um resumo da origem das principais cidades da Costa do Dendê.

Quadro 4: Origem e etimologia das principais cidades da Costa do Dendê

Cidade	Surgimento	Etimologia
Cairu, Tinharé e Boipeba	1535 e 1565	O município de Cairu é composto de 3 ilhas: Cairu, Tinharé e Boipeba. O nome primitivo da ilha de Cairu era <i>Aracajuru</i> , “casa do sol” em tupi. A maior ilha do arquipélago é conhecida por Tinharé, que significa “o que se adianta para o mar”. Outra importante localidade da era Boipeba, também originário do Tupi “cobra-chata” uma possível referência à tartaruga marinha.
Camamu	1561	A origem do nome é controversa, mas para a maioria dos pesquisadores origina-se no nome da trigu selvagem que habitava a região: os <i>macamamus</i> ; ou provém do Tupi, significando a expressão: “ave do peito negro”.
Valença e Guaibim	Entre 1557 e 1575	Inicialmente, tinha o nome de Amparo. Em 1799 passou a se chamar Vila de Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus, como território desmembrado de Cairu. Hoje é apenas Valença. O distrito de Guaibim é uma antiga vila de pescadores do município. Os índios aimorés, seus primeiros habitantes, é que deram nome à vila, que significa “águas do além”
Ituberá (Serinhaém)	1549	Serinhaém – primeiro nome da povoação era uma ao nome do rio que banha a região, do tupi <i>ciri-nhãe</i> , ou “o viveiro dos siris”. O atual nome, também proveniente do tupi <i>itu-berá</i> significa “cachoeira brilhante”, uma referência à cachoeira Castro Alves, que corta a cidade.
Taperoá	1561	Do tupi <i>taper-uá</i> , significa “o habitante das taperas (ruínas)”.
Nilo Peçanha (nova Boipeba)	Século XVI, oficialmente só em 1811	Localidade do continente para onde se mudaram parte dos moradores da Velha Boipeba, após serem subjugados os aimorés. O nome atual é uma homenagem ao político que participou das campanhas republicanas e abolicionistas.
Maraú	1705	Origina-se do nome da tribo indígena que habitava a região: os <i>Mayrahús</i> , termo referente ao nome dado a um fruto calmante.
Igrapiúna	Século XVI (data indefinida)	Do tupi “ave do peito negro”, ou <i>ygarapé-una</i> , pequeno rio de águas escuras.

Fonte: Bahia, 2001 e CRA, 2003.

O povoamento das terras de Ituberá data do século XVI e teve a participação de jesuítas que construíam aldeamentos para catequese indígena. A ocupação iniciou-se em partes elevadas, onde hoje se encontra a igreja de Santo André e se estendeu até as áreas de manguezais. Em 1783 tornou-se vila. O porto de Ituberá foi um dos mais importantes entrepostos comerciais da região e teve grande contribuição para o desenvolvimento do município.

Também fundadas a partir de aldeamentos de catequese, estas vilas se constituíram em padrões simples com a presença de portugueses, indígenas e africanos. Hoje a pesca e a policultura são as bases da economia. No caso de Taperoá foi marcante também a presença de italianos e de uma colônia irlandesa.

De acordo com BAHIA (2001), nos primórdios da colonização da região, era comum a migração de colonos do continente para os povoados insulares como Boipeba (hoje Vellha Boipeba) e Cairu, fugindo dos ataques dos aimorés. Após estes serem subjugados, os colonos retornaram ao continente, muitos para o povoado de Jequié, posteriormente conhecido como Nova Boipeba e hoje Nilo Peçanha.

As cidades da Costa do Dendê têm a marca da tradição urbanística portuguesa: a divisão de cidade baixa e alta, ligadas por íngremes ladeiras repletas de sobrados justapostos. Essa característica pode ser vista facilmente em Valença, Morro de São Paulo, Cairu e principalmente, Ituberá, Camamu e Maraú. Uma das justificativas para tal artifício urbano era a segurança: posição estratégica para se proteger do ataque de índios e invasores estrangeiros.

A partir do século XIX, a região desenvolve um perfil agrícola baseado na diversificação de cultivos, com a entrada de novos produtos como a borracha e o dendê. A proximidade com a região cacauífera fez disseminar-se o cultivo do cacau, iniciando-se em Camamu e com escoamento da produção pelos portos de Ituberá e Nilo Peçanha IDES (2001).

No que diz respeito aos transportes, até o século XIX, todo o processo de comunicação era realizado por mar, meio pelo qual cada localidade estabelecia contato direto com Salvador, e, de forma inexpressiva, entre si. Por isso, a não integração dessa região ao modelo agro-exportador gerou uma sociedade com baixo dinamismo sócio-econômico especializada em produtos de subsistência e atividades extrativistas. Esse quadro começou a mudar a partir da introdução e expansão do cacau, especialmente nas áreas atualmente ocupadas pelos municípios de Camamu e Ituberá IDES (2001).

Com a decadência sócio-econômica no Recôncavo, se enfraquecem as relações com os espaços localizados em sua área de influência, como o Baixo Sul da Bahia. Nesta Região, ocorreu uma redução do transporte marítimo com Salvador, gerando um isolamento econômico e cultural, que dificultou, ainda mais, o processo de formação de uma rede urbana regional. Muitas cidades se tornaram verdadeiras ilhas do ponto de vista econômico e cultural. A construção da BR-101, nos

anos de 1940, desencadeou um processo de reestruturação regional orientado pelo cultivo de cacau em regiões internas. Segundo IDES (2001), “entre 1920 e 1940, houve uma redução populacional em praticamente todos os municípios do Baixo Sul, exceto em Ituberá - onde o cacau achava-se em plena expansão, nas proximidades de Gandu - e em Valença, devido a presença da indústria têxtil - sustentáculo do desenvolvimento municipal”.

Com a construção das rodovias, os portos perderam a função de entreposto comercial e entraram em decadência, alguns como o de Ituberá inclusive, foram desativados. Entretanto, a região da Costa do Dendê ficou distante do traçado da rodovia federal o que contribuiu para o longo período de isolamento e estagnação econômica da região, só revertido na década de 80, com a pavimentação da BA-001.

3.2. Comunidades Tradicionais da Costa do Dendê

Apesar do isolamento e estagnação da região até meados do XX, a pesca e a exploração da piaçava foram atividades que funcionaram como instrumentos de fixação da população no litoral. De acordo com IDES (2001), o extrativismo da piaçava era praticado quase sempre em reservas nativas, de domínio público, sem qualquer incentivo ao seu desenvolvimento. Daí a não formação de propriedades dedicadas exclusivamente ao seu cultivo.

Diversas famílias de produtores rurais sem perspectivas na agricultura, encontraram no manguezal uma alternativa de sobrevivência. Para Cordell (2001) as atuais comunidades marítimas do litoral baiano, predominantemente negras, foram formadas por gerações sucessivas de trabalhadores excluídos de plantações do interior. Esses grupos desenvolveram estruturas peculiares de conhecimento e apropriação dos recursos da natureza, criando uma relação de interdependência.

Entre pescadores artesanais e remanescentes quilombolas, hoje já são mais de 40 comunidades que sobrevivem quase que exclusivamente do que extraem do estuário da Costa do Dendê.

3.2.1. Pescadores Artesanais

De acordo com Diegues & Arruda (2002), os pescadores artesanais são uma categoria de população tradicional que “*está espalhada pelo litoral, em rios e lagos e tem seu modo de vida assentado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura*”. Esses pescadores praticam a pequena pesca da qual parte é consumida pela família, parte é comercializada. A unidade de produção é constituída pela família, incluindo alguns vizinhos e parentes distantes.



Figura 11: Mulheres e crianças ‘mariscando’ sururu no canal nas proximidades da Graciosa
Fonte: Arquivo do autor, 2007

A existência de inúmeras comunidades de pescadores artesanais (vide Quadro 5) da Costa do Dendê é fruto combinação de uma ambiente natural propício à atividade, associada à um isolamento espacial e histórico da região. Segundo Santos (1999), o meio ecológico é uma porção do território que constitui a base física do trabalho humano. Ao longo dos anos, as populações que habitam o entorno dos ecossistemas, em particular os manguezais, estabelecem relação de dependência com seus recursos naturais e, através de sua cultura, elaboram instrumentos e técnicas artesanais para determinar os seus modos de produção e reprodução de suas vidas diárias, ampliando, assim, seu universo socioeconômico (OLIVEIRA, 2005).

Os aspectos ecológicos, econômicos, sociais e culturais dos manguezais interagem, e quando articulados por essas populações, refletem no sistema de produção, assim como condicionam seu modo de vida e sua identidade, construindo, desta forma, a sua história (RAMALHO, 2002).

Quadro 5: Principais povoados e respectivas atividades econômicas no litoral da Costa do Dendê

Município	Povoado	Atividade principal	Atividade secundária
Valença	Guaibim	Turismo	Pesca
	Vila Velha de Jiquiriçá	Dendê	Cacau
Cairu	Camurugi	Turismo / balneários	Pesca
	Morro de São Paulo	Turismo	
	Gamboa	Pesca	
	Galeão	Pesca	
	Garapuá	Pesca	
	Canavieiras	Pesca	
	Velha Boipeba	Pesca e turismo	
	Moreré	Pesca	
	São Sebastião	Pesca	
Taperoá	Graciosa	Pesca	
	Camuruji	Turismo/balneário	Pesca
Nilo Peçanha	Itiuca	Piaçava	Mandioca
	Jatimane	Piaçava	Mandioca/coco/turismo
	B Carvalhos	Pesca (cam e peixe)	Piaçava/mandioca
	S Francisco	Pesca (cam e peixe)	Piaçava/mandioca/dendê
	Boitaraca	Piaçava	Pesca/mariscagem
	Barroquinhas	Pesca mariscagem	Estaleiro/piaçava/dendê
	Barreira	Pesca de canoa	Piaçava
Ituberá	B Serinhaém	Pesca (cam e peixe)	Coco/turismo
	Rio Campo	Piaçava	Dendê, pesca (ativ. Essencial)
	Itaberoê	Piaçava e lazer	Dendê (peq quant)
Igrapiúna	Âmbar	Pesca (marisco)	Dendê, coco (peq quant)
	Ancural	Dendê	Coco, cacau(quintal)
	Contrato	Pesca (peixe e siri)	Piaçava, coco
	Ilha das Flores	Dendê	Pesca (peixe e marisco)
	Limeira/França	Pesca	-
	Limeira I, II, III	Pesca (canoa/barco)	Dendê
	Pescaria	Pesca (marisco)	-
	Pecuária	Dendê	-
	Ponta	Pesca (peixe)	Dendê, coco, cacau (quintal)
	Timbuca	Pesca (peixe/marisco)	Dendê (pouco)
	Tubarões	Pesca (peixe/marisco)	Coco (mais rentável)
Camamu	Ilha Grande	Extração mineral e pesca	
	Cajaíba do Sul	Estaleiro	Pesca
	Ponta de Caieira	Pesca	
	Barcelos do Sul	Pesca	
	Acaraí	Dendê, Piaçava	Turismo
Maraú	Barra Grande	Turismo	Pesca
	Taipus de Dentro	Pesca	Turismo
	Campinho	Pesca	Turismo
	Ilha do Sapinho	Pesca	

Fonte: IDES – Plano de Manejo da APA do Pratigi, 2000
El Paso – RCA – Relatório de Controle Ambiental, 2004

3.2.1.1. Pesca e a mariscagem

De acordo com (IBGE (ano) in El Paso, 2002) a atividade pesqueira é desenvolvida por duas atividades distintas:

- A pesca, propriamente dita, é a atividade de captura de peixes e crustáceos (camarão e lagosta), utilizando aparelhos de pesca e embarcações (motorizadas, ou não);
- A mariscagem é a atividade de extração de moluscos e alguns crustáceos (carangueijo, guaiamum, siri e aratu), é feita de forma manual ou com alguns apetrechos (de ferir, jereré, armadilhas).

Nas comunidades de pescadores artesanais existe uma clara divisão do trabalho por gênero: os homens pescam e as mulheres mariscam. Embora elas exerçam outras funções como a de tratar o peixe, beneficiar o marisco, cuidar da roça (quando existe), da casa e dos filhos. Embora muitos pescadores pratiquem a mariscagem (principalmente de retirada de siris e caranguejos), são raras as mulheres que pescam. Além disso, mesmo que um homem viva apenas da extração de mariscos, ele não é chamado de “marisqueiro”, uma vez que o significado do termo “marisqueira” está relacionado à mulher que vive do mangue.



Figura 12: Marisqueira extraindo sururu do estuário

Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 13: Garoto mostrando sururu lavado

Fonte: arquivo do autor, 2007

3.2.1.2. Territorialidade da pesca artesanal

A pesca em estuários é considerada de livre acesso no Brasil, entretanto, pescadores artesanais desenvolveram suas próprias “leis do mar” e conceberam reservas particulares nas áreas de uso comum, conforme a especialidade pesqueira e a mobilidade da embarcação ou demais arranjos de pesca. “*Padrões de uso do espaço pesqueiro estão incrustados em torno de vilas, vizinhanças dentro de cidades, estabelecimentos rurais e povoados*”. (Cordell, 2001)

No litoral sul da Bahia a territorialidade de cada comunidade ou pescador (diretamente) é definida por zoneamentos microambientais, regidos por tratados verbais. Segundo o presidente de uma das colônias de pesca da região:

Tem pesqueiros que são comuns à várias comunidades, ultrapassando até a barreira do município. A área de uso das comunidades às vezes chega a até 8 km. Tem até uma linha de ação, que às vezes tem até um acordo de cavalheiros, a depender do horário da maré. Alguém da comunidade vai lá e coloca algum objeto de marcação, tipo um remo, por exemplo. Isso significa que aquela comunidade vai usar primeiro aquele pesqueiro naquele horário de maré.
(Luiz Paixão – Presidente da Colônia de Pescadores Z-53, Taperoá)

De acordo com Cordell (2001), esse código de honra que os pescadores chamam de “respeito”, forma e controla as relações sociais na pesca local. A ética associada ao “respeito” liga as consciências individuais muito mais fortemente que os regulamentos oficiais. É impossível determinar como e quando esse sistema de apropriação do mar se desenvolveu na região, uma vez que não existem informações ou leis que legitimem a demanda dos pescadores. Ainda assim, espaços marítimos controlados pelas comunidades, indivíduos e relações sociais sempre existiram na memória dos mais antigos mestres de pesca.

Essa época, cada um coloca a rede um próximo do outro, mas todos eles pesca.
(Francisco de Assis Santana, 45 anos, pescador da Graciosa).

Esse respeito vai além dos limites de uma comunidade. Nas zonas tampão, localizadas entre os povoados. Cada comunidade sabe exatamente quais os pescadores das comunidades vizinhas que pescam na sua área. No Costa do Dendê, a grande quantidade de comunidades muito próximas faz com que existam muitas áreas comuns contíguas entre as localidades.

Pescadores de outras comunidades que pescam aqui. São de Torrinha e Taperoá.
(Antônio Ribeiro Assunção, 72, pescador de Boitaraca).

Para Diegues & Arruda (2001), o território do tipo do meio físico utilizado, mas também das relações sociais existentes. As populações tradicionais que exploram o meio marinho, tem suas marcas de posse no mar, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados pelo pescador artesanal. Essas marcas podem ser físicas e visíveis, mas também invisíveis. Esses pesqueiros, ou seja os locais mais produtivos, são marcados e guardados em segredo pelo pescador que os descobriu por um complexo sistema de triangulação de pontos para o qual usa alguns acidentes geográficos da costa, como torres de igrejas, picos de morro, etc.

Ninguém passa do Âmbar²!
(Manoel Cardoso Gomes, 21 anos, comunidade de Ponta em Igrapiúna).

Aqui é o Rio dos Patos, tem essa ilha no meio e ali tem o rio Camuruji é lanço³ também de calão⁴. Todo o tipo de rede que é usada aqui, é usada em todos os lanços. Todas essas comunidades daqui pesca em todos esses lugar, mas tem ordem e depende de maré. Lá no final da ilha, do outro lado vem o lanço Cabuçu, do outro lado de Cabuçu tem a entrada de Graciosa e na frente de Cabuçu já é a entrada de Cairu. Lá tem umas gamboa, tem uns laço ali também. (Francisco de Assis Santana, 45 anos, pescador da Graciosa).

Para as sociedades de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para os terrestres e sua “posse” é muito fluida. Apesar disso, ela é conservada pela lei do respeito que comanda a ética reinante nessas comunidades (Cordell, 2001). No baixo Sul da Bahia, verificou-se que esses “limites territoriais” variam numa faixa de 3 a 8 quilômetros a partir de cada localidade. Há também uma estreita relação com a floresta, comunidades de pescadores artesanais que tem no extrativismo vegetal (principalmente da piaçava) como uma segunda fonte de renda também definem limites territoriais continentais. A mata é também usada para a caça, a coleta de ervas medicinais e a extração de madeira.

3.2.1.3. Artes de pesca e embarcações

Para Diegues & Arruda (2001), a estreita relação entre biodiversidade e cultura nas populações tradicionais constroem um espaço em parte domesticado e em parte não-domesticado, porém, conhecido. Assim essas populações tradicionais não apenas vivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. Uma particularidade, no entanto, é que essa natureza diversa não é vista como selvagem em sua totalidade, mas foi e é domesticada, manipulada. Uma outra diferença é que, nessas comunidades, a biodiversidade não é vista como um recurso, mas como um conjunto de seres vivos detentor de um valor de uso e de um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia.

A pesca artesanal realiza-se a partir de portos locais que suprem pequenos mercados locais. Artes de pesca como o calão pouco mudaram desde que introduzidas pelos portugueses no século XVI. (CORDELL, 2001)

Devido a sua alta piscosidade, a Costa do Dendê, tem na pesca uma atividade econômica representativa, reunindo os principais estaleiros navais do Estado. No interior dos estuários e da baía, é predominante o uso de canoas a remo e à vela. Os barcos motorizados são usados para o

² Comunidade situada na saída da baía – local onde as águas dos estuários se encontram com o mar, a correnteza é forte e a partir deste em diante é mar aberto

³ O mesmo que pesqueiro – local com alta quantidade de peixes, ou local onde se encontra determinado tipo específico de peixe, são definidos pelos pescadores como pontos estratégicos de pesca.

⁴ Modalidade pesqueira

transporte de estudantes às escolas ou da população em geral para as cidades, ou ainda para a pesca em mar aberto, principalmente de camarão, atividade praticada apenas por pescadores de comunidades localizadas nas saídas dos estuários.



Figura 14: Barco transportando a produção de piaçava

Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 15: Pescadores voltando do estuário em canoas

Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 16: Ponte do atracadouro da comunidade de Ponta

Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 17: Saveiros no cais de Barra dos Carvalhos

Fonte: arquivo do autor, 2007

Embarcações da região

O Rio Camuruji, em Taperoá, destaca-se por sua piscosidade. No Rio das Almas, em Nilo Peçanha, usa-se munzuás (cesto feito de palha) para capturar pitus e outros crustáceos, a tarrafa é usada para pegar. Nessa área, também são utilizadas outras modalidades de pesca, como linhas de arrasto e “grosseira” (corda estendida de lado a lado do rio, com vários anzóis). A economia em Nilo Peçanha é baseada na pesca, especialmente do camarão, que é ali capturado através de técnica de arrasto. Cerca de 200 pescadores do povoado de Barra dos Carvalhos dedicam-se à captura de três espécies de camarão (pistola, sete barbas e rós), peixes (oricó, dentão, etc.) e mariscos (siri,

caranguejo e gaiamum). A produção pesqueira é comercializada, principalmente em Valença e Salvador, como também nas próprias localidades. (FISHER, 2007)

Aqui em ponta tem uns 20 pescadores que vivem da pesca. São poucos ligados à colônia de Camamu. Mulheres pegam Aratu e siri. Também tira ostra (Pedro Conceição Moura, 65 anos, comunidade de Ponta – Igrapiúna).

No canal a gente pega Vermelho, carapeba, bagre, robalo, dentão. Fora tem mais chance de pegá chumbega, cavala, e camarões pistola, sete barbas, rosa. O forte aqui é camarão. (Moisés Aleluia Santos, 31 anos, comunidade de São Francisco).

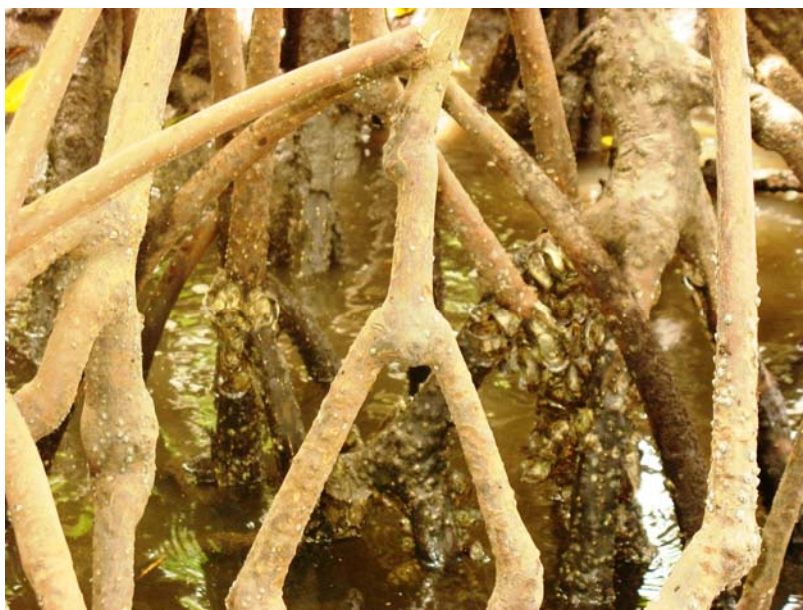


Figura 18: Ostras incrustadas nas raízes do mangue

Fonte: arquivo do autor, 2007

A pesca é generalizada, sobretudo, na Baía de Camamu. Na área da Península de Marajú podem ser encontrados caranguejos, tartarugas, robalos, camarões, pitus, lagosta, aratus, gaiamuns, siris, polvos, sururu, lambretas e outros. No Povoado de Taipus de Dentro, existem verdadeiras fábricas caseiras e artesanais, que produzem o famoso camarão seco baiano. Como nos outros municípios do Baixo Sul anteriormente citados, a pesca também é uma das principais atividades econômicas de Camamu e Igrapiúna. Em Camamu, realiza-se principalmente a pesca de marisco, peixes, lagostas e camarões. (FISHER, 2007).

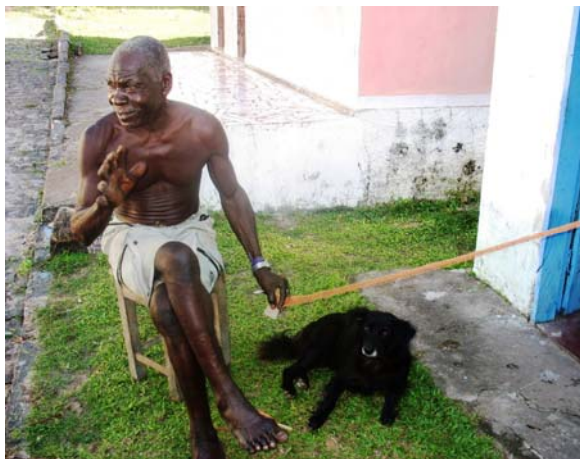


Figura 19: Pescador-quilombola tecendo rede
Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 20: Gamboa
Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 21: Pesca de Calão
Fonte: arquivo do IDES, 2001

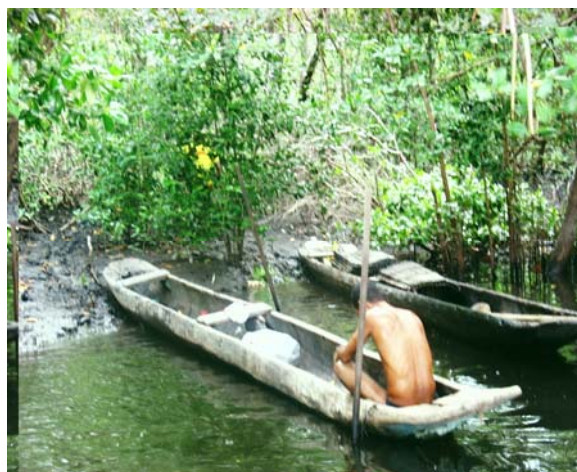


Figura 22: Pescador colocando tapesteiro
Fonte: arquivo do autor, 2007

Verifica-se na região o uso de diversos tipos de armadilhas e instrumentos de pesca, que foram ao longo dos anos sendo adaptados a partir de artefatos usados pelos índios e dos introduzidos pelos portugueses, como descrito a seguir:

- Munzuá (de origem tupi significa “feito de palha”) armadilha para captura de pitus, siris e outros crustáceos no Rio das Almas;
- Gamboa (do tupi *cáa-mbo* e significa “cinta de ramagens”) – trata-se de um cercado feito de galhos e ramagens para apanhar peixes;
- Tarrafa – rede de pesca pequena e circular com chumbo nas bordas e corda no centro. O pescador arremessa a rede aberta e retira da água fechada, puxando a corda central;
- Tapesteiro – armadilha em forma de esteira, colocada no mangue para pegar caranguejo;
- Linhas – é uma modalidade individual de pesca, é usada em menor escala, principalmente por crianças e adolescentes;

- Rede de arrasto – utilizada para pegar arraia, xaréu, carapeba, bagres, cavala, pescada, bagre, tainha, camarão.
- Redes de espera – são de *nylon*, fabricada em diversas malhas e tamanhos, a depender o tipo de peixe que se queira capturar.
- Redes de cerco – as redes formam o círculo que cerca o cardume.
- “Grosseira” – corda estendida lado a lado do rio com vários anzóis.

Ele bota a gamboa lá e pega 10000 kg na Barra Grande. Aí pega tainha, robalo, carapeba. Dá muita tainha.

(Pedro Conceição Moura, 65 anos, comunidade de Ponta – Igrapiúna).

3.2.2. Comunidades Quilombolas

Quilombolas são comunidades tradicionais descendentes de escravos negros, que sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas abandonadas. Existem desde a época da escravidão, mas a sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, na maioria das vezes, não possuem escritura, mas tiveram seus direitos garantidos na Constituição de 1988. As atividades econômicas realizadas por este grupo variam conforme a região em que se encontrem, podendo ser artesanato, extrativismo, pesca e pequena agricultura. (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

Toda a região é marcada pela presença de remanescentes quilombolas. De acordo com informações de Anjos (2006) e Anjos (2005), os 8 municípios da Costa do Dendê possuem comunidades remanescentes de quilombo. No total foram identificadas 42 comunidades, sendo que destas, 10 estão na região estuarina e coincidem com comunidades de pescadores artesanais. Verifica-se entretanto que o perfil econômico da comunidade, tem relação direta com o recurso natural disponível à sua volta. Um claro exemplo dessa característica são as comunidades de Jatimane e Boitaraca (remanescentes quilombolas já reconhecidos pela Fundação Palmares), que vivem quase que exclusivamente do extrativismo da piaçava. A pesca é uma atividade secundária, destinada à subsistência.

Anjos (2005) identificou 42 comunidades quilombolas nos municípios da Costa do Dendê, sendo que destas, 11 estão localizadas nas zona estuarina. São elas: Torrinhas, Galeão, em Cairu; Pinaré, Dendê, Ilha da Flores, Ponta, Osmeira, Pedra Mole, Maruim e Rio novo em Igrapiúna; Torrinha, em Maraú; Boitaraca e Jatimane, em Nilo Peçanha; Graciosa em Taperoá e Rio Jiquiriça em Valença.

3.2.1.1. *Origens*

Segundo o professor Waldir Freitas Oliveira, as vilas de Cairu e Nova Boipeba (hoje Nilo Peçanha), desde o início do século XVIII, já conviviam com a fuga constante de escravos e com a conseqüente formação de quilombos. Esse fato histórico justifica a presença de comunidades essencialmente negras na região. (BAHIA, 2001).

O presidente da associação de moradores da comunidade do Jatimane fez um breve relato histórico do quilombo:

No momento que o pessoal fugiu, chegaram num lugar chamado Porto Velho. O pessoal, morando em Porto Velho, encontraram pouca água doce e pescando um siri de maré, um carapicum e tal, vieram subindo ria acima aí chegou aqui nesta área que nós estamos e encontraram uma fartura de água maior, água doce. Aí voltaram à casa e conversando falaram: umbora se muda pra lá.

Aí começaram a roçar para fazer as moradia de taipa, de palha...E aí começaram a explorar as matas também, procurando madeira e tirando madeira pra poder fazer as casas, encontraram muita abelha Jati e tiravam muito mel. E quanto estavam tirando abelha encontraram um índio. O índio ficou com medo de se aproximar do pessoal, e o pessoal também com medo de se aproximar do índio. Aí o pessoal partiu 'percurando' saber do índio: seu nome? Como é seu nome? Vai o índio e diz: é Mane. O nome do índio era Mane. Lá vai, é vai e vem. Começaram a fazer as casas e tal e 'perguntaro': Como é que vai ser o nome dessa comunidade? Aí vai um e diz: olha, nós encontramos muito mel de abelha Jati, encontramos um índio chamado Mane. Então 'umbora' botar Jatimane. Por isso é que ficou esse nome, que é um nome bonito, é um nome indígena, porque tinha um índio e a abelha.

(Sr. Miltaíde do Rosário, presidente da Associação de moradores do Jatimane).

Embora conheça a história da comunidade, percebeu-se uma dificuldade de precisar exatamente o tempo em que residem no local:

Aí agora já tem mais de uns 200 anos, uns duzentos e tantos anos porque teve pessoal nascido e criado aqui que morreu com cento e tantos anos, morreu com 110 anos. Então esse pessoal já vieram com quanto tempo? Acho que é na base dos 120 a 130 anos. É por aí.

(Sr. Miltaíde do Rosário, presidente da Associação de moradores do Jatimane).

Ao ser questionado sobre o que sabia sobre o reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola, o senhor Antônio Ribeiro Assunção, 72 anos, pescador do povoado de Boitaraca, limitou-se a responder:

Meus avós já eram daqui. Hoje em dia tamo liberto. Mas sobre esse assunto aí, quem responde mais é a presidente da associação”.

(Sr. Antônio Ribeiro Assunção, morador de Boitaraca).

Quanto às relações de parentesco com o quilombo vizinho, obteve-se a seguinte resposta:

Esse pessoal vieram junto! Tanto que minha mãe é daqui e meu pai é de lá. Já tô provando já, ne? Aqui é Rosário (sobrenome) e lá tem Rosário também e Assunção. Pode chegar lá na outra comunidade que tem Rosário. A maioria dos meus parentes por parte de pai é tudo Rosário e é de Boitaraca. Minha mãe é daqui de Jatimane e é Rosário também
(Sr. Miltaíde do Rosário, presidente da Associação de moradores do Jatimane).

3.2.1.2. Características culturais dos quilombos Boitaraca e Jatimane

Em Nilo Peçanha encontram-se as duas mais importantes comunidades de remanescentes de antigos quilombos formados por escravos fugidos – Jatimane e Boitaraca, ambas já reconhecidas pela Fundação Palmares.



Figura 23: Beneficiamento da piaçava no quilombo Jatimane

Fonte: arquivo do IDES, 2002



Figura 24: Sr. Antônio da comunidade quilombola do Boitaraca

Fonte: arquivo do autor, 2007

Em Boitaraca, a economia é baseada na coleta da piaçava e na pesca de subsistência, extrativismo de mariscos e alguns poucos pescadores saem para a pesca em alto mar. No povoado há também uma olaria para a fabricação de telhas e tijolos.

A economia do Jatimane é baseada no extrativismo da piaçava e na produção de mandioca. Com o asfaltamento da estrada para a praia do Pratigi, que corta o povoado, surgiram bares e restaurantes voltados para atender o turista.

A prática da agricultura de subsistência tem perdido força em ambas as comunidades:

Já teve muita roça por aqui. Hoje já não tá tendo mais em quantidade não. Porque o pessoal parou mais, outros viajaram, tá indo pra cidade através de emprego... Quem teve seus filhos que botou no colégio, que depois saiu foi pra Salvador, São Paulo, Itabuna, Brasília...

(Sr. Miltaíde do Rosário, presidente da Associação de moradores do Jatimane).

Já ‘tivemo’ muita roça, mas essa turma nova não quer pegar pesado, quer só caneta.

(Sr. Antônio Ribeiro Assunção, morador de Boitaraca).

A configuração espacial segue o padrão das comunidades remanescentes de quilombolas com um elemento integrador ao centro, no caso, uma praça com igreja, como pode ver em ambas comunidades. De acordo com Anjos (2006), a edificação com função comunitária é um dos componentes fundamentais de uma comunidade quilombola no Brasil. No caso das duas comunidades em questão, esse elemento é uma igreja católica. Em ambas as comunidades, a igreja está com a frente voltada para as casas e com o fundo protegido por um morro. As tradições do candomblé são intrínsecas, percebidas no forte sincretismo religioso local.

Apesar da localização de destaque das igrejas católicas, já existem templos evangélicos. Para Anjos (2006) *“talvez seja na prática religiosa que mais claramente se percebam as dificuldades ainda existentes para a afirmação cultural dos quilombolas. Os cultos e as manifestações de origem africana estão se encolhendo, tolhidos pelo avanço dos movimentos neopentecostais”*, pois no passado o sincretismo favoreceu o disfarce das práticas religiosas originárias, mas o movimento atual visa a extinção dessas práticas por meio da sua satanização.

Aqui é mais católico, mas chegou uma turma aí dos crente.

(Antônio Ribeiro Assunção, 72 anos, Boitaraca).



Figura 25: Pôr-do-sol na praça do Jatimane com Igreja ao fundo

Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 26: Igreja de N. Sra. da Conceição em Boitaraca

Fonte: arquivo do autor, 2007

O reconhecimento dessas comunidades despertam uma série de curiosidades, fazendo delas atrativo turístico. A localidade do Jatimane (localizada no caminho de acesso à praia do Pratigi), já convive e tira proveito da curiosidade do visitante:

Agora entrou a estrada de asfalto, tem uma praia próxima chamada Pratigi, passa muito turista por ela, principalmente no verão. Aí eu, que fui nascido e criado aqui, comecei a divulgar um pouco esse quilombo no movimento negro, com prefeito, vereador e comunidade quilombola. Daí eu comecei a fazer uma cabana como meus irmãos, que sai peixe defumado. Um nome era quilombo dos Palmares, mas já tinha... porque amanhã podia aparecer alguém e dizer que era deles. Aí ficou o nome Cabana do Quilombo. E depois que eu botei esse nome o quilombo ascendeu! A maioria das pessoas que vem sempre visita lá, né? Então, isso tudo foi coisa que aconteceu na nossa comunidade.
(Sr. Miltaíde do Rosário, presidente da Associação de moradores do Jatimane).

3.3. Tradições e manifestações culturais

O isolamento imposto às localidades e povoados da Costa do Dendê, em função de inibidores geográficos, limitou o desenvolvimento econômico da região, mas favoreceu a preservação das manifestações folclóricas. (SETUR, 2003). A maioria dessas manifestações acontecem em Cairu (Congos, Alardo, Chegança, Dondoca, Barquinha Cinza, Taeiras), em Ituberá acontece o Terno Rosa e em Igrapiúna o Terno de Reis. (BAHIA, 2001)

Mas a mais difundida tradição local é a Zambiapunga, que acontece em Cairu e principalmente Nilo Peçanha. É um folclore originário da cultura africana que segundo Bahia (2001), era a forma como os ancestrais negros pediam a proteção divina para as colheitas. É uma forte tradição cultural, motivo de orgulho para os participantes que se apresentam ao longo do ano, principalmente na época do carnaval. Usam-se roupas coloridas e instrumentos de percussão compostos de enxadas, tambores e búzios.

As festas religiosas seguem o calendário da igreja católica, sendo que cada cidade, distrito ou vila da região tem a festa do dia do seu padroeiro. As lendas mais difundidas na região são: a da Caipora, o Curupira, o Lobisôme, e a Vovó do Manguê.

A culinária típica da região sofre influência da herança indígena e negra. A farinha de mandioca é presença marcante em todas as mesas. O beiju e o mingau (ambos de tapioca) também fazem parte da dieta alimentar local. A fartura de mariscos favorece o consumo. São muito apreciados o caranguejo, o siri, o guaiamum, a ostra e o sururu. As moquecas (prato de frutos do mar cozidos no azeite de dendê com leite de coco) de peixe, camarão e mariscos estão entre os pratos mais servidos nos restaurantes locais. O peixe na forma de Xangô (originário das oferendas do Cambomblé) é salgado e seco ao sol. No quilombo do Jatimane, é servida uma modalidade de peixe salgado e defumado, muito apreciada pelos turistas que visitam o local.

CAPÍTULO IV

Programas de Desenvolvimento e as Ameaças à Conservação da Sociobiodiversidade

4.1. Perfil econômico e principais programas de desenvolvimento para a região

A herança histórica de fornecedor de alimentos para o recôncavo baiano, maior região produtora e exportadora de açúcar do Brasil-colônia, que concentrava grande parte da renda e da população, fez da Costa do Dendê uma região marcada por um padrão de utilização da terra que contempla uma grande variedade de atividades produtivas. Com perfil para a policultura, tem como principais culturas permanentes o cacau, o coco-da-baía, a borracha e o dendê e temporária de mandioca. Outras culturas como o cravo-da-índia, a pimenta-do-reino, o guaraná e a banana (usada em consórcio com o cacau), o açai e a pupunha, esses últimos para a extração de palmito também são cultivados. O clima da região (tropical quente a moderado e úmido) é fator determinante para essa diversidade.

Quadro 6: Principais atividades e produtos agro-extrativistas por município na Costa do Dendê

Município	Principais Atividades Econômicas	Principais produtos agro-extrativistas (em ordem de produção em 2001)
Valença	Turismo de lazer, agricultura, comércio (entreposto comercial da região), pesca, indústria têxtil, maricultura e construção naval.	Côco-da-baía, mandioca, cacau, dendê, banana, abacaxi, café.
Cairu	Turismo, extrativismo e pesca	Piaçava, côco-da-baía, dendê.
Taperoá	Agroextrativismo, lavoura e pesca	Banana, piaçava, dendê, cacau, guaraná.
Nilo Peçanha	Agroextrativismo, lavoura e pesca	Piaçava, cacau, banana, dendê, guaraná.
Ituberá	Agricultura, extrativismo, pesca e indústrias de guaraná e borracha	Banana, piaçava, borracha (látex), cacau, côco-da-baía, pimenta do reino, guaraná.
Igrapiúna	Pesca e agricultura	Borracha, cacau, dendê, côco-da-baía.
Camamu	Pesca, agricultura e serviços turísticos (apoio a Maraú) e indústrias de construção naval e cerâmica	côco-da-baía, cacau, borracha, mandioca.
Maraú	Turismo e pesca	Cacau, côco-da-baía, mandioca, borracha.
Fonte: IBGE/PAM/Silvicultura/PPM/Extração Vegetal (SETUR, 2003)		

A piaçava é o principal produto de extração vegetal da região, cuja produção correspondeu a mais de 95% da produção do Estado em 2001, com destaque para o município de Cairu. (SETUR, 2003). Uma característica desta atividade é que ela corresponde à principal ou a segunda fonte de renda de muitas comunidades de pescadores tradicionais e quilombolas da região.

Mas é na pesca que se concentra a atividade econômica de parcela significativa da população dos municípios da região. Nos canais, estuários, mangues, baías e recifes da região são capturadas diversas espécies de pescados e mariscos (camarão, siri, ostra, caranguejo, aratu, sururu, etc.). A pesca é generalizada, sobretudo, na Baía de Camamu. De acordo com Fisher (2007) uma pesquisa realizada pela BAHIAPESCA, empresa ligada à Secretaria de Agricultura do Governo do Estado da Bahia, em conjunto com o IBAMA, em 1998, revelou-se uma produção de pescado, no Baixo Sul, de cerca de 9.497 toneladas, o que representou cerca de 23% do total do Estado, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Produção de pescado marítimo e estuarino, em municípios da Costa do Dendê, 1998

Município	Produção (toneladas)	Participação %
Cairu	1818,5	19,1
Camamu	5389,8	56,8
Igrapiúna	909,2	9,6
Nilo Peçanha	362,1	3,8
Valença	569,9	6,0
Total da região	9497,0	
Total do Estado	40.945	
Costa do Dendê/Bahia		23,2

Fonte: Bahia Pesca, IBAMA, 1998.

*Nota: Estão somados inúmeras espécies de peixes, crustáceos e moluscos.

O beneficiamento da maioria dos produtos agrícolas é feito na própria região. Ituberá e Igrapiúna possuem fábricas de beneficiamento da borracha e em Nilo Peçanha e Taperoá há indústrias de beneficiamento da piaçava e do dendê. O beneficiamento do dendê produz o azeite tradicional para a culinária típica baiana, o óleo usado para a fabricação de sabonetes e cosméticos, o carvão ativado com o caroço, além do aproveitamento do bagaço, que serve de combustível para as próprias caldeiras de produção do azeite. O beneficiamento do pescado e do marisco é feito nas colônias de pescadores e frigoríficos da região.

A criação de camarões do Estado da Bahia é a maior do país, sendo que em Valença encontra-se uma das duas maiores fazendas de camarão do Estado, responsável por 1,4 mil hectares de lagoas de criação (SETUR, 2003).

Fisher (2007) afirma que no setor industrial, a região direciona-se, principalmente, para os segmentos alimentares, madeira, têxtil e confecção, construção civil e látex. No setor alimentício, predomina a produção de polpa de fruta e derivados do dendê e, no madeireiro, a de janelas, portas e esquadrias. No segmento têxtil, tem maior peso a fabricação de tecidos de algodão e fardamentos. A produção de borracha é classificada no segmento látex. E acrescenta:

Nesse contexto, vale a pena ressaltar que a atividade econômica do Baixo Sul voltou-se, no período considerado, basicamente para a agropecuária, ainda que diversificada, apresentando desempenho muito tímido na indústria. Verificou-se que o Baixo Sul não atraiu capitais destinados à atividade industrial, fortemente intensiva em tecnologia moderna, indutores de vinculações a montante e a jusante das grandes plantas petroquímicas, metal-mecânicas e metalúrgicas, que caracterizaram a matriz industrial baiana nos anos 1980 e 1990 (FISHER, 2007).

A região apresenta importantes jazidas para a extração mineral, de gás e petróleo. A ilha Grande em Camamu foi comercialmente explorada por vários anos para a extração de barita. (SETUR, 2003), deixando um grande passivo ambiental na ilha. Outras importantes jazidas como a de Ilmenita nas areias das restingas Pratigi, passou por uma fase de estudo de viabilidade. Na

plataforma continental da região, vários blocos foram concedidos para a exploração de petróleo e gás natural. Nesses blocos, as atividades voltadas à exploração de hidrocarbonetos encontram-se em diversas fases simultaneamente: sísmica, perfuração, viabilidade e produção.

O turismo é atividade de destaque no município de Cairu (nas localidades de Morro de São Paulo e Velha Boipeba) que já apresentam inúmeras opções de hotéis, pousadas e restaurantes. É também notório o crescimento deste segmento em Barra Grande, no município de Maraú. Os municípios de Valença e Camamu se beneficiam dessas localidades turísticas por serem locais de acesso aos principais pontos turísticos.

A infra-estrutura de transporte e escoamento da produção, que tinha como eixo principal norte-sul a BR-101, ganhou o incremento da BA-001 (trecho Nazaré-Travessão), pavimentada na década de 90, interligando os municípios da região e reduzindo o isolamento da Costa do Dendê com outros importantes centros regionais como Ilhéus, Itabuna e Salvador (este último, via ilha de Itaparica, pelo sistema *ferry-boat*). Entretanto, no sentido leste-oeste as estradas vicinais ainda encontram-se deficientes e na região estuarina, a comunicação depende do escasso e informal transporte hidroviário.

As saídas da região pela via marítima se dão pelo o porto de Ilhéus, ao sul da região, que dá suporte para o escoamento da produção (principalmente cacau). Com relação ao transporte aéreo, o recém inaugurado aeroporto de Valença ainda carece de infra-estrutura para vôos comerciais interestaduais. Esse suporte é dado pelo aeroporto de Ilhéus. Os municípios de Valença, Ituberá e Camamu, por terem maior produção e PIB, concentram também melhores condições de infra-estrutura.

Verifica-se, entretanto, que a economia da região tem uma ínfima contribuição para o Produto Interno Bruto – PIB do Estado. De acordo com dados da SEI e do IBGE de 2000, o PIB *per capita* da Costa do Dendê foi de R\$1.744,40/hab, enquanto o do Estado foi de R\$ 3.396,37 e o do país R\$ 6.472,53. (SETUR, 2003). Embora seja um bom indicador econômico, o PIB *per capita* não é suficiente para uma avaliação das condições de vida da população. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH está entre os mais usados nesta análise e usa indicadores de educação, longevidade e renda. Num período de 20 anos, o IDH-M da região evoluiu de 0,409 (1980) para 0,496 (1991) e para 0,619 em 2000 (SETUR, 2003). Percebe-se, assim, que esses índices vêm crescendo ao longo do tempo, mas ainda são considerados muito aquém do aceitável, que deve ficar em torno de 0,7.

Com vistas a reverter esse quadro, no final da década de 90, desencadearam-se diferentes propostas de desenvolvimento territorial. As ONGs elaboraram projetos pontuais de melhoria da qualidade de vida que se proliferaram pela região e o governo estadual desenvolveu políticas públicas e programas de desenvolvimento para a região. Destacam-se nesse contexto, as concessões

de blocos para a exploração de hidrocarbonetos; a divulgação pela BAHIAPECA do potencial aquícola dos estuários da região para investimentos em carcinicultura e a implantação do Programa de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR I.

Aliado a isso, o governo estadual criou uma série de APAs (como visto no item capítulo 2). Com o passar do tempo, surgiram conflitos de interesses entre os atores desses diferentes programas, devido aos objetos, muitas vezes antagônicos, excludentes e não-condizentes com a fragilidade socioambiental da região.

Em 2003 foi criada a Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia – AMUBS com objetivo de desenvolver políticas integradas e otimizar recursos em prol do desenvolvimento regional. Dentre as principais pautas de discussão da AMUBS estão: infra-estrutura, turismo sustentável e definição dos *royalsts* provenientes da exploração de hidrocarbonetos.

4.2. Programas de desenvolvimento para região e potenciais impactos

4.2.1. Turismo

4.2.1.1. Breve panorama do turismo e ecoturismo no Brasil

O turismo é mais que uma atividade, o turismo tornou-se um segmento econômico estratégico de análise complexa e interdisciplinar, configurando-se como um ramo das ciências sociais, uma vez que sua análise extrapola o caráter econômico.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT, turismo é definido como “*as atividades em que as pessoas realizam em suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros.*”

Diante do potencial do país para a atividade turística, diversas esferas de governo têm unido esforços com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas e programas de implementação de desenvolvimento de pólos de turismo no país.

O turismo se configura entre os dez produtos mais importantes da pauta de exportação brasileira de bens e serviços, cabendo assinalar que entre os anos de 1998 e 2003 a posição do país no *ranking* dos principais receptores de turistas internacionais passou do 45º para o 39º lugar, embora parcela significativa do fluxo turístico seja interno. O governo federal desde o início da década passada, tem investido no crescimento do segmento com estratégias dentre as quais se destacam: a implementação da Política Nacional de Turismo; a elevação do orçamento para as ações de *marketing* da Embratur na promoção da imagem do Brasil – R\$ 24,2 milhões em 2004; a criação de vôos sub-regionais entre o Brasil e os países vizinhos; o fortalecimento institucional do

turismo no âmbito do governo com a criação do Ministério do Turismo (em 2003); a elaboração do Plano Nacional do Turismo, dentre outros (SETUR, 2005).

Nos últimos anos, uma das modalidades de turismo que mais se dissemina no mundo é o ecoturismo. A Política Nacional de Ecoturismo define ecoturismo como um “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”. A prática do ecoturismo exige algumas limitações de carga e intensidade para a sustentabilidade dos recursos que dão suporte à atividade.

A Embratur, ciente do potencial do país para esta prática, desenvolveu estudos para identificar pólos de ecoturismo (existentes e potenciais) em todas as regiões do país. No Estado da Bahia foram identificados 7 pólos que coincidem com os mesmos trabalhados pela Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Como pressuposto para o desenvolvimento do ecoturismo, a Embratur afirma seguir o conceito que identifica a indústria do turismo com o sendo aquela “que processa recursos naturais e culturais, sem desgastá-los, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações locais”. Verifica-se entretanto, um distanciamento entre o conceito e a prática, desde o inventário, uma vez que alguns dos pólos identificados já se configuram como pólos consolidados do turismo tradicional de caráter predatório ao meio ambiente e culturas locais.

4.2.1.2. Turismo na Bahia

A Bahia está entre os Estados da federação que mais exploram o seu potencial natural e cultural para o desenvolvimento do turismo. O clima tropical, o extenso litoral (maior do país), as paisagens peculiares têm feito do Estado um dos principais destinos de turistas do Brasil, com crescimento constante de visitantes estrangeiros, como pode ser verificado no gráfico da Figura 27:

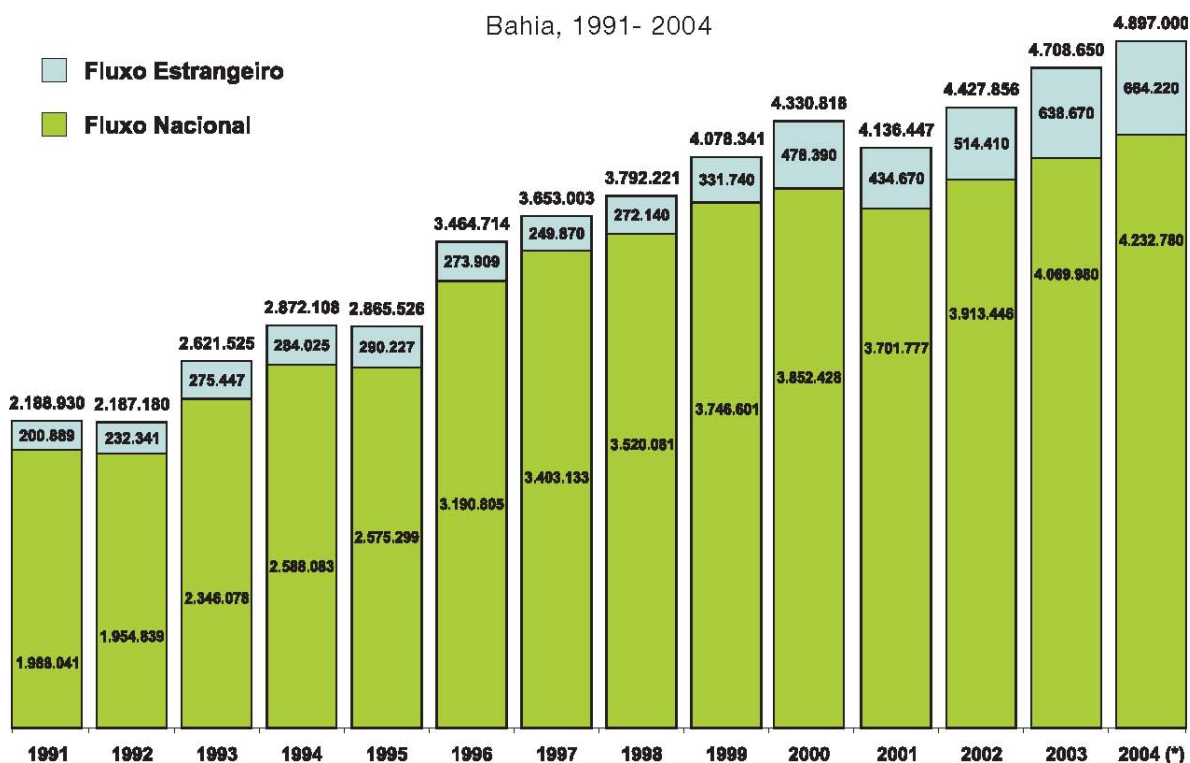


Figura 27: Incremento do fluxo turístico no Estado da Bahia, 1991-2004

Fonte: SETUR/BAHIATURSA Nota: Fluxo estrangeiro estimado com base em dados fornecidos pela Embratur, (SETUR, 2005).

De acordo com SETUR (2005), os anos 1990 ficarão registrados na história econômica mais recente da Bahia como a década do turismo, decorrente de uma política setorial que permitiu o crescimento da atividade a taxas superiores à média da economia baiana. Como consequência, a participação da renda gerada pelo turismo no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado evoluiu de 4,0% em 1991 para 7,9% em 2004, segundo estimativas da Secretaria de Turismo. Esses bons resultados permitiram ao Estado manter-se na 2ª posição no ranking do turismo de lazer no país e na terceira quando considerado o resultado global do setor.

Este impulso se deu em grande parte devido aos investimentos públicos realizados na melhoria e ampliação da infra-estrutura de apoio, ancorados nos recursos do Programa de Desenvolvimento Turístico no Nordeste – PRODETUR/NE, um instrumento de intervenção estatal de caráter multisetorial; à promoção da desconcentração da atividade para além da capital baiana e dos investimentos da iniciativa privada em empreendimentos hoteleiros e de lazer.

Os recursos do programa foram provenientes do Governo Federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), liberados por intermédio do Banco do Nordeste, com aporte de outros agentes de financiamento, a exemplo do Banco Mundial (BIRD), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e EMBRATUR,

contando sempre com recursos do Tesouro do Estado. A fase inicial do programa, conhecida por PRODETUR I, aconteceu entre 1995 e 2002 (SETUR, 2003).

Os Pólos de Turismo definidos pelo PRODETUR/NE são: São Luiz – MA, Costa do Delta – PI, Costa do Sol – CE, Costa das Dunas – RN, Costa das Piscinas – PB, Costa dos Arrecifes – PE, Costa dos Corais – AL, Costa dos Coqueirais – SE, Salvador e entorno – BA, Chapada Diamantina – BA, Litoral Sul – BA, Costa do Descobrimento – BA. Percebe-se que devido à grande extensão territorial e variedade de atrativos, a Bahia é o único dos Estados do Nordeste contemplado não apenas com um, mas com quatro pólos de turismo. Devido Pólo Litoral Sul foi subdividido em duas subáreas: a Costa do Dendê e a Costa do Cacau.

A Bahiatursa (conforme apresentado no capítulo 2) parcelou o território do Estado da Bahia em zonas turísticas, com ênfase ao fomento de novos destinos ecoturísticos, conforme descrito a seguir:

- **Costa dos Coqueiros:** municípios de Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Mata de São João, Camaçari e Lauro de Freitas;
- **Baía de Todos os Santos:** municípios de Jaguaripe, Itaparica, Vera Cruz, Salinas da Margarida, Maragojipe, São Félix, Cachoeira, Saubara, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Madre de Deus e Salvador;
- **Costa do Dendê:** municípios de Valença, Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú;
- **Costa do Cacau:** municípios de Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Canavieiras;
- **Costa do Descobrimento:** municípios de Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro;
Costa das Baleias: municípios de Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri;
- **Chapada Diamantina:** subdividida nos Circuitos do Diamante (municípios de Mucugê, Itaetê, Andaraí, Lençóis, Iraquara, Palmeiras e Seabra) e do Ouro (municípios de Rio de Contas, Piatã, Rio do Pires, Érico Cardoso, Livramento de Nossa Senhora e Abaíra).

Posteriormente, foram incluídos os roteiros: Caminhos do Oeste, Caminhos do Sertão, Vale do Jiquiriçá e Lagos do São Francisco.

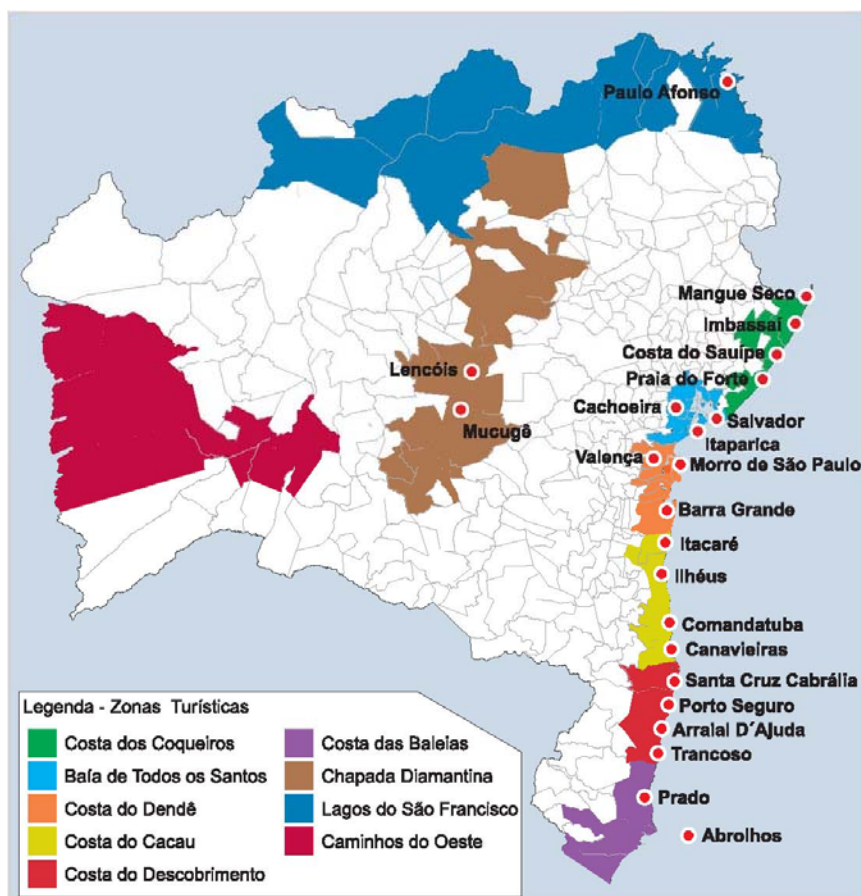


Figura 28: Zonas Turísticas do Estado da Bahia

Fonte: SETUR, 2003

Verifica-se então que no litoral baiano convergem-se duas estratégias de desenvolvimento turístico: uma tradicional, com investimentos do PRODETUR, com ênfase em infra-estrutura básica e com incentivo ao investimento privado e uma outra na linha do ecoturismo, com vistas a identificar peculiaridades locais para a promoção da atividade em bases sustentáveis. De um lado investe-se em infra-estrutura de acesso e implantação de grandes hotéis e resorts, enquanto do outro batalha-se por preservar o diferencial natural e cultural local. Entretanto, a tendência é que o primeiro modelo acabe sufocando o segundo, conforme observa Paiva (2001):

Um aspecto importante a ser considerado é que as bases econômicas do verdadeiro ecoturismo são antagônicas às do turismo de massa, orientado para maximizar receitas ao invés de maximizar resultados. A maximização de receitas, que implica atrair o maior número possível de turistas, com impactos negativos sobre os atrativos e destinos, não combina com o ecoturismo, em que a maximização dos resultados pode se dar em níveis baixos de visitação.

4.2.1.3. O turismo na Costa do Dendê

O turismo é um setor-chave para o desenvolvimento socioeconômico do Baixo Sul da Bahia se forem considerados seu reconhecido potencial de geração de postos de trabalho e de renda. Nessa perspectiva, o Baixo Sul compreende uma das mais importantes Zonas Turísticas da Bahia, atualmente denominada de Costa do Dendê (FISHER, 2007).

A localidade de Morro de São Paulo, na ilha de Tinharé, município de Cairu, iniciou sua expansão turística no final da década de 1980. Hoje é o principal e mais famoso destino turístico da região. Entretanto, Morro de São Paulo sofre as conseqüências de um crescimento turístico desordenado: descaracterização paisagística, especulação imobiliária, escassez de água, falta de saneamento, explosão demográfica, desigualdade social e choque cultural entre nativos e novos moradores (donos de pousadas, bares e restaurantes) muitos dos quais estrangeiros.



Figura 29: Porto de Valença – saída para Morro de São Paulo

Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 30: Tirolesa e vista das praias de Morro de São Paulo

Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 31: Turistas na segunda praia de Morro de São Paulo

Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 32: Turistas alimentando peixes nos recifes de corais de Morro de São Paulo

Fonte: arquivo do autor, 2007

Valença, por dispor de boa infra-estrutura, configura-se como o portão de entrada e maior centro urbano da região. Por ser o principal local de acesso à Morro de São Paulo, recebe a maior parte dos dividendos da atividade turística (hospedagem temporária, transporte, insumos) o que gera descontentamento por parte da população e de autoridades do município de Cairu, ao qual Morro de São Paulo se insere.

Atualmente os destinos turísticos de destaque na região são: Morro de São Paulo, Boipeba e a Península de Maraú. As agências de viagem elaboram pacotes completos para esses três destinos. As principais localidades turísticas da região são: Morro de São Paulo, Velha Boipeba e Barra Grande de Maraú. Associados a estes lugares estão as localidades de Garapuá, Moreré e Taipus de Fora, respectivamente.

No turismo de veraneio e lazer interno, destacam-se: Gamboa do Morro, São Francisco, Praia do Guaibim, Praia do Pratigi, Barra do Seinhaém, Ponta do Contrato e Ilha Grande em Maraú.



Figura 33: Imagem de satélite – Morro de São Paulo e Gamboa
 Fonte: imagem SPOT 2003, arquivo da OCT.

4.2.1.4. As ações do PRODETUR na região e seus impactos

Uma das exigências do BID para financiar parte dos recursos do PRODETUR foi a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, realizado com a participação de atores locais (representantes do governo e da sociedade civil). O objetivo do PDITS foi elaborar um planejamento estratégico da atividade turística na região.

Um dos produtos PDITS foi a relação dos atrativos efetivos e potenciais da região. Os atrativos foram organizados conforme o tipo: natural, histórico-cultural, manifestações culturais e folclóricas, técnico-científico e acontecimentos programados.

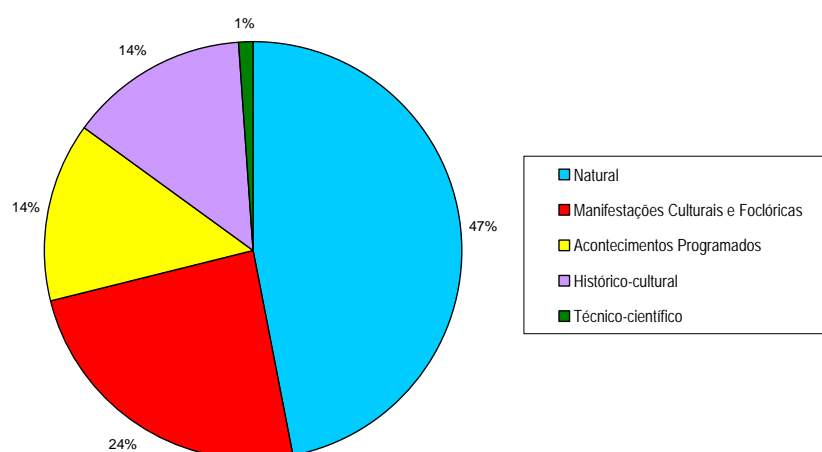
Os principais atrativos naturais listados estão relacionados com as praias da ilha de Tinharé, Boipeba e Península de Maraú, além da praia do Pratigi e as ilhas da Baía de Camamu (como a ilha do Sapinho e Pedra Furada). A vila velha de Boipeba e o povoado do Jatimane (quilombo) estão na lista das atrações histórico-culturais.

As manifestações culturais são o folclore, a culinária e o artesanato da região (muitas das quais com grande influência da cultura negra como o Zambiapunga). Entretanto foi inserido nessa relações a *Brodway*, um bairro com bares, restaurantes e boates que funcionam à noite em Morro de São Paulo. Na verdade, *Brodway* é uma cultura “importada”, que chegou com o crescimento do turismo na localidade, que não tem relação com o tradicional local, mas que já vem sendo identificada como uma manifestação cultural local.

Com relação aos acontecimentos programados que servem de atrativo, foram incluídos desde o Reveillon e a ressaca do carnaval, ambos em Morro de São Paulo, até as festividades religiosas relacionadas com a atividade pesqueira ou ao santo padroeiro da cidade.

A análise dos atrativos efetivos relacionados mostra que 71% corresponde a recursos da sociobiodiversidade (naturais e culturais), conforme mostra o gráfico da Figura 29.

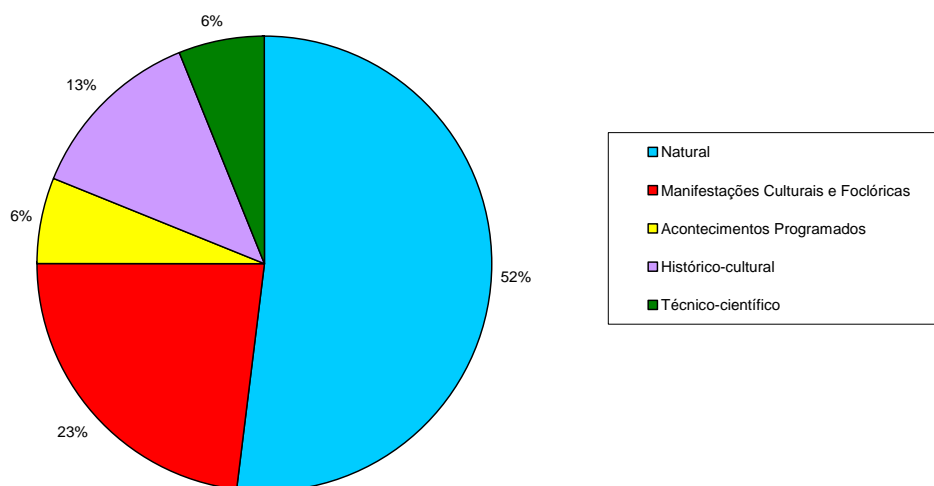
Figura 29: Atrativos Efetivos da Costa do Dendê - PDITS



Fonte: Adaptado de SETUR, 2003

Os atrativos ainda não explorados são listados como potenciais. Da mesma forma que os efetivos, os atrativos potenciais da região correspondem à sociobiodiversidade local (75%), conforme é apresentado no gráfico da Figura 30.

Figura 30: Atrativos Potenciais da Costa do Dendê - PDITS



Fonte: Adaptado de SETUR, 2003

Numa outra etapa de elaboração do PDITS foram realizadas oficinas participativas para identificação dos pontos fortes e fracos da região com relação à atividade turística. Deste estudo, destaca-se:

- a percepção do turismo como uma ferramenta de crescente dinamismo econômico para a região (já é uma atividade econômica em Cairu, Camamu e Maraú);
- a importância dada às raízes culturais ainda preservadas da região;
- a identificação da desigualdade social e da miséria perto dos atrativos turísticos como algo negativo para o turismo;
- a avaliação das condições precárias dos terminais hidroviários como um dos maiores entraves para o turismo;
- a percepção da perda da identidade cultural, própria de cada localidade, como uma possível consequência do desenvolvimento do turismo;
- a percepção do comprometimento ambiental dos manguezais, elo vital da cadeia alimentar marítima, por diversos agressores relacionados ao turismo.

Fica evidente, então, o grande impasse à implantação de um modelo de turismo ostensivo para a região. A cultura e as belezas naturais, que são os principais atrativos, estão ameaçadas pelo próprio turismo.

Conforme pode ser observado no PDITS, dentre as estratégias para o turismo na região, definiu-se que é necessário aumentar a competitividade da Zona Turística da Costa do Dendê e para tanto devem ser valorizados os seus principais diferenciais: o meio ambiente conservado e de características cênicas diferenciais (diferentes ecossistemas); a formação geográfica da região (baía de Camamu); a dificuldade de acesso (transporte por hidrovias, o que propicia o turismo náutico); as comunidades tradicionais; a presença de Unidades de Conservação – diversas APAs; os produtos regionais autênticos (dendê, cravo, piaçava); os estaleiros e a gastronomia.

Segundo o PDITS, esses diferenciais possibilitam a ênfase em quatro tipos de turismo: ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo náutico e o histórico-cultural.

Mais uma vez, a prerrogativa é de que as comunidades são atrativos turísticos: *“verifica-se pequenas e antigas concentrações antrópicas em diversos lugares. Existência de povoados quilombolas, como Boitaraca e Jatimane”*(SETUR, 2003). Esse interesse em transformar o modo de vida das populações põe em risco a estrutura social que as identifica como tradicionais, descaracterizando-as. Sem dúvida, as peculiaridades da paisagem da Costa do Dendê fazem dela um atrativo *sui generis*. Mas devem-se avaliar os riscos de um modelo de turismo que comprovadamente transforma a paisagem e destrói culturas.

A perda das características culturais de algumas dessas comunidades já pode ser percebida, como afirma Oliveira (2005) sobre a Ilha dos Sapinhos: *“o aumento do fluxo turístico vem favorecendo também um maior contato dos turistas com os habitantes da Ilha; e alguns impactos culturais negativos já são efetivos, como as mudanças no relacionamento entre as pessoas, assim como o jeito de vestir dos adolescentes e a insegurança local”*.

A implantação do PRODETUR I sofreu muitas críticas por resumir a promoção do turismo à melhoria de infra-estrutura local (estradas, atracadouros e aeroportos). O PDITS foi elaborado para auxiliar as ações do PRODETUR II e corrigir distorções. O objetivo geral do PRODETUR II é promoção da melhoria da qualidade de vida da população residente nos pólos turísticos situados nos estados participantes do programa. As ações são divididas em três componentes, conforme pode ser visto no Quadro 7.

Quadro 7: Ações previstas para o PRODETUR II, por município e componente

Município	Infra-estrutura	Outra
Prioridade A - Componente 1		
Apoio à Instalação de um posto de informação e treinamento do receptivo	X	X
Elaboração e Implantação do PDLU e solução para o destino final do lixo nas ilhas de Tinharé e Boipeba	X	
Estudo da capacidade de suporte ⁵ das ilhas de Tinharé e Boipeba		X
Recuperação do Convento de Cairu	X	
Recuperação do Forte de Morro de São Paulo	X	
Urbanização em Morro de São Paulo	X	
Elaboração e Implantação do PDLU e aterro sanitário em Camamu	X	
Elaboração e Implantação do PDLU e coleta seletiva e aterro sanitário conjunto em Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	X	
Implantação do centro turístico-ambiental na cachoeira da Pancada Grande	X	
Elaboração e Implantação do PDLU e coleta seletiva e aterro sanitário em Marau	X	
Implantação da APA da península de Marau	X	X
Apoio à implantação de posto de informações turísticas do município de Valença	X	
Elaboração e Implantação do PDLU e coleta seletiva e aterro sanitário em Valença	X	
Implantação da APA do Guaibim	X	X
Levantamento e tombamento do patrimônio histórico do município	X	X
Padronização das barracas de praia do Guaibim	X	
Urbanização da orla do Guaibim	X	
Prioridade A - Componente 2		
Capacitação profissional geral		X
Sinalização turística geral	X	
Sistema de monitoramento da evolução do turismo		X
Macrozoneamento ambiental		X
Acesso viário Morro de São Paulo, Gamboa, Garapuá	X	
Ampliação do sistema de abastecimento de água e esgoto da sede de Camamu	X	
Anel rodoviário de Camamu	X	
Rodovia Camamu-Itacaré (BA-001)	X	
Ampliação do sistema de esgoto da sede de Igrapiúna	X	
Ampliação do sistema de esgoto da sede de Ituberá	X	
Ampliação de atracadouro em Barra Grande	X	
Ampliação do sistema de água e esgoto em Barra Grande	X	
Plano de desenvolvimento turístico municipal de Marau		X
Implantação do sistema de abastecimento de água e esgoto da sede de Nilo Peçanha	X	
Ampliação do sistema de abastecimento de água e esgoto da sede de Taperoá	X	
Melhoria do terminal hidroviário da Graciosa, com estacionamento	X	
Implantação do sistema de esgoto da sede de Valença	X	
Prioridade A - Componente 3		
Plano de marketing e promoção		X
Projeto de artesanato – geração de emprego e renda		X
Projeto de capacitação empresarial		X

Fonte: Adaptado de SETUR, 2003

⁵ Com vistas a conservar a biodiversidade dessas ilhas, que já são um destino turístico consolidado na região.

Observando a tabela, verifica-se que nas prioridades do PRODETUR II ainda são predominantes ações de infra-estrutura para as sedes municipais, o que vai de encontro aos objetivos desta fase do programa e ao perfil turístico da região. Verifica-se também que já surgem ações que correspondem a medidas remediáveis, ou seja, para solucionar problemas decorrentes do intenso fluxo de turistas em Morro de São Paulo.



Figura 31: Forte de Morro de São Paulo, atrativo histórico-cultural
Fonte: arquivo do autor, 2007

4.2.1.5. O sistema hidroviário e as principais rotas turísticas da região

A hidrovia é um dos principais sistemas de transporte da região. Os portos de Camamu (grande portal da Baía de Camamu) e Valença (principal acesso a Morro de São Paulo) apresentam intenso fluxo de embarcações de diversos tipos e tamanhos, por serem pontos de embarque e desembarque de mercadorias e pessoas (residentes e turistas). Porém, quase todas as comunidades estuarinas da Costa do Dendê possuem um terminal hidroviário, como pode ser verificado no Quadro 8. Entretanto, o PDITS prevê a reforma de alguns destes para melhorar e diversificar as rotas turísticas.

Quadro 8: Terminais hidroviários da Costa do Dendê

Município	Localidade	Proprietário	Administrador	Ponte	Cais	Tipo
Cairu	Barroquinha	P	P	Concreto	Concreto	-
	Boipeba	P	P	Concreto	Concreto	-
	Cairu	E	P	-	Flutuante	-
	Enseada	P	P	Madeira	n/d	-
	Galeão	P	P	Concreto	Concreto	-
	Gamboa	E	P	Concreto	Concreto	Terminal
	Garapuá	P	P	Concreto	n/d	-
	Ilha Grande	E	P	Concreto	Flutuante	-
	Morro de S.Paulo	E	P	Concreto	-	Terminal
	S. Francisco	P	P	Concreto	Concreto	-
Torrinha	E	P	Concreto	Concreto	-	
Camamu	Barcelos do Sul	P	P	-	Alvenaria	-
	Cajaíba do Sul	E	P	Concreto	Concreto	-
	Camamu	E	E	Concreto	Flutuante	Terminal
	Taipu	P	P	Madeira	Madeira	-
Igrapiúna	Acurau	P	P	Concreto	Concreto	-
	Âmbar	P	P	Concreto	Concreto	-
	Contrato	P	P	Concreto	Concreto	-
	Ilha da Barreta	P	P	Concreto	Concreto	-
	Ilha das Flores	P	P	Concreto	Concreto	-
	Pescaria	P	P	Concreto	Concreto	-
	Ponta	P	P	Concreto	Concreto	-
Timbuca	P	P	Concreto	Concreto	-	
Ituberá	Barra do Serinhaém	E	P	Concreto	Flutuante	-
	Ituberá	P	P	Concreto	Concreto	Terminal
	Rio do Campo	P	P	Concreto	-	-
Maraú	Campinho	P	P	Madeira	Madeira	-
	Maraú	E	P	Concreto	Flutuante	-
	Tanque	P	P	Madeira	Madeira	-
	Barra Grande	E	P	Concreto	Concreto	-
Nilo Peçanha	S. Francisco	P	P	Concreto	Concreto	-
	Barra dos Carvalhos	P	P	Concreto	Concreto	-
Taperoá	Graciosa	P	P	Concreto	Concreto	-
	Taperoá	P	P	Concreto	Concreto	-
Valença	Ponta do Curral	E	P	Concreto	Concreto	Terminal
	Valença	P	P	Concreto	Alvenaria	Terminal

Fonte: Derba, 2002

Índice: P - prefeitura e E - Estado

As principais rotas turísticas hidroviárias da Costa do Dendê são:

- Valença – Gamboa – Morro de São Paulo;
- Graciosa – Boipeba;
- Torrinas – Boipeba;
- Ituberá – Barra do Serinhaém;
- Camamu – Barra Grande;

- Camamu – rota turística por ilhas do arquipélago;

O PEDITS faz uma crítica com relação ao potencial impacto do incremento da transporte hidroviário, por meio da reforma dos Terminais Marítimos em Gamboa e Morro de São Paulo, com recursos do PRODEUR I, ao afirmar que:

(...) uma ativação desse sistema viário, inclusive potencializando negócios imobiliários e turísticos na Ponta do Curral, podem afetar a pesca tradicional e secular de canoas de batelão no estuário do Una. Estes pescadores têm utilizado esse trecho do estuário para o pouso e espera de momentos oportunos para a entrada e saída no canal do Rio Uma. A promoção do turismo na Ponta do Curral deve levar em conta essa atividade pesqueira artesanal, ainda melhor se integrando-a ao consumo de pescado da hotelaria e restaurantes, mantendo espaços próprios para os pescadores continuarem seu descanso e convivência, na porção interior da península. (SETUR, 2003).

Entretanto, o PRODETUR II, de forma contraditória e no próprio documento, aponta para novas reformas em terminais.

4.2.2. Exploração de Hidrocarbonetos

4.2.2.1. Recente História da exploração de hidrocarbonetos no Brasil

O final da década de 90 foi marcado por uma série de transformações na política de exploração de hidrocarbonetos⁶ no Brasil. A promulgação da Lei 9.478/97, conhecida como “Lei do Petróleo”, que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio de petróleo, instituiu o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e a Agência Nacional do Petróleo – ANP. Dentre os objetivos desta nova política, destacam-se o incremento das bases econômicas com o uso do gás natural e a promoção da livre concorrência com a atração de investimentos na produção de energia.

Definida pela Lei do Petróleo na Política Energética Nacional e criada em 1997, da Agência Nacional do Petróleo – ANP é considerada como um “divisor de águas”, por ser integrante da Administração Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Tem a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo.

Conforme previsto no artigo 33 da Lei 9.478/97 (Lei do Petróleo), no dia 6 de agosto de 1998 foram assinados 397 contratos de Concessão entre a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), sendo os mesmos relativos a 115 blocos de exploração, 51

⁶ Todos os combustíveis fósseis (gás natural, GPL, butano, propano, gasolina e óleo diesel) são constituídos essencialmente por hidrocarbonetos, composto de carbono e hidrogênio.

campos em desenvolvimento e 231 em produção. A Primeira Rodada de Licitações, que aconteceu em junho de 1999, foi um marco da flexibilização, de fato, do monopólio da União sobre as atividades de exploração e produção. A partir de então, anualmente, são realizadas rodadas de licitação, de novas áreas destinadas à exploração de hidrocarbonetos. (MARTINS, 2004)

4.2.2.2. A exploração de gás e petróleo na Costa do Dendê

A região onde os blocos concedidos para a exploração de hidrocarbonetos são operacionalizados no Baixo Sul da Costa do Dendê é a chamada bacia Camamu-Almada.

A Bacia de Camamu abrange parte da planície costeira e limita-se ao norte com as Bacias de Jacuípe e Recôncavo, através das zonas de falhas de Itapoan e Barra, respectivamente. O seu limite sul com a Bacia de Almada, ocorre próximo ao Alto de Itacaré. A Bacia de Almada, por sua vez, limita-se ao sul com a Bacia de Jequitinhonha, através do Alto de Olivença. Estas Bacias totalizam uma área de 22.900 km² até o limite da cota batimétrica de 3.000m, sendo 16.500 km² pertencentes à Bacia de Camamu e 6.400 km² à Bacia de Almada. (ANP, 2007)

A Cadeia Produtiva do Gás Natural e do Petróleo é composta por 5 fases:

- Fase da Exploração (pesquisa e perfuração);
- Fase de Desenvolvimento e Produção;
- Fase do Processamento;
- Fase do Transporte e Fase da Distribuição.

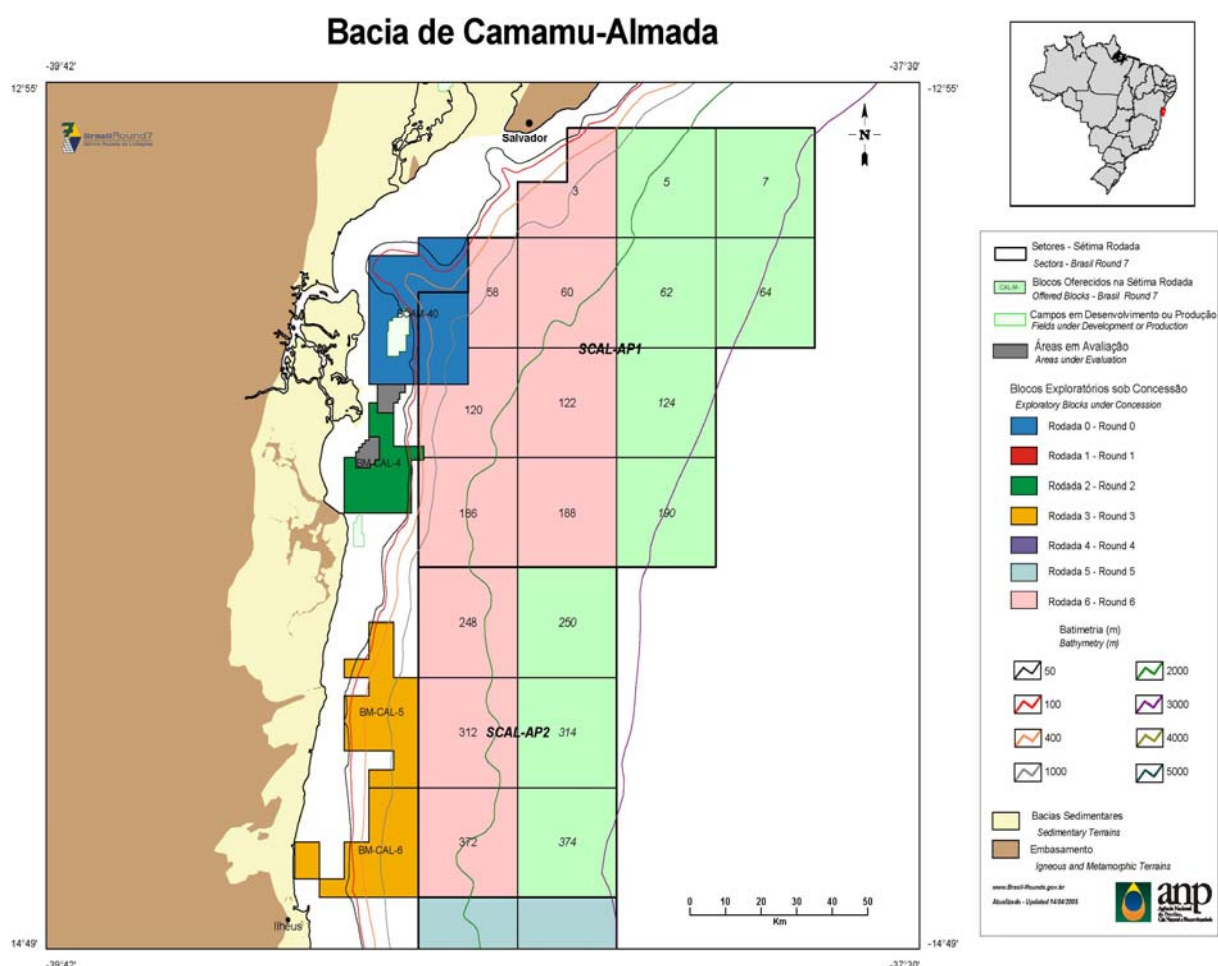
Até a Segunda Rodada de Licitações, que ocorreu em junho de 2000, haviam sido descobertas 4 acumulações de petróleo e gás natural na Bacia de Camamu. Estas descobertas traduzem-se em 2 pequenos campos terrestres – Morro do Barro (gás) e Jiribatuba (petróleo) – e duas acumulações marítimas – 1-BAS-64 (petróleo) e 1-BAS-97 (gás). (ANP, 2007)

Até a Quarta Rodada, na Bacia de Camamu-Almada foram oferecidos 5 blocos para exploração (BCAM-40, BM-CAL-1, BM-CAL-4, BM-CAL-5 e BM-CAL-6). A fim de avaliar a situação da área de estudo, foram obtidas as coordenadas dos blocos identificados na área de estudo (vide Quadro 9).

Quadro 9: Blocos da Bacia Camamu-Almada, ano de licitação, concessionários e situação atual.

Bloco	Bacia	Rodada	Concessionário	Situação
BCAM-40	Camamu-Almada	0/1998	Petróleo Brasileiro S.A.	Operação
BM-CAL4	Camamu-Almada	1/2000	El Paso Óleo e Gás do Brasil S.A	Exploração – perfuração
BM-CAL5	Camamu-Almada	2/2001	Petróleo Brasileiro S.A.	Avaliação
BM-CAL6	Camamu-Almada	2/2001	Petróleo Brasileiro S.A.	Não informado

Fonte: MARTINS (2004), atualizado por ANP(2007)

**Figura 32:** Localização dos Blocos para a Exploração de Hidrocarbonetos da Bacia Camamu-Almada

Fonte: ANP, 2007

Uma vez que os empregos gerados pela indústria do petróleo são direcionados a uma mão-de-obra especializada, inexistente na região, a maior vantagem econômica proveniente da exploração de hidrocarbonetos na região é o pagamento de *royalties*. Segundo ANP (2007), os *royalties* constituem compensações financeiras a serem pagas pelas concessionárias de exploração e produção de petróleo e gás natural, mensalmente, com relação a cada campo, a partir do mês em que ocorrer o início da produção, sendo vedada quaisquer deduções. Essas compensações financeiras correspondem, segundo a Lei 9.478/97, à 10% da produção de petróleo e gás natural, caso não haja risco geológico e, em havendo, essa porcentagem poderá ser reduzida a até 5%. O percentual é definido pelo próprio contrato de concessão.

Com a concessão dos blocos, pescadores da região tiveram seus direitos de pesca restringidos, principalmente durante as fases de sísmica e perfuração. Além disso, a proximidade desses blocos com o continente, em águas rasas e de recifes, faz com que haja uma sobreposição de áreas importantes de pesca e áreas para a exploração de hidrocarbonetos, como acontece na Ponta dos Castanheiros, próximo à ilha de Boipeba.

O conflito também ocorre com relação ao turismo, pois, de acordo com SETUR (2003), a possibilidade de exploração de gás e petróleo na região da Baía de Camamu, teria impactos paisagísticos e ambientais. E ainda acrescenta: “*Em relação à exploração de gás na Baía de Camamu, poderá haver conflito com o desenvolvimento da atividade turística, inibindo o uso turístico da região e repelindo investimentos. A principal razão para o conflito é, principalmente, a questão estética e de imagem do destino relacionada com extração e o escoamento da produção (...)*”. SETUR (2003, p.110).



Figura 32: Localização dos blocos para a exploração de hidrocarbonetos da Bacia Camamu-Almada

Fonte: Arquivo do autor, 2007

Todas as etapas da exploração de petróleo estão associadas a atividades que produzem som no ambiente marinho, seja na forma aguda (sísmicas) ou crônica (plataformas de extração). Durante as atividades sísmicas, sons de alta intensidade e baixa frequência são direcionados para crosta terrestre com o objetivo de identificar (por diferença de reflexão) a disposição das camadas geológicas no fundo oceânico (SIMMONDS, et al. 2003). Em 2003, a realização de estudos sísmicos na bacia Camamu-Almada foi apontada como a causa da mortandade de peixes e cetáceos na região, muito embora não tenha havido uma comprovação científica para o fenômeno.

O fato do licenciamento das atividades de exploração de hidrocarbonetos ser compartimentado em fases (sísmica, perfuração e exploração), como se uma não fosse consequência da outra, faz com que áreas de extrema sensibilidade ambiental como as do norte do Estado da Bahia e o Banco de Abrolhos sejam licitadas, por conseguinte licenciadas para a sísmica e assim por diante. Essa fragmentação do processo faz com que o impacto da atividade petrolífera seja diluído em impactos “menores” relativos a cada uma de suas fases. Avaliações estratégicas anteriores à alocação dos blocos exploratórios por parte da ANP fazem-se necessárias, sob pena da freqüente repetição deste cenário de ameaça. (MARCHIORO & NUNES, 2003).

4.2.2.3. Definição de áreas sensíveis a derramamento de óleo

Araújo, Silva e Muehe (2006) desenvolveram uma metodologia para caracterização da sensibilidade ambiental dos ecossistemas costeiros à derramamentos de óleos. Nesta metodologia são representados três aspectos ambientais em relação aos derrames de óleo: a classificação dos ecossistemas costeiros, estuários ou fluviais, segundo sua sensibilidade aos derrames de óleo; as espécies especialmente sensíveis; e, a identificação dos recursos socioeconômicos que podem ser afetados.

Esses ecossistemas são classificados segundo um índice de sensibilidade ao óleo, estabelecido com base nos seguintes fatores: tipo de substrato, permeabilidade, mobilidade e condições de tráfego; declividade da zona intermarés; grau de exposição à energia de ondas e marés; facilidade de limpeza; produtividade e sensibilidade biológicas. (ARAÚJO, SILVA E MUEHE 2006).

No quadro a seguir são apresentados os resultados desta análise feita por Araújo, Silva e Muehe (2006).

Quadro 10: Índice de Sensibilidade Ambiental a Derrames de Óleo em Ambientes Costeiros e Estuarinos.

Índice de Sensibilidade Ambiental a Derrames de Óleo em Ambientes Costeiros e Estuarinos	
Classificação para a Costa Brasileira	
1	Costões rochosos lisos, de alta declividade, expostos; Falésias em rochas sedimentares expostas; Estruturas artificiais lisas (paredões).
2	Costões rochosos lisos, de declividade média a baixa, expostos; Terraços ou substratos de declividade média, expostos.
3	Praias dissipativas de areia média a fina, expostas; Faixas arenosas contíguas à praia, não vegetadas sujeitas à ação de ressacas (restingas isoladas ou múltiplas); Escarpas e taludes íngremes (formações do grupo barreiras e tabuleiros litorâneos), expostos; Campos de dunas expostos.
4	Praias de areia grossa; Praias intermediárias de areia fina a média, expostas; Praias de areia fina a média abrigadas.
5	Praias mistas de areia e cascalho, ou conchas e fragmentos de corais; Terraço ou plataforma de abrasão de superfícies irregular ou recoberta de vegetação; Recifes areníticos em franja.
6	Praias de cascalho; Costa de detritos calcários; Depósito de talos; Enrocamentos (tipo quebramar) expostos; Plataforma ou terraço exumadorecoberto por concreções lateríticas.
7	Planície de maré arenosa exposta; Terraço de baixa-mar.
8	Escarpa/encosta de rocha abrigada; Escarpas e taludes íngremes de areia abrigados Enrocamentos abrigados
9	Planície de maré arenosa/lamosa abrigada e outras áreas úmidas costeiras não vegetadas; Terraço de baixa-mar lamoso abrigado Recifes areníticos servindo de suporte para colônias de corais
10	Deltas e barras de rio vegetadas Terraços alagadiços, banhados, brejos, margens de rios e lagoas; Brejo salobro ou de água salgada com vegetação adaptada ao meio salobro ou salgado; apicum Marismas Manguezal (mangues frontais e mangues de estuários)

Fonte: ARAÚJO, SILVA E MUEHE, 2006.

A partir da observação do quadro, nota-se que a área de entorno dos blocos da baía Camamu-Almada possui o mais alto grau de sensibilidade a derrames de óleo, por serem predominantes os estuários e manguezais. Sabe-se ainda que um dos blocos (BMCAL-4) atinge diretamente um recife de coral de elevada importância biológica – definido como Área Prioritária para a Conservação segundo MMA (2002) –, socioeconômica e turística. Derramamentos de petróleo estão entre as principais ameaças ambientais sobre as aves marinhas (MMA, 2002a), por exemplo, e a atividade pesqueira é suspensa por um tempo, quando ocorrem acidentes. Isso posto,

verifica-se o grau de susceptibilidade da sociobiodiversidade da Costa do Dendê, frente à exploração de hidrocarbonetos.

4.2.3. Maricultura

4.2.3.1. Sobrepesca e maricultura na Costa do Dendê

De acordo com Diegues (1996), a expansão de economias de mercado baseadas em alta produtividade se deu, em maior ou menor intensidade, em todas as economias da Terra, com efeitos negativos nas populações que habitavam ecossistemas frágeis, como as florestas tropicais e mangues, causando degradação ambiental e empobrecimento. Tanto, que em muitos casos, sistemas tradicionais de manejo adaptados a ecossistemas específicos caíram em desuso, seja pela introdução da economia de mercado, pela desorganização ecocultural, ou por substituição por outros sistemas impostos de fora das sociedades. E conclui: *“A pauperização dessas populações tradicionais como fruto desses processos, e muitas vezes a miséria extrema, associada à perda dos direitos históricos sobre as áreas em que viviam, tem levado muitas comunidades de moradores a sobre-explorar os recursos naturais”*.

As populações tradicionais da Costa do Dendê já sentem os efeitos desse choque cultural no seu modo de vida. Um questionário feito em 2003, pelo IDES, junto às comunidades da ilha de Cairu, indagou os pescadores sobre a escassez de alguma espécie de pescado ou marisco nos estuários da região. Na tabulação dos dados, percebeu-se que a cada questionário, era apontada uma espécie diferente como a mais escassa e em muitos questionários a respostas foi que todas as espécies estão sofrendo redução de estoques. Ficou evidente que não existia, na região, uma espécie mais ameaçada, mas uma escassez generalizada, decorrente de sobrepesca.

Durante a realização das atividades de campo, muitos pescadores apontaram preocupação com a redução dos estoques pesqueiros nos últimos anos:

Aqui a gente pega robalo, arraia, dentão, badejo. Aqui já deu mais peixe... Antes era seis barcos, hoje são quarenta.
(Moisés Aleluia Santos, 31 anos, São Francisco).

Quando eu era criança, tinha seis ou oito casas aqui. Hoje tem setenta.
(...) Todas as espécies tem diminuído, caranguejo principalmente.
(Jorge Conceição dos Santos – Gode, 49 anos)

O povo é muito e o canal é pequeno.
(Raimundo Muniz dos Santos, 74 anos, comunidade do Jacaré)

Mero sumiu, tá difícil de pegar! Mas rapaz, como é que esse peixe sumiu? Que a gente pegava antigamente e hoje já não dá mais?!
(Pedro Santos Mendes, 66 anos, Itiúca).

Visando reduzir a crescente pressão da pesca nos estuários da Costa do Dendê, a BAHIAPESCA, as universidades e ONGs locais, desenvolveram projetos de maricultura em tanques-rede e instalaram unidades piloto em muitas comunidades como: Torrinhas, Canavieiras, Pescaria, Graciosa, Moreré, Ponta, etc. Inicialmente são implantadas unidades piloto que servem para estudos técnicos, de viabilidade e capacitação dos comunitários. Em ambientes com salinidades variadas são criadas tilápias, ostras e até camarão. O maior risco dessa atividade é a introdução de espécies exóticas (como a tilápia) que podem causar desequilíbrios no ecossistema.

Teve uma maré que derrubou os tanques de tilápia. O rapaz pegou 400 kg só dele, mas de outro peixe, só um robalo. Esse tilápia espanta os outros peixes. (Pedro Santos Mendes, 66 anos, Itiúca).



Figura 33: Gaiola de criação de ostras
Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 34: Ostra de cultivo
Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 35: Tilápia
Fonte: arquivo do autor, 2007



Figura 36: Tanques de tilápia na Graciosa
Fonte: arquivo do autor, 2007

Outra questão é que a gestão desses tanques de cultivo exige do pescador maior organização social, análise de mercado, dedicação ao trabalho e planejamento, temas distantes da realidade do pescador artesanal habituado com a praticidade e o imediatismo da atividade pesqueira.

Uma outra interferência nos modos de vida dos pescadores artesanais locais é a introdução de novos instrumentos de pesca. Recentemente, foi introduzida na região uma espécie de armadilha para captura de siris. Alguns pescadores locais têm associado a redução dos estoques de siri à introdução desse artefato.



Figura 37: Armadilha para captura de siri

Fonte: arquivo do autor, 2007

Peet (1986) citado por Diegues (1998) afirma que um dos riscos às culturas regionais e locais que representam a soma de experiências passadas, numa vasta gama de condições ambientais, sujeitas à expansão de uma cultura mundial homogênea é o de ficarem presas a uma forma de vida e pensamento inadequados à solução dos problemas colocados, e isso é particularmente perigo quando as propostas técnicas usadas para resolver os problemas se tornam capazes de uma destruição generalizada.

É evidente que essas novas técnicas trazem benefícios para as comunidades como: incremento na renda, capacitação, alternativa para os jovens e conseqüente melhoria da qualidade de vida, entretanto faz-se necessário contrabalançar todos os riscos da atividade, principalmente se estes tendem afetar a sociobiodiversidade local.

4.2.3.2. A carcinicultura na Costa do Dendê

Carcinicultura é o termo que define um tipo específico de aqüicultura, a criação de camarões, podendo usar tanque-rede ou tanque escavado. O Nordeste tem sido escolhido para sediar projetos dessa natureza pois possui faixa litorânea extensa e de águas quentes, ideais para o desenvolvimento do camarão. Além disso, os estados da região têm estimulado a implantação de criatórios através da redução de tributos.

A Costa do Dendê abriga duas fazendas de camarões em cativeiro da empresa MPE Indústria de Valença. Essa empresa possui 950 hectares de água, além de laboratórios e frigoríficos. Toda essa infra-estrutura, que envolve mais de 100 funcionários, produz cerca de 100 toneladas de camarão/mês, sendo boa parte exportada para os Estados Unidos e França. (FISHER, 2007). No município de Nilo Peçanha, nas proximidades da localidade de São Francisco, há um outro empreendimento de carcinicultura.

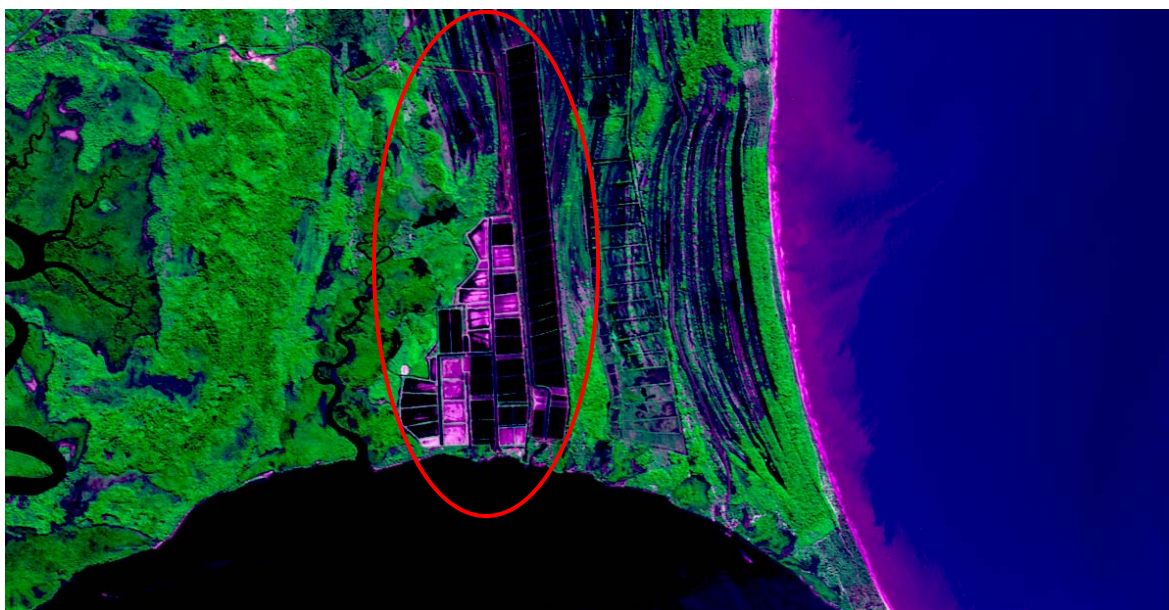


Figura 37: Imagem de satélite – tanques de carcinicultura na APA do Guaibim

Fonte: imagem SPOT, 2003, arquivo OCT

Meireles (2005) realizou um levantamento de trabalhos de diversos autores sobre carcinicultura e identificou os principais danos ambientais relacionados com a atividade: desmatamento do manguezal; soterramento de gamboas e canais de maré; bloqueio do fluxo das marés; contaminação da água por efluentes dos viveiros e das fazendas de larva e pós-larva; salinização do aquífero; impermeabilização do solo associado ao ecossistema manguezal; erosão dos taludes, dos diques e dos canais de abastecimento e de deságüe; empreendimentos sem bacias de sedimentação; fuga de camarão exótico para ambientes fluviais e fluviomarinhos; dentre outros.

Após muito debate sobre o tema, em 2002, o CONAMA aprovou a Resolução nº 319, que dispõe sobre o licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira, e em seu artigo 2º veta a carcinicultura no manguezal. A partir de então não apareceram novos empreendimentos na região. Entretanto, faz-se necessário, constantemente, fiscalizar essas fazendas de camarão, principalmente seus afluentes, que deságuam diretamente no estuário.

Os manguezais são ambientes que sofrem constantemente a pressão em prol do “desenvolvimento”. Na ânsia por lucros rápidos, para gerar empregos para um maior número possível de pessoas, para se obter dinheiro rapidamente e lucros, em termos do que geralmente é identificado como “benefícios econômicos”, os manguezais têm sido ocupados para cultivo de camarões, construção de portos, complexos industriais e turísticos e finalidades agrícolas. (VANNUCI, 1999).

CAPÍTULO V

Identificação de Áreas Prioritárias para a Conservação da Sociobiodiversidade

5.1. Mapas temáticos e resultados

5.1.1. Cobertura Vegetal e Uso da Terra

No mapa de cobertura vegetal da Costa do Dendê pode-se perceber que a região estuarina ainda apresenta ambientes bem preservados, com pouca ocupação humana, diferentemente do que ocorre na parte continental.

As restingas ocorrem nas ilhas Tinhare e Boipeba, no Pratigi, em Guaibim e na península de Maraú. Os manguezais circundam todo o estuário, onde localizam-se a maioria das comunidades tradicionais.

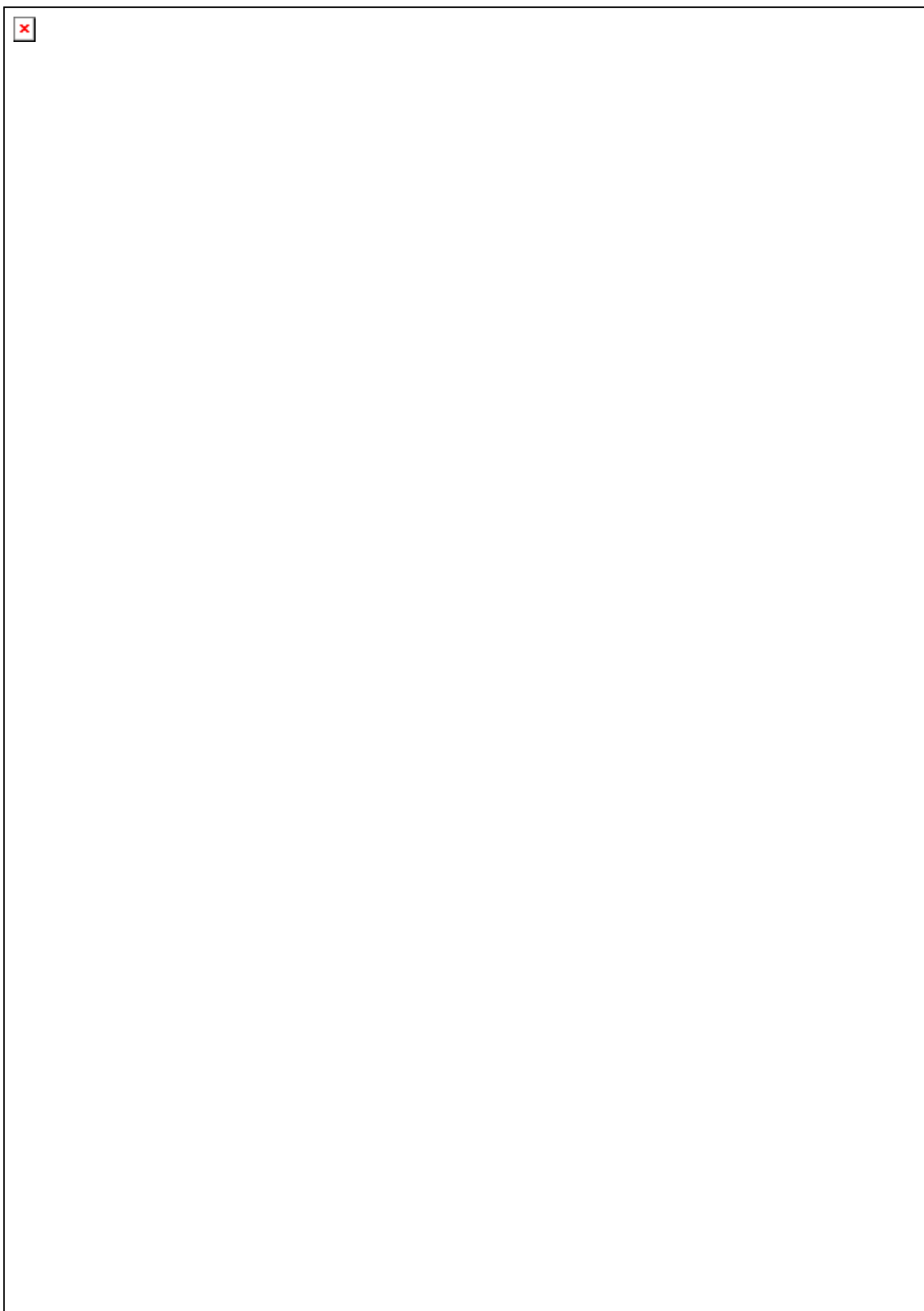


Figura 42: Mapa de Cobertura Vegetal e Uso da Terra da Costa do Dendê

5.1.2. Comunidades Tradicionais da Costa do Dendê

As comunidades tradicionais da Costa do Dendê situam-se predominantemente nas áreas internas das baía de Camamu e do canal de taperoá. Esses ambientes caracterizam-se por possuir águas calmas, com diferentes substratos e salinidades, o que propicia a pesca e mariscagem de uma grande diversidade de espécies estuarinas.

Avaliando os ambientes, percebeu-se que das 44 comunidades localizadas no mapa, 15 estão no canal do Taperoá e outras 17 nas áreas internas da baía de Camamu. Nas áreas de mar aberto e recifes de corais localizam-se 9 comunidades. E na restinga outras 3.

As comunidades localizadas nas zonas de interfluxo (encontro com o mar) utilizam-se de embarcações maiores e desenvolveram técnicas de pesca diferentes daquelas praticadas por pescadores com canoa, dentro dos canais.

As comunidades quilombolas têm perfil de localização variado, embora seja percebida uma preferência por áreas mais internas e reservadas, como pode ser visto em Pinaré, Boitaraca e Jatimane.

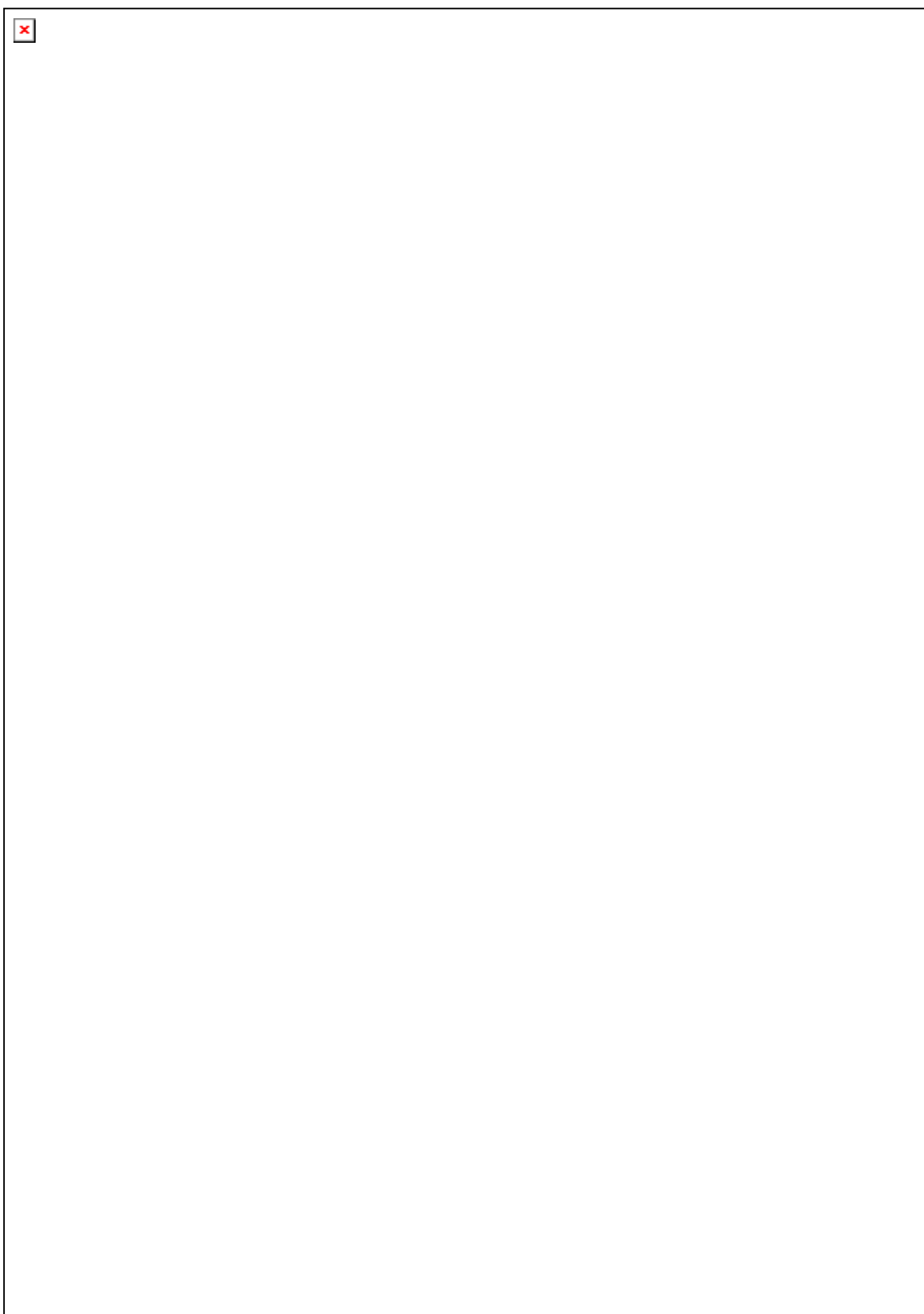


Figura 43: Mapa de Comunidades Tradicionais da Costa do Dendê

5.1.3. Áreas de Uso das Comunidades

A definição dos raios de 3 km (influência direta) e 8 km (influência indireta) foi realizada a partir da observação direta em campo, nas visitas de barco aos pescadores e a partir da entrevista com um presidente de colônia de pescadores.

No mapa verificam-se duas grandes concentrações de uso na foz do Rio dos Patos (entre Cairu e Boipeba) e nas proximidades de Igrapiúna e Camamu. A sobreposição das áreas de influência indireta definiram uma grande zona tampão de toda a biorregião estuarina, dando uma noção da unicidade da paisagem.

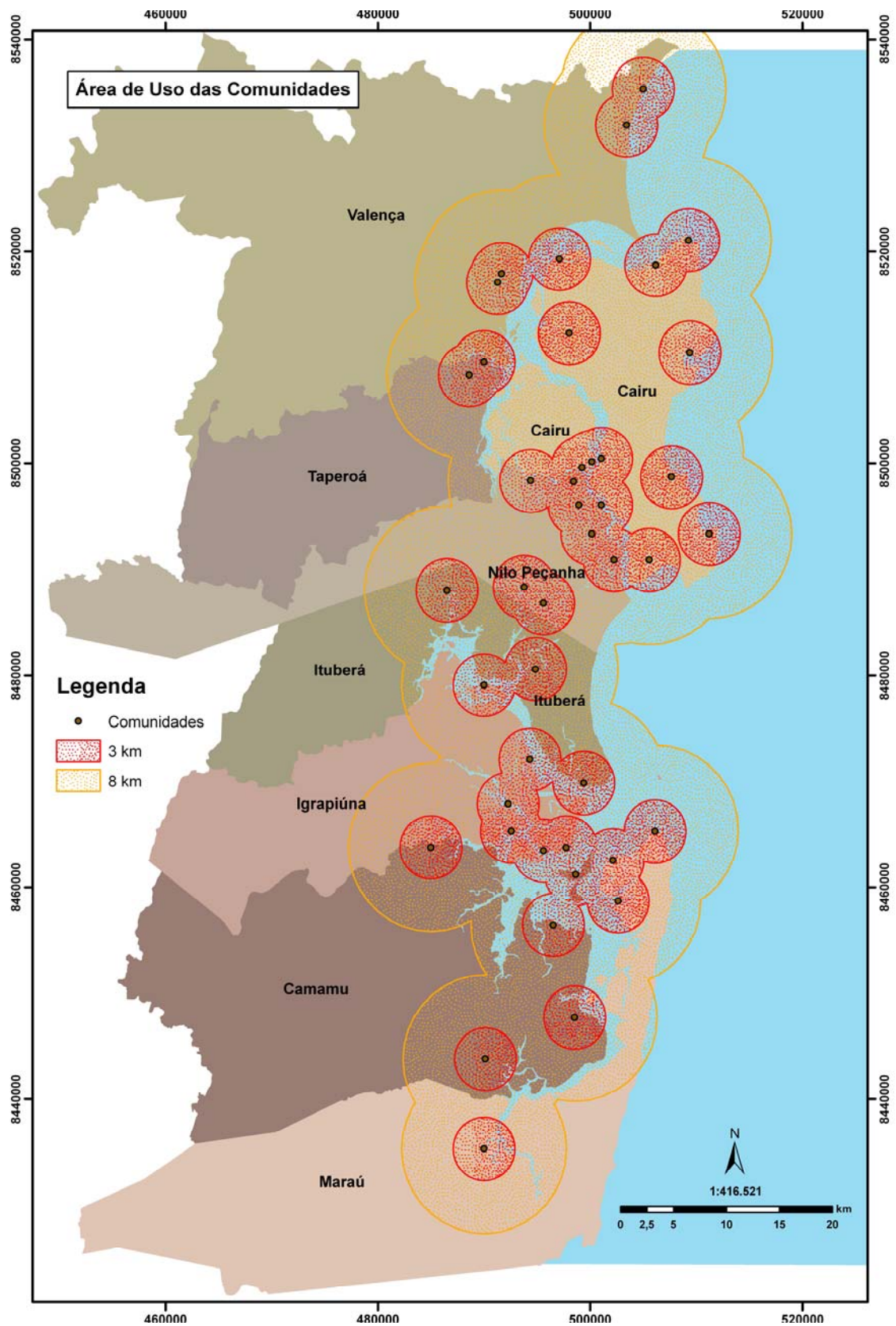


Figura 44: Mapa das Áreas de Uso das Comunidades Tradicionais da Costa do Dendê

5.1.4. Áreas de influência do Turismo

O turismo está muito relacionado com as belas praias da região. Por isso as localidades que mais recebem visitantes são: Morro de São Paulo, Velha Boipeba e Taipus de Fora. Foram criados *buffers* de 1 km em todas as principais localidades turísticas.

As rotas turísticas (que muitas vezes utilizam-se de rotas tradicionais de deslocamento das comunidades) afetam o dia-a-dia da pesca (barulho, marolas, óleo de motor) e as atividades econômicas das comunidades. É comum verificar (em Torrinhãs e Graciosa) que no verão muitos pescadores substituem a atividade pesqueira pela de barqueiro, devido a demanda do turismo.

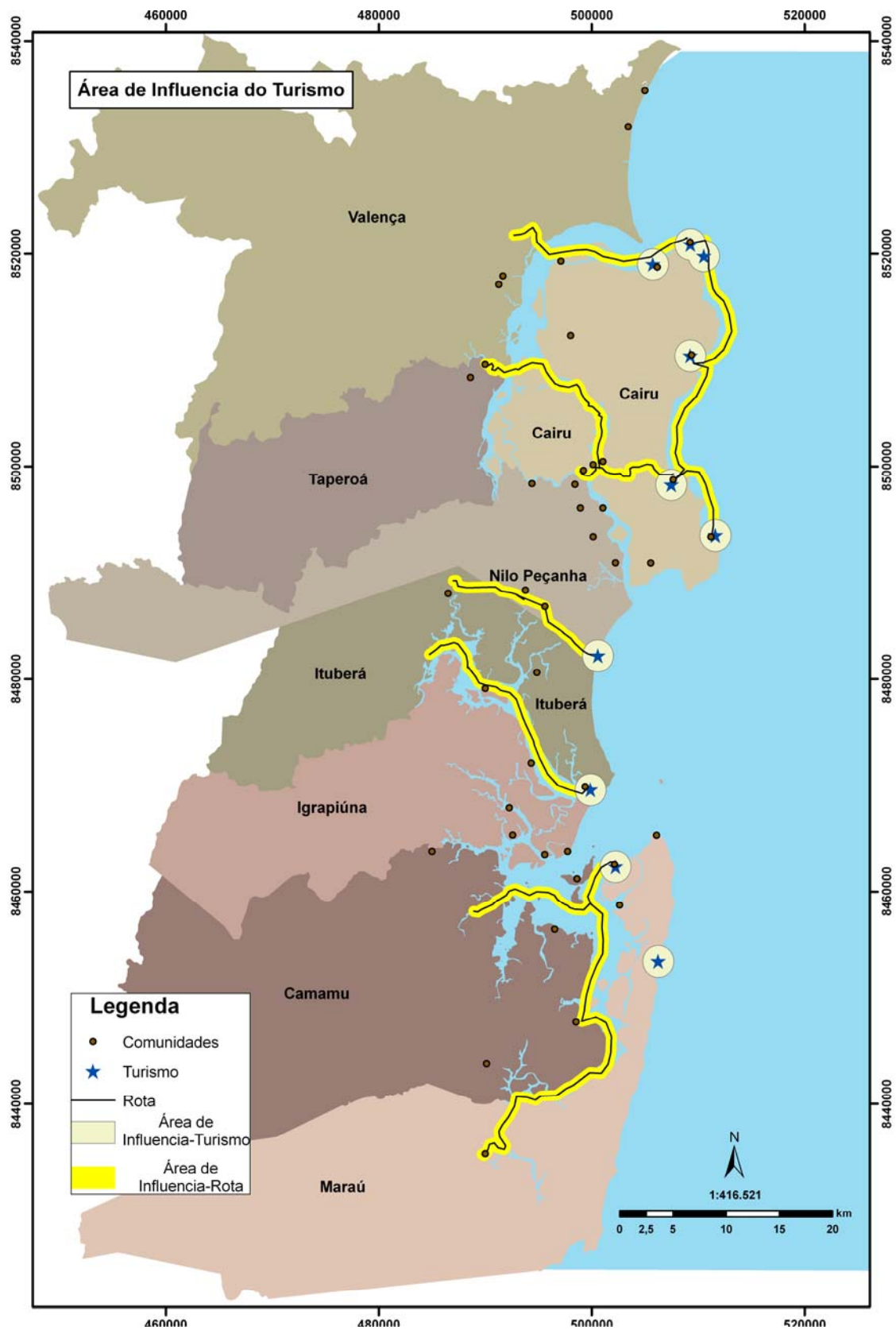


Figura 45: Mapa da Área de Influência do Turismo na Costa do Dendê

5.1.5. Área de influência de Hidrocarbonetos

Como relatado no capítulo anterior, os impactos decorrentes da exploração de hidrocarbonetos são variados e dependem da fase do empreendimento. A definição de uma área de influência de 10 km para a costa foi definida com base em estudos de áreas de amortecimentos. Entretanto, em eventuais derramamentos de óleo, o vento, a direção das correntes e as fases da maré podem fazer com que a mancha gere impactos nas áreas mais internas. Vale ressaltar que recifes, mangues e estuários são os ambientes mais sensíveis a derramamentos de óleo.

As áreas dos blocos em si foram incluídas na análise por gerarem conflitos diretos com o turismo e, principalmente com a pesca por serem áreas de exclusão a esta atividade.

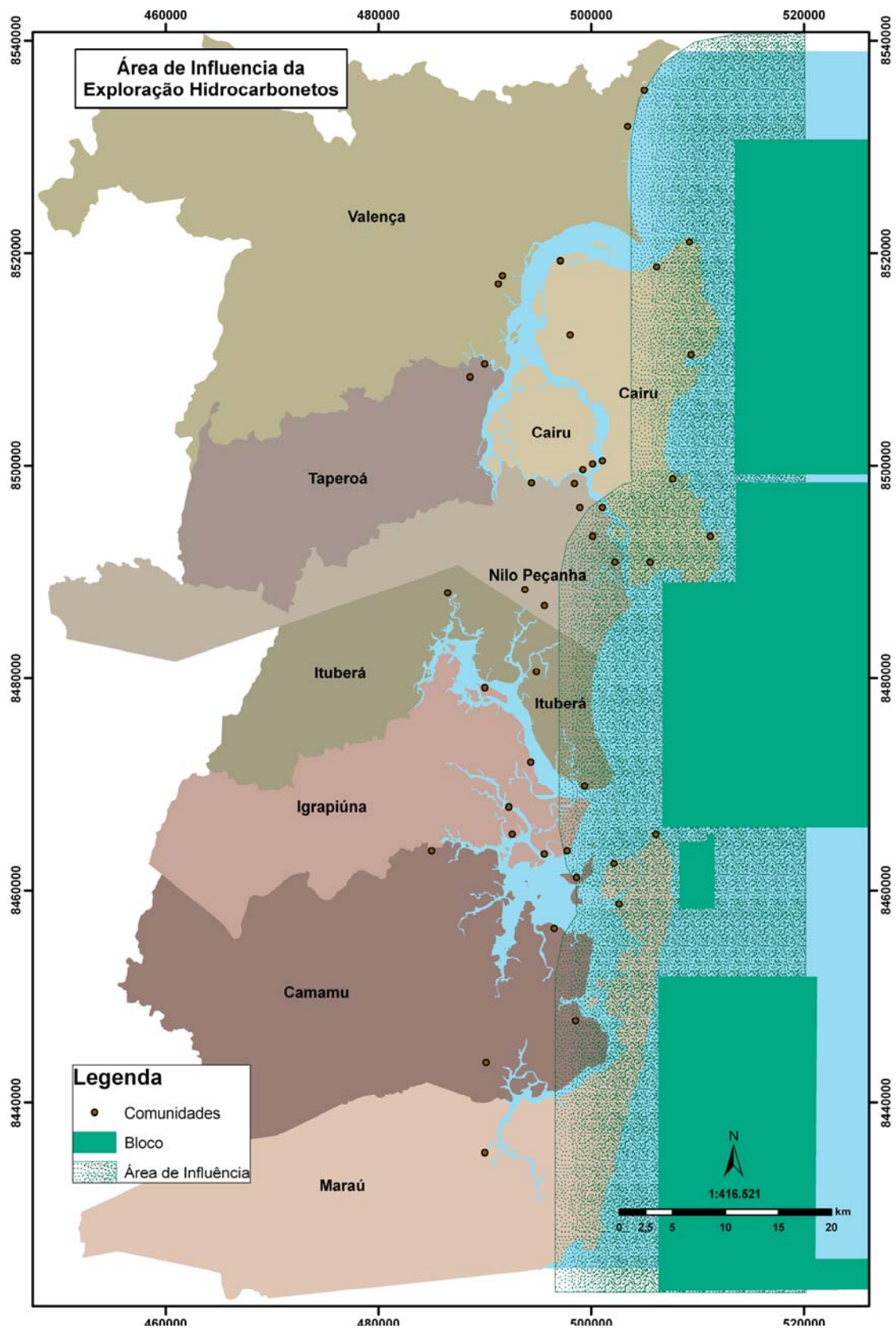


Figura 46: Mapa da Área de Influência de Hidrocarbonetos na Costa do Dendê

5.1.6. Área de influência de Maricultura

Foram identificados pontos de maricultura em tanques-rede, que localizam-se próximo à algumas comunidade e decorrem de projetos comunitários com apoio de ONGs locais, colônias de pesca e universidades. Já os locais de carcinicultura, tipo de empreendimento que causa impactos maiores e mais abrangentes, por destruir os manguezais e modificar as atividades econômicas de moradores das proximidades, são privados de pequeno, médio e grande porte.

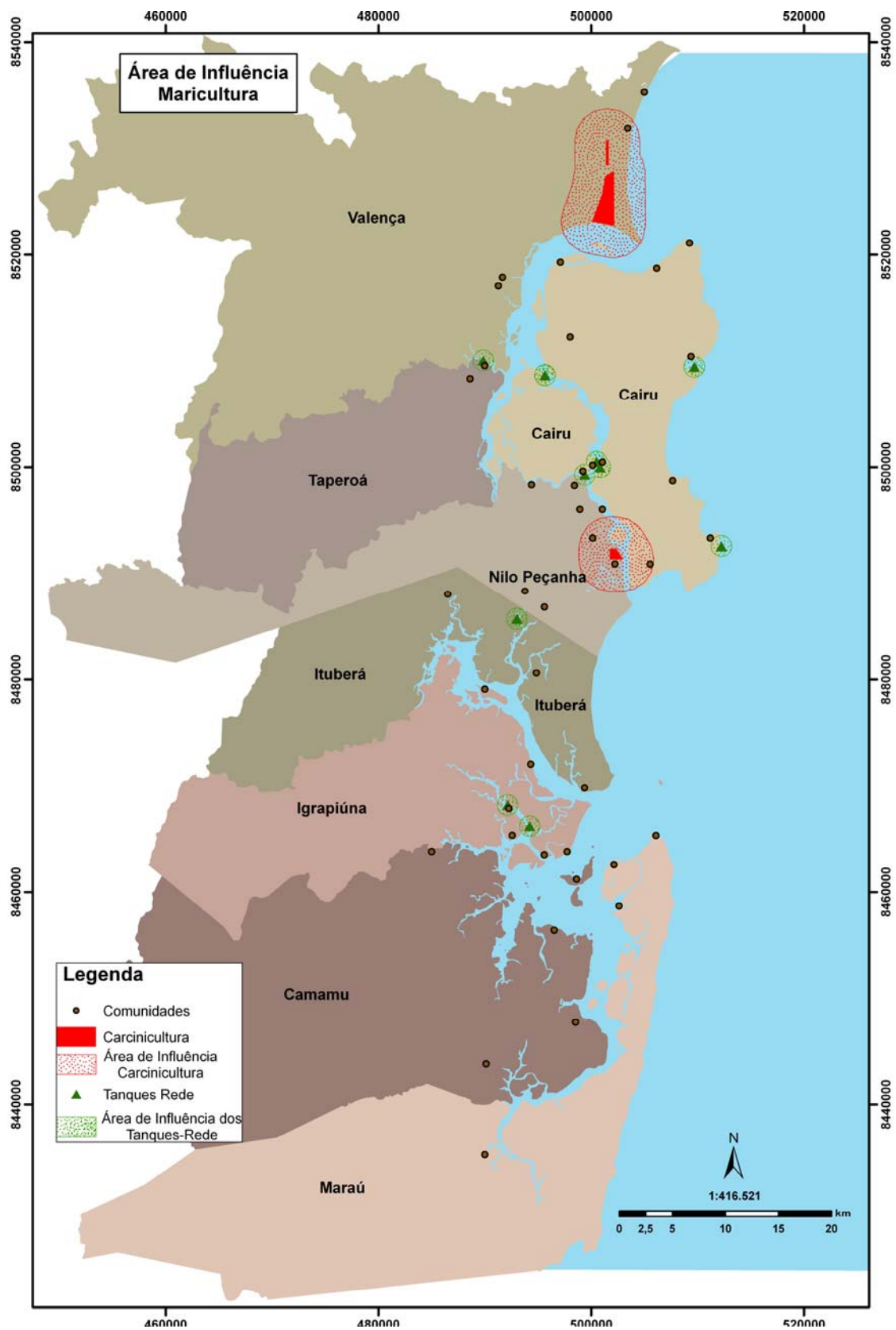


Figura 47: Mapa da Área de Influência da Maricultura na Costa do Dendê

5.1.7. Áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade

A análise do mapa final mostra que existem pontos onde a sobreposição de diferentes vetores de risco causam conflitos múltiplos. A diversidade cultural e social está mais ameaçada nas áreas externas, ou seja, nos locais diretamente afetados pelo turismo; e também quando as áreas de uso direto das comunidades atingem os blocos de exploração de petróleo.

Nas áreas internas, onde a prioridade ainda não é máxima, verifica-se já algum grau de risco, principalmente nas proximidades das rotas turísticas e locais de maricultura.

Os locais que merecem maior atenção de planejamento de uso sustentável dos recursos naturais para as populações tradicionais são principalmente, Morro de São Paulo, Boipeba e entorno, com ênfase na localidade de Garapuá; a extensão de praia do Guaimbim; o canal de Taperoá, a praia do Pratigi, a península de Marau e as localidades turísticas da baía de Camamu.

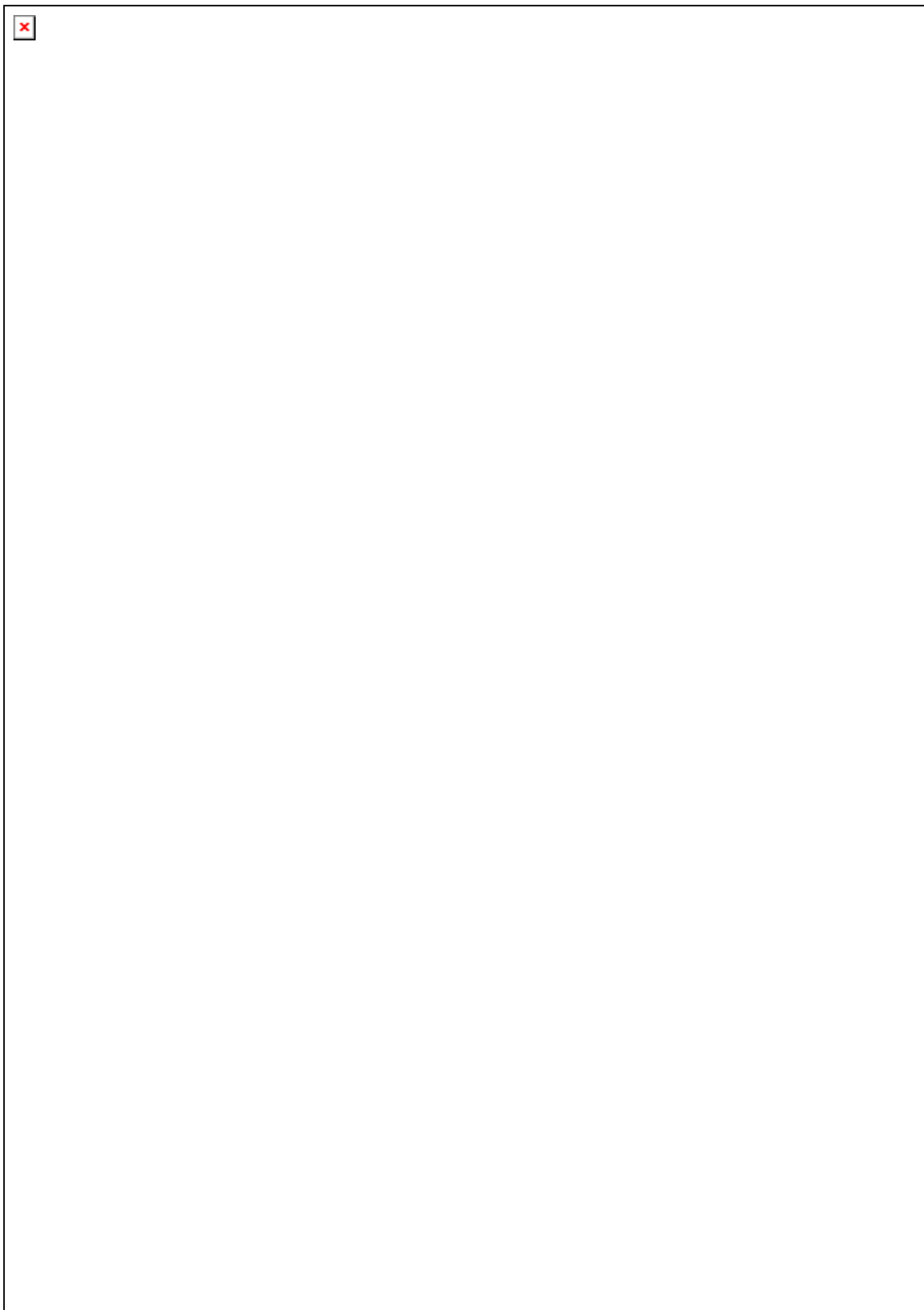


Figura 48: Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação da Sociobiodiversidade na Costa do Dendê.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As comunidades estuarinas da Costa do Dendê mantêm uma estreita e histórica relação de interdependência com os ambientes naturais e os recursos da biodiversidade. As expressões culturais dessas comunidades, principalmente as relacionadas ao modo de vida, apontam para diversos elementos que as definem como culturas tradicionais.

O fato do Governo Federal, junto com instituições de pesquisa e organismos não-governamentais, ter definido esta biorregião como área de extrema prioridade para a conservação, por si já é relevante para se ter o cuidado de elaborar políticas de desenvolvimento regional sustentáveis para a região.

Entretanto, sabe-se que os estudos realizados no campo das ciências biológicas são limitados para descrever a complexidade das relações ambientais desse ou de qualquer outro ambiente que envolva relações de desequilíbrio homem *versus* natureza. A realidade local aponta para peculiares e frágeis relações entre a diversidade biológica e a diversidade cultural, sendo praticamente impossível dissociá-las.

Nos últimos anos, a “descoberta” da Costa do Dendê desencadeou numa série de interesses diversos sobre o rico patrimônio cultural e natural. Assim foram criados programas de desenvolvimento regional como o turismo, a exploração de hidrocarbonetos e a maricultura. Essas ações, entretanto, trazem junto com o “desenvolvimento”, uma série de riscos ao próprio patrimônio provedor dessas riquezas.

Os potenciais impactos dessas atividades interferem negativamente nos meios de vida e conseqüentemente na diversidade cultural da população que vive em sua área de influência direta, prejudicando a relação entre a diversidade biológica e cultural. Já se verificam, inclusive, conflitos diretos de interesse entre as atividades.

O Princípio da Precaução (*The Precautionary Principle*), um dos pilares da teoria ambiental, indica que a falta de certeza científica não é motivo para adiar ações que evitem danos potencialmente sérios ou irreversíveis ao meio ambiente. Ou seja, é necessário estudar, conhecer e discutir com os diferentes atores qual a melhor alternativa de desenvolvimento local.

Mas o que se percebe é que as populações que mais conhecem o ambiente natural são as que menos são chamadas a participar dos debates e decisões com relação aos mesmos. É preciso conhecer melhor as relações entre a manutenção de diversidade sociocultural e biológica. Esta análise deve se dar de forma interdisciplinar e participativa, com vistas a construir alternativas viáveis de conservação da sociobiodiversidade e melhoria da qualidade de vida das populações.

Sabe-se que muitas mudanças comportamentais e culturais já estão acontecendo e serão inevitáveis, pois as sociedades não são estáticas no tempo e espaço. É evidente que as mesmas vão se modificar (com a abertura do canal de comunicação com o mundo capitalista e globalizado). A proteção do patrimônio cultural não significa estagnação socioeconômica, mas o fortalecimento de culturas que têm ritos, tradições e conhecimentos singulares, que permitiram a conservação ambiental ao longo do tempo.

O reconhecimento e a valorização dessas culturas elevam a auto-estima e ajudam na decisão daquilo que cada comunidade quer para si. As comunidades tradicionais precisam resgatar seus jovens, que saem para as periferias em busca de alternativas de trabalho e renda, bem como preservar a paisagem, seriamente descaracterizada por influências externas.

Alcançar o equilíbrio entre o ambiente antrópico e o natural é sempre mais difícil do que isolar a natureza da ação humana, principalmente num país onde as más condições de vida da população têm sido, muitas vezes, justificativa para a exploração indevida dos recursos naturais. Portanto, a fim de se efetuar uma conservação baseada nos princípios do desenvolvimento sustentável faz-se necessária a aplicação de medidas mitigadoras aos impactos ambientais, sempre associadas a ações de valorização cultural, sensibilização e participação das comunidades locais (tradicionais ou não) por meio da Educação Ambiental.

A criação de espaços naturais protegidos é uma das recomendações de todo e qualquer estudo que define Áreas Prioritárias para a Conservação, mas as características locais apontam para a necessidade da implementação do Projeto Corredores Ecológicos na região por meio da criação de um mosaico de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável, voltadas para as populações tradicionais, como as Reservas Extrativistas – RESEX e Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS.

Especificamente, verifica-se a necessidade de duas UCs do tipo RESEX ou RDS marinhas: uma ao norte, envolvendo todas as comunidades do canal de Taperoá e outra para as comunidades da região centro-sul, na Baía de Camamu. A região mais central das restingas da APA do Pratigi permite a criação de uma UC de Proteção Integral, desde que resguardados os territórios de uso das comunidades quilombolas ali presentes.

Vale salientar que esse tipo de UC não impede o desenvolvimento da maricultura ou do turismo na região, nem visa atingir áreas dos blocos de exploração de hidrocarbonetos, mas acima de tudo, coloca as comunidades tradicionais como atores preponderantes na construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da Biodiversidade**. Brasília: Ibama, 1998.
- AMARAL A. C. Z. & JABLONSKI S. **Conservação da Biodiversidade marinha e Costeira no Brasil**. Revista Megadiversidade volume 1, número 1. São Paulo: Conservação International, 2005.
- ANP – Agência Nacional de petróleo. Disponível em < <http://www.anp.gov.br/> > , acesso em 23 de maio de 2007.
- ANJOS, R. S. A. dos. **Território das Comunidades Quilombolas no Brasil: segunda configuração espacial**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.
- ANJOS, R. S. A. dos (pesq.). **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.
- ARAÚJO, S.I.de; SILVA, G. H. da & MUEHE, D.. **Mapas de Sensibilidade Ambiental a Derrames de Óleo – ambientes costeiros, estuarinos e fluviais**. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2006.
- ARONOF, S. **Geographic Information System – a management perspective**. Ottawa: WDL, 1991.
- ARROYO, L. **Pero Vaz de Caminha: Carta a el Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963.
- ARRUDA, M. B. (Org.). **Ecosistemas Brasileiros**. Brasília: Edições Ibama, 2001.
- BAHIA. **DECRETO Nº 7.272 DE 02 DE ABRIL DE 1998**. Cria a Área de Proteção Ambiental do Pratigi, nos municípios de Ituberá e Nilo Peçanha, e dá outras providências. 1998.
- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do turismo. **Roteiros Ecoturísticos da Bahia - Costa do Dendê**. Salvador: A Secretaria, 2001.
- BRASIL. **DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União – DOU de 08 de fevereiro de 2007..
- BRASIL. **LEI Nº 9.597, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2000**. Institui Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da União – DOU de 08 de fevereiro de 2007.
- CASTRO, I.E.; GOMES P.C.C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. – 7ª. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAR – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS: Sul da Bahia**. Salvador: CAR, 1997.
- CAR – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. **A realidade do Baixo Sul e suas Perspectivas**. Ituberá: CAR, IDES, 2004.
- CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA – RBMA. **Viagem à Terra do Brasil**. Série Documentos Históricos, caderno 10. São Paulo: Conselho Nacional da RBMA, 1998.
- CODEMA – CONSELHO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE VALENÇA. **Diagnóstico Ambiental da APA da Planície Costeira do Guaibim**. Valença: Petrobrás, 2006.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL. Disponível em <http://www.conservation.org.br/como/index.php?id=8>, acessado em 22 de maio de 2007.

CORDELL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES A. C. S & MOREIRA, A.C.C. (orgs). **Espacos e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: USP, 2001.

CRA – CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS. **Avaliação da Qualidade das Águas**. Salvador: CRA, 2000.

CRA. **Centro de Recursos Ambientais – Áreas de Proteção Ambiental da Bahia. Litoral Sul**. v.3. Salvador: CRA, 2003.

DEAN, W. **A Ferro e Fogo** – A história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

DIEGUES, A. C. S (Org.). **Povos e Águas**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB-USP, 2002.

DIEGUES, A. C. S & ARRUDA, R.S.V. (orgs). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, A. C. S & MOREIRA, A.C.C. (orgs). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: USP, 2001.

EL PASO, PETROBRAS, QUEIROZ GALVÃO, IPIRANGA E PETROSERVI. **Avaliação Ambiental Estratégica para o setor de Petróleo e Gás Natural no Sul da Bahia**. Rio de Janeiro: LIMA – Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente/COPPE/UFRJ, 2003.

EL PASO. **Relatório de Controle Ambiental – bloco BM-CAL4, bacia Camumu-Almada, 1993**. Rio de Janeiro: 2003

FISHER, F. (org.). **Baixo Sul: uma proposta de desenvolvimento territorial**. Coleção Gestão Social – Série Editorial CIAGS. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007. 224p

FUNDAÇÃO ONDAZUL. **Projeto de Gestão dos Recursos Ambientais do Baixo Sul: Identidade Cultural e Desenvolvimento do Artesanato nas vilas de Garapuá e Galeão**. Salvador: ONDAZUL 2004.

GILSON, L.; SHERIDAN, M.; BROCKINGTON D. Representing **environments in flux: case studies from East África**. Oxford: University of Oxford, 2003.

HOROWITZ, C. Tese (Doutorado). **A Sustentabilidade da Biodiversidade em Unidades de Conservação de Proteção Integral: Parque Nacional de Brasília** - Universidade de Brasília – UNB, 2003

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Corredores Ecológicos** – uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil. Brasília: Edições Ibama, 2004. 220p.

IBGE. **Sistema de Informação de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, IBGE, 1994 222p.

IDES – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BAIXO SUL DA BAHIA. **Plano de Manejo da APA do Pratigi**. Ituberá: 2001.

LEITÃO, S. N. A fauna do manguezal. In: SCHAEFFER-NOVELLI, Y. (Org.) **Manguezal, Ecossistema Entre a Terra e o Mar**. São Paulo. Caribbean Ecological Research, 1995.

MACHIORO, G. B. & NUNES, M.A. 2003. **Avaliação de Impactos de Exploração e Produção de Hidrocarbonetos no Banco dos Abrolhos e Adjacências**. G.F. Dutra e R.L. Moura, eds. Conservation International. Caravelas, 119p.

MARTINS, C. C de A. Dissertação (Mestrado em Ecologia). **O uso do Sistema de Informações Geográficas como ferramenta na identificação de áreas prioritárias para a conservação da população de baleia jubarte, Megaptera novaeangliae, em seu sítio reprodutivo na costa leste do Brasil**. Brasília: UNB, 2004.119 p.

MEIRELES, A. **Risco socioambientais ao longo da zona costeira**. Disponível em <http://www.reacao.com.br/programa_sbpc57ra/sbpccontrole/textos/antoniomeireles.htm,> acessado em 02 de julho de 2007

MILLER, K. Planejamento Biorregional: em busca de um novo equilíbrio. In: IBAMA. **Corredores Ecológicos – uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil**. Brasília: Edições Ibama, 2004. 220p.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Biodiversidade Brasileira – Avaliação e Identificação de Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**. Biodiversidade volume 5. Brasília: MMA/SBF, 2002. 404p.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade das Zonas Costeiras e Marinhas**. Brasília: MMA/SBF, 2002a. 72p.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=72&idMenu=2338&idConteudo=3779>, 2007.

OLIVEIRA, P. E de. **A fragilidade da relação entre a diversidade biológica e cultural nos manguezais da Ilha de Sapinhos, no município de Maraú, Bahia**. Brasília, 2005. 89 p. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Ambiental) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB.

PAIVA, S. M. C. **Os Programas Governamentais para o Desenvolvimento do Turismo, Incluindo o Turismo Ecológico**. Brasília: 2001. Acessado em www.senado.gov.br.

RAMALHO, S. R. O. **Os Manguezais de Porto Sauípe: um estudo etnográfico sobre segurança alimentar**. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.

RAMOS, S. (Org.). **Manguezais da Bahia: Breves Considerações**. Ilhéus: Editus, 2002.

REDE DE ONGS DA MATA ATLÂNTICA. Disponível em <<http://www.rma.org.br/v3/action/node/showNode.php?id=36>>, acessado em 02 de fevereiro de 2007

SANTOS, C. **A territorialidade e a sustentabilidade ou a ecologia do espaço político.** Sociedade&Natureza, Urbelândia:1997.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1999.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos:** proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. (org.) **Manguezal, Ecossistema Entre a Terra e o Mar.** São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

SETUR – SECRETARIA DE TURISMO. **PRODETUR NE II** – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Pólo Litoral Sul Bahia – diagnóstico Salvador: FGV, HSV, SUDETUR, 2003.

SETUR. **Século XXI Consolidação do Turismo** – Estratégia Turística da Bahia 2003-2020. Salvador: Pallotti, 2005.

SETUR. Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Disponível em: www.setur.ba.gov.br, 2007.

SIMMONDS, M.; DOLMAN, S. & WEILGART, L. 2003. *Ocean for Noise – A WDCS Science report.*. Whale and Dolphin Conservation Society. 164p.

SOS Mata Atlântica. Portal da Fundação SOS Mata Atlântica Disponível em <http://www.sosmatatlantica.org.br/index.php?section=info&action=mata>, 2006

SOUTO, J. C. **Anotações das 12 léguas** – A História de Camamu. Salvador: Edições Acaraí, 1987.

TAMASO, Izabela. **A expansão do patrimônio:** novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. Brasília: UnB, 2006.

TEIXEIRA, A. L. de A.; MORETTI, E. & CHRISTOFOLETTI, A. **Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica.** Edição do Autor, Rio Claro:1992, 80p.

VANNUCI, M. **Os manguezais e nós.** São Paulo: EDUSP, 1999